

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

# Fundos de Pasto

## Organização Política e Território

Franklin Plessmann de Carvalho

---

C331 Carvalho, Franklin Plessmann de  
“Fundos de Pasto: organização política e território”. -- Salvador, 2008.  
169f. : il.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Rosário Gonçalves de Carvalho  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Comunidade rural. 2. Organização social. 3. Terras para pastagem.  
4. Identidade. I. Carvalho, Maria Rosário Gonçalves de. II. Universidade  
Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 307.72

---

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

# Fundos de Pasto

## Organização Política e Território

Franklin Plessmann de Carvalho

Dissertação  
apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências Sociais, concentração em Antropologia, Programa de Pós  
Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal da Bahia.

**Banca examinadora:**

**Dra. Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Orientadora)**  
**Profa. Adjunto da Universidade Federal da Bahia/UFBA**

**Dr. Antônio da Silva Câmara**  
**Prof. Adjunto da Universidade Federal da Bahia/UFBA**

**Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida**  
**Prof. visitante da Universidade Federal do Amazonas/ UFAM**

Salvador, Bahia  
Fevereiro de 2008

## RESUMO

---

A descrição e análise do modo de vida de agentes de *Fundo de Pasto* da região de Oliveira dos Brejinhos foi o objetivo principal desta dissertação de mestrado. Para efetivar este objetivo, lancei mão da observação sobre as modificações na organização política do grupo estudado e na maneira como as terras são tradicionalmente ocupadas. Empreendi esforços no sentido de perceber o território de ação destes agentes. A construção da BR 242 foi a referência temporal que marca o tempo de grandes mudanças. É a partir da construção dessa estrada que uma série de empreendimentos econômicos visaram se apossar das terras destes agentes sociais, que em resposta iniciaram a *Luta pelo Bode Solto*. Finalmente, como resultado principal desta luta, emerge a identidade política de *Comunidades de Fundos de Pasto*.

## AGRADECIMENTOS

---

Primeiramente devo um enorme agradecimento às *Comunidades de Fundos de Pasto*, que em cada visita que faço me ensinam mais sobre como viver no sertão. Especialmente para este estudo de mestrado, devo agradecer às Comunidades da região de Oliveira dos Brejinhos, principalmente as famílias da Associação de *Fundo de Pasto de Várzea Alegre* que me receberam com muito carinho durante os dias que transcorreu o trabalho de campo.

À Elza, Crispim, Maria Bião, Zé Vicente, Ladú, Benil, Maria, Negão, Ana Clara, Ari, Orestes, Tia Zuca, Maria Santa, Nô, Mário, Tozinha, Zé Amaro, Avanyr, Cleiton, Mislândia, Maria Ferreira, Antônio, Lora, Olava, Oscar e Ana por terem compartilhado um pouco de suas vidas, de suas emoções, de suas preocupações.

Agradeço à Maria Bião e Dunga por toda orientação na área de campo. A Mário Xavier e Maria Santa por me relatarem o cotidiano com uma riqueza de detalhes que me fez vivê-los como se estes estivessem acontecendo naquele momento. À Maria Bião e a Elza pelos relatos da história das famílias de Várzea Alegre.

Também agradeço a *Central de Associações de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas* que compreendeu a importância deste estudo e, além de me autorizar, empreendeu todos os esforços para que os trabalhos de campo se desenvolvessem da melhor forma possível.

Quero agradecer também a João Néri, Gilmar de Jatobá, João Ruanga, Nilza, Eduardo, Vanda e Paixão pelos valiosos depoimentos. E finalizando esta primeira série de agradecimentos, quero lembrar a memória que tenho de Juliana, que até seus últimos dias permaneceu forte, lúcida e cheia de vida.

Quero agradecer também às várias pessoas que passaram por minha vida profissional, que possibilitaram a abertura dos caminhos na qual percorro hoje ajudando a compreender os modos de vida que não me eram familiares.

Do tempo de faculdade agradeço com especial carinho a Luiz Martinelli, Plínio, Victória, Alex, Pingim que me iniciaram no campo da pesquisa. Ao Budão, que será sempre o mestre dos mestres, e ao determinado Vital Pasquarelli, responsável por me fazer conhecer a sociologia e a pedagogia social. À Marcos Sorrentino devo a humanização dos conhecimentos, a inspiração poética na pesquisa e um contato próximo com a periferia de São Paulo.

Da vivência em ONGs e na CPT quero agradecer a todos os colegas que muito foram pacientes com minhas inúmeras indagações e posicionamentos. Com carinho quero agradecer a Viana, Adriano, Jacó, Ailton, Pita Paiva, Piauí, João Padre, Eliana, Júnior, Érica, Max, Lininha, Marina, Tarcísio, Rizo, Ecir, Rogério, Evanildo, Thomas, Célio, Luís Tonetto, Têre, Luciano, Agnaldo, Carivaldo, Marilene, Julita, Djanete, Hildebrando, Wilckson, Diacísio, Ângelo, Coqueiro, Pepe, Pilar, Vasco, Isaltiene, Renata, Cláudio, Climério, Everaldo, Edson, Valderly, Hamilton, Gogó, Rose, Eliana, Mara, Jaqueline.

Com especial carinho quero agradecer aos companheiros Ruben e Edu, e à companheira Marta, que mesmo com minha enorme ansiedade por mudanças metodológicas, me ajudaram a compreender o mundo dos Assentamentos, dos Quilombolas e dos Fundos de Pasto.

Às famílias de Barreiro Preto, Pituba, Lavra Velha, Matos, Coqueiro, Capoeiras, Aroeiras, Pintadas, Sodrelândia e Gameleira do Assuruá, em especial a Família de Hildete, pelo afetuoso acolhimento.

À FAPESB pelos dois anos de bolsa de estudos que me foram concedidos.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFBA, em especial a Dora, Reinaldo, Daniela, às professoras Graça Druck, Miriam Rabelo, Iracema Guimarães, Lídia Cardel, Iara Souza, e os professores Antônio Câmara, Edwin Reesink, Pedro Agostinho e Milton Moura, pelo atendimento, paciência e orientação.

Aos colegas de mestrado e aos integrantes do Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro.

Aos colegas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, especialmente a Ana Paulínia, Joaquim Shiraishi, Emanuel, Elieyd e Luiz.

Agradeço muito aos familiares e amigos, e por mais que a distância física nos separem, sinto-os de alguma forma sempre presentes.

Aos meus pais, por todo o carinho, amor e paciência que sempre me dedicaram. Também a eles devo o incentivo de viver a vida “como ela é”, me dando condições para correr atrás dos sonhos e meios para realizá-los. Fundamentalmente agradeço o exemplo da incansável professora da Moóca e do corajoso bombeiro do ABC, que sustentaram a família colocando sua força e seu saber para servir aos outros.

Às minhas irmãs, Francis, Fernanda e ao meu irmão Itaiçi pelo apoio em todos os momentos de minha vida. Agradeço as conversas, as visitas nas minhas moradas distantes, os mimos e os dengos. Aproveito também por me desculpar da constante ausência no dia a dia de vocês.

À minha avó Zica, minha eterna enamorada. Com ela e com minha outra avó, Maria, apreendi a apreciar os fatos cotidianos da vida. Elas foram as minhas primeiras etnógrafas e os seus relatos me ajudaram a compreender o mundo em que vivia.

À minha madrinha Sônia, por sua incansável preocupação com meu bem estar e seus constantes dengos.

Às tias e tios maternos, pelo carinho e por me ensinar a simplicidade da vida. Aos tios e tias paternos, pelo carinho e orientação constante. Aos primos pelos momentos sempre de descontração e alegria. Ao meu padrinho, por seu apoio e exemplo de vida.

Aos amigos que compartilharam parte de suas vidas comigo. Marcelo, Ricardo, Fabiana, Fernanda Hummel, Cássio, Marco, Maurício, Sandra, Guilherme, Lino,

Mariana Antônio, Rodrigo, Anapaula, Fabiana Frú, André, Camila, Regina, Tatiana, Bernardo, Paulo Pedote, Marisete, Viana, Clarice, Adriano, Gisele, Patrícia Andrade, Nilo, Paulo, Margot, Fernanda, Bernardo, Alessandra, Juliana, Morris, Kau, Luís Carlos, GG, Nessa, Millena, Mandela, Marcela, Ludmila, Patrícia, Florêncio, Marta, Mariana Mascarenhas, Iracema, Zuleide, Aninha e Renato. A todos da família Queiroz, em especial Luiza e Alvarenga, que sempre me receberam como um dos seus.

À Sissa, companheira que muito me ajudou a compreender a beleza do cotidiano da vida. À Mila, Welson, Daniel, Luiz, Marco, Valéria, Montse e Pepa companheiros e companheiras que me iluminam os caminhos e as idéias.

À dupla de orientadores, Maria Rosário e Alfredo Wagner, que pacientemente perceberam minhas carências e muito me estimularam a percorrer os caminhos do ritual de passagem de um agrônomo para um antropólogo. Ademais, agradecer pelo carinho na qual fui acolhido sempre que necessitei.

À Jurema, que me ensina muito de mim mesmo. Com ela ao lado a vida parece sempre fácil e mais bela de ser vivida.

À Flora, que me fez conhecer o maior amor que já senti na minha vida.

## Siglas e Abreviações

Siglas	Significado
AANA	Associação dos Artesãos de Novo Airão
ASIBA	Associação Indígena de Barcelos
CAA	Centro de Assessoria do Assuruá
CDA	Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CENA	Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo
CETA	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Governo de São Paulo
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fibrarte	Programa de Geração de Renda da Fundação Vitória Amazônica
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
FVA	Fundação Vitória Amazônica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terras
ONG	Organização Não Governamental
P1MC	Programa de construção de mais de um milhão de cisternas
PIRACENA	Projeto de Pesquisa do Centro de Energia Nuclear na Agricultura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF/MDA	Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
USP	Universidade de São Paulo.

## ÍNDICE

---

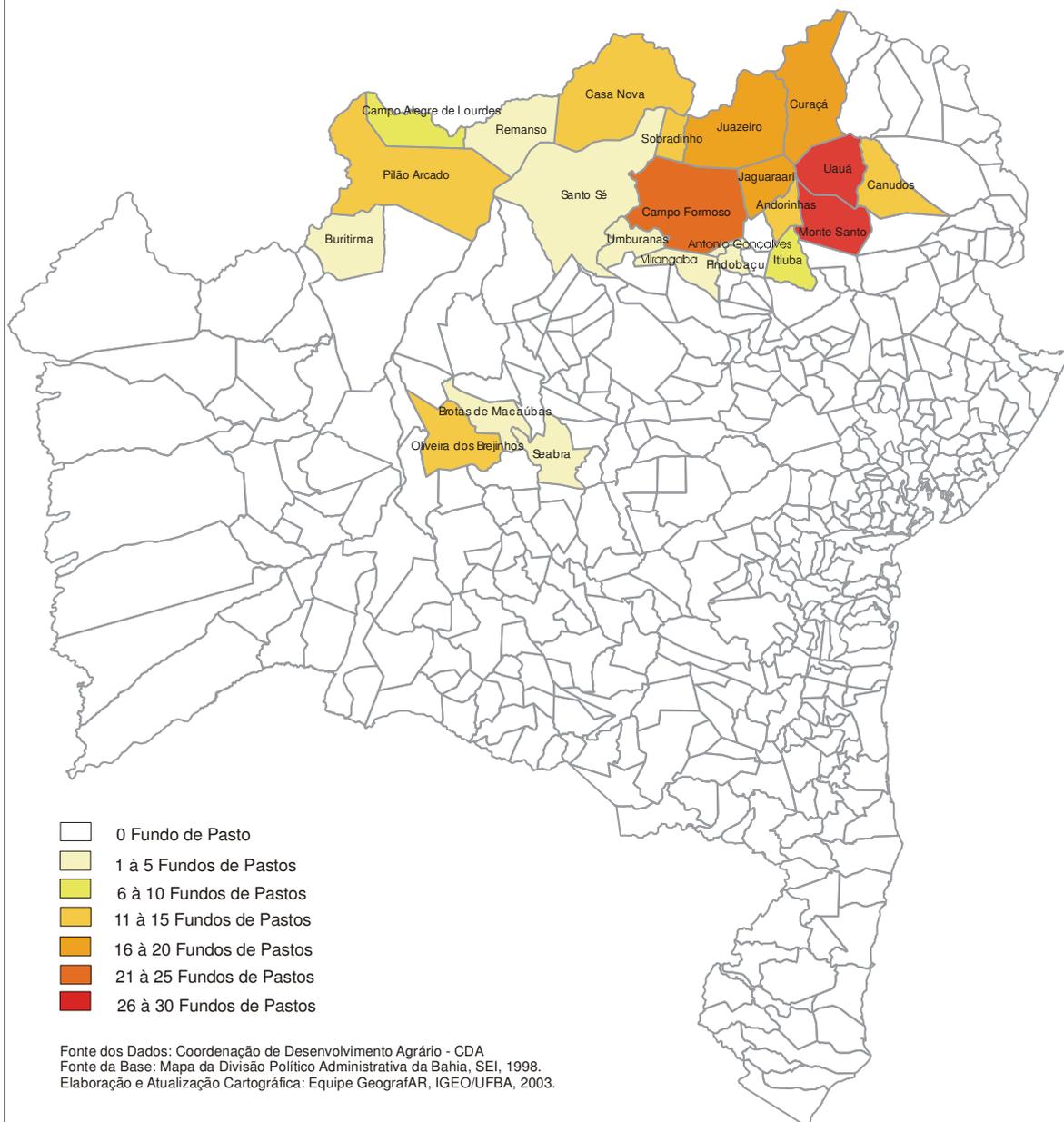
Introdução	
A viagem para a Etnografia -----	14
A Investigação e a estruturação do texto -----	17
Capítulo I - Trajetória Profissional e Exercício Comparativo: o sertão do nordeste e a Amazônia -----	23
Da Universidade a periferia de São Paulo -----	24
Adentrando o sertão da Bahia -----	26
O primeiro contato com os Fundos de Pasto: as impressões -----	27
A Amazônia comparada ao sertão nordestino e o encontro com a Antropologia -----	32
Os Fundos de Pasto e a Antropologia -----	37
O Mestrado -----	42
Capítulo II - As Comunidades de Fundo de Pasto: definições, emergência, identidade -----	45
Definições -----	45
Breve histórico fundiário e a formação de um modo de vida -----	49
Na ameaça a um modo de vida emerge uma identidade -----	63
A Luta pelo Bode Solto -----	70
Capítulo III - As Comunidades de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos: Organização Política -----	82
A Comunidade – família, igreja, associação -----	82
O Espaço Social da Família -----	92
O Espaço da Igreja -----	95
O Espaço Público da Associação -----	99

Capítulo IV – A terra Tradicionalmente Ocupada e o território -----	105
A Casa -----	105
O Bode Solto -----	111
A Produção de Alimentos: roça, quintal, extrativismo -----	122
A Migração -----	129
A Festa do Bode -----	134
Questões Abertas e Desafios Futuros -----	138
Bibliografia -----	143
Anexo 1 – Catálogo das Gravações -----	146
Anexo 2 – Famílias da Ass. de Fundo de Pasto de Várzea Alegre-----	148
Anexo 3 – Famílias Araújo Almeida -----	154
Anexo 4 – Família Alves de Oliveira -----	159
Anexo 5 – Fotos -----	166

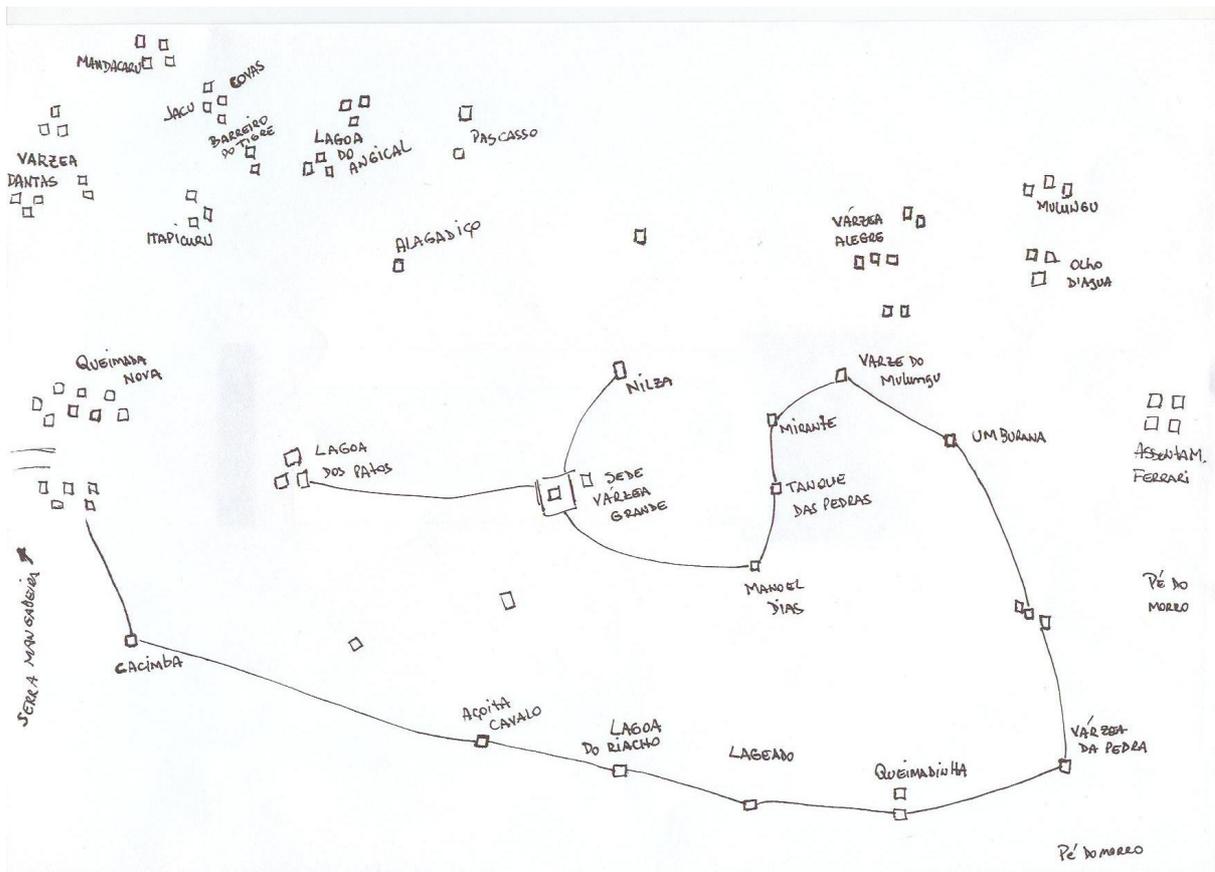
# ESTADO DA BAHIA

## FUNDO DE PASTO

### 2003



### Croqui das áreas das Associações de Fundo de Pasto de Várzea Grande e Várzea Alegre



## **Introdução**

### **A viagem para a etnografia**

Cinco horas da manhã. Sou acordado pelo motorista do ônibus, que avisa: “Chegamos a Várzea Alegre”. Dormia profundamente apesar dos buracos da estrada, que alongam a jornada para quase nove horas de viagem. Reúno meus pertences, desço. O ônibus parte. Silêncio. Sinto o cheiro da caatinga molhada, a chuva de março que tanto alegra o povo da região. Aos poucos, percebo o som de alguns animais, e vou imaginando a troca de turnos que avança com o amanhecer. Respiro fundo e sinto vida, muita vida. Ainda está escuro, o céu totalmente estrelado. Atravesso a BR 242 e caminho em direção ao “Bode Assado”. Que saudade... parece que cheguei em casa. Não há sinal de gente acordada, e me encosto na varanda do restaurante de Ana Clara. A ansiedade impede que volte a dormir. Lembro do primeiro dia em que estive aqui. Do primeiro dia que visitei Jatobá, Várzea Grande, Boa Sorte, Pé do Morro. Quantas histórias, que ainda estão sendo construídas; quantas lutas, que ainda estão sendo travadas. A essas localidades, situadas na região de Oliveira dos Brejinhos, na transição da chapada Diamantina e o rio São Francisco, se juntam mais três além de um assentamento de reforma agrária: Várzea Dantas, Saco de Pedra II, Várzea da Pedra II e o assentamento Ferrari. Elas são denominadas localmente de comunidade<sup>1</sup> e seu significado abrange concomitantemente uma unidade social que agrupa famílias, as quais tem práticas econômicas interligadas segundo uma cooperação simples, e uma unidade de mobilização organizada para fins de reivindicações face ao aparato de Estado. O uso comum do recurso básico, a terra, e as instituições sociais que agrupam as famílias reforçam as relações de solidariedade e a percepção de direitos territoriais. Consoante um critério político-organizativo as situações empiricamente observáveis, selecionadas para fins

---

<sup>1</sup> O termo comunidade será utilizado aqui como noção operacional e como uma representação dos próprios agentes sociais estudados. Trata-se de um termo concomitantemente analítico e de referência empírica constante. Designa agrupamentos estruturados com base em relações sociais que confirmam acordos de ajuda mútua estabelecidos entre diferentes grupos familiares e entre os membros de uma mesma família, em torno de objetivos comuns face ao uso de recursos naturais e face à organização da vida social. Essas relações não são limitadas por uma área geográfica, mesmo sendo recorrente a referência a uma determinada localidade, nem tão pouco são limitadas por uma forma de representação política, ou seja, por uma associação, sindicato ou entidade voluntária. No capítulo 3 serão demonstrados exemplos da aplicação deste termo.

desta pesquisa, compõem uma das cinco regiões<sup>2</sup> no Estado da Bahia onde são encontradas comunidades definidas socialmente como *Fundos de Pasto*. Tais situações sociais são classificadas de um modo próprio, constituindo o que se designa localmente como *Comunidades de Fundos de Pasto*<sup>3</sup>.

Enquanto aguardo o amanhecer penso ansioso nos meses que virão, quando estarei elaborando, a partir dos dados levantados agora, a dissertação de mestrado. Afinal, foi partindo desta noção de *Fundos de Pasto*, que consiste numa forma de representação coletiva dos agentes sociais focalizados, que vim a delinear minha proposta de investigação que ora apresento. Pretendo examinar as formas de organização social baseadas em regras de reciprocidade positiva e sua relação com as práticas de mobilização que conduzem estas famílias à cena política. Pretendo desvendar a compreensão de mundo que trazem envolvidas em seu modo de vida e os antagonismos sociais a que estão expostas. Estas foram as questões que mais me chamaram a atenção à medida em que fui aprofundando minha relação com estes agentes sociais. E inclusive eles me ajudaram em demasia nos critérios de seleção das áreas onde proceder ao trabalho de campo. Várzea Alegre foi a comunidade escolhida pela *Central de Associações de Fundo de Pasto* para ser o ponto de referência de minhas observações diretas. Aí fui buscar compreender a trama das teias organizativas que são acionadas para garantir as terras que tradicionalmente ocupam. Nos meandros destes planos sociais comecei a estudar os fatores identitários, a perscrutar as relações entre cultura e organização política e a avançar na noção de território. Em virtude desta relação de pesquisa, engendrada no trabalho de campo, é que partindo do espaço social predominante da ação da família, que abrange suas relações de parentesco e amizade, busco perceber o inter-relacionamento entre os espaços religiosos e aqueles da associação política.

---

<sup>2</sup> A Articulação Estadual de *Comunidades de Fundo de Pasto* abrange cinco regiões do Estado da Bahia: i) Canudos, Uauá e Curaçá– conhecida como CUC; ii) Senhor do Bonfim; iii) Lago de Sobradinho; iv) Oliveira dos Brejinhos e v) Barra e Buritirama, como aponta o documento de reivindicação denominado “Projeto Fundo de Pasto que Queremos”, 2004.

<sup>3</sup> Para efeitos de exposição e de uma primeira apresentação estou considerando *Fundo de Pasto* como uma expressão que é utilizada como elemento de auto-identificação de agentes sociais, representando simultaneamente tanto um modo de viver e fazer, quanto um território específico, uma forma de defesa e uma ferramenta coletiva e econômica de preservação ambiental.

Partindo da família, com suas relações de parentesco, amizade e compadrio, procuro compreender as relações entre os moradores de Várzea Alegre e os diferentes espaços institucionais em que se movimentam. Tais espaços são entrecortados por planos sociais distintos que mobilizam não apenas agentes mas, principalmente, agências tais como: igreja, sindicato, partido político, organizações não governamentais, empresas de assistência técnica e diversos aparatos do poder público (bancos oficiais, autarquias e repartições burocráticas). Constitui um desdobramento deste objeto de estudo o exame das relações estabelecidas entre os agentes sociais que interagem nestes diferentes contextos, principalmente aqueles que se manifestam na vida cotidiana a partir de suas diferentes posições e condições, como: comerciantes e os que recebem a designação local de “atravessadores”, servidores públicos (professores, bancários, técnicos agrícolas, agrônomos) e políticos.

Ainda naquela varanda o pensamento dá voltas e vários momentos de minha vida passam instantaneamente, enquanto desfilam minhas preocupações de pesquisador. Lembro do tempo da universidade, dos estágios, dos debates acirrados em torno da questão agrária e das influências da militância no movimento estudantil que, de certo modo, direcionaram o início da minha vida profissional, ditando a geografia de algumas opções. Palmilhei, trabalhando profissionalmente, a periferia de São Paulo, o sertão da Bahia e o rio Negro, detendo-me face a inúmeras realidades invisíveis para grande parte do Brasil, com modos de vida próprios ao mesmo tempo cheios de singularidades e aproximações, que me propiciaram tanto aprendizado.

A este aprendizado, que foi vivenciado de forma militante, estão se acrescentando agora os ensinamentos apreendidos das disciplinas cursadas no mestrado e as experiências de um trabalho de campo sistemático, que me proporcionam instrumentos analíticos, técnicas de observação direta, interpretações detidas e, notadamente, sínteses. Numa situação de liminaridade, entre estas duas modalidades de conhecimento, militante e intelectual, é que tenho traçado, com discernimento, o rumo de minhas atividades de pesquisa.

A porta do “Bode Assado” abre e sou despertado destes argumentos que buscam explicitar minha posição de antropólogo aprendiz, que vive as incertezas de um itinerário que, no mais das vezes, descreve um movimento pendular. Nem vi o tempo passar. Tão pouco assisti o amanhecer do dia. Respiro fundo, o mais que posso, e mergulho para a realidade de Várzea Alegre, pois bem sei que o trabalho etnográfico vai começar e que as dificuldades a serem transpostas não são simples, nem poucas.

### **A investigação e a estruturação do texto**

O trabalho de pesquisa ora apresentado foi construído tendo por base três fontes de informações. A primeira fonte consiste de registros diversos, coletados durante a minha própria intervenção como militante. Anotações várias, relatórios elaborados pelos próprios integrantes destas comunidades, e a memória da experiência vivida, fazem parte deste acervo de dados. É importante assinalar que as *Comunidades de Fundos de Pasto*, em particular, são acompanhadas por mim desde 1999.

A segunda fonte de informações consistiu na revisão bibliográfica de textos relacionados a esta situação social e dos temas que lhe são correlatos. A consulta compreendeu também outras dissertações, documentos oficiais, legislação pertinente, artigos sobre os *Fundos de Pasto* e textos clássicos e contemporâneos de antropologia, sociologia e agricultura familiar.

Elaborei relatos e registrei impressões, compondo um material etnográfico constituído em 6 visitas à região de Oliveira dos Brejinhos. As visitas foram agendadas visando as atividades da ação política dos agentes sociais, e evitando os meses de maior sobrecarga de trabalho agrícola<sup>4</sup>, tempo em que diminuem os espaços de atuação de militância política.

Duas visitas antecederam os trabalhos de campo e coincidiram com reuniões da *Central de Associações de Fundo de Pasto*. A primeira, em outubro

---

<sup>4</sup> Na época das chuvas, os meses de dezembro, janeiro e fevereiro se constituem de grande intensidade de trabalho no plantio, colheita, capina, e tratos sanitários com os animais. Na época da seca, os meses de agosto e setembro são os mais atarefados, com um maior cuidado com os animais em virtude da menor oferta de água e alimentos nos lugares de pastejo. Também é nesta época o início da preparação da terra, esperando o tempo das chuvas para o plantio.

de 2004, teve como objetivo discutir a importância de uma dissertação de mestrado, quais os objetivos e idéias iniciais, bem como obter autorização para apresentar um projeto sobre o tema, na seleção de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Nesta viagem, foram visitadas as comunidades de Várzea Alegre, Boa Sorte e Pé do Morro.

A segunda visita foi em abril de 2005, já como mestrando, com o objetivo de agendar as visitas de campo e proceder à definição de comunidades a serem acompanhadas. Nesta oportunidade foi visitada apenas a comunidade de Várzea Alegre, e os dados foram coletados durante uma reunião da Central de Associações. Esta reunião contava com a presença de representantes de todas as demais comunidades.

A terceira visita, em julho de 2005, teve como objetivo acompanhar a III Feira do Bode, que se constitui em uma grande festa do calendário de eventos da região. Nela, as comunidades de Fundo de Pasto celebram o seu modo de vida, renovam seus laços de solidariedade, reafirmam seus direitos territoriais e percebem o grau de organização no encaminhamento de suas reivindicações. Seus parceiros e antagonistas se fazem presentes, evidenciando as forças mobilizadas em torno de suas principais reivindicações.

A quarta visita, em novembro de 2005, e a quinta visita, em março de 2006, tiveram como objetivo a observação das atividades cotidianas e a realização de entrevistas mais detidas para a análise do discurso dos que compõem as *Comunidades de Fundos de Pasto*, da região de Oliveira dos Brejinhos. A observação foi objetivada, visando tanto os processos de territorialização (ocupação, produção agrícola de base familiar, consciência ambiental), quanto uma variada ordem de fatos que corresponde a uma noção de cultura abrangente e entendida *lato senso*, compreendendo história, religião, educação e festejos<sup>5</sup> das comunidades.

Nessas duas visitas, foram registradas noventa gravações de áudio, acompanhadas de anotações em dois cadernos de campo, um para observações

---

<sup>5</sup> A capacidade de questionar os seus próprios hábitos aliada à capacidade de aprendizagem faz da cultura humana um sistema dinâmico aberto a mudanças. Essas mudanças podem ser decorrentes das relações sociais que são estabelecidas no desenvolvimento de tecnologias, alguma nova descoberta ou influenciadas por fortes transformações ambientais. (Laraia 2002)

gerais e outro, exclusivo para relações de parentesco, além do registro fotográfico. Também foram elaborados alguns croquis, com o intuito de perceber os arranjos sociais na ocupação do território. Os registros de áudio foram classificados em seis tópicos: atividades da central de associações (18), produção agrícola e meio ambiente (15), religiosidade (8), cantorias (18), história da comunidade (31).

Essas gravações foram produzidas de diferentes maneiras. Eventos como festejos e celebrações foram gravados de forma geral, no local em que estavam sendo realizados<sup>6</sup>, com autorização dos organizadores de cada atividade. Nas reuniões, a gravação foi permitida pelos dirigentes da central ou da associação, avisando-se a todos os presentes e garantindo-se a interrupção quando solicitada, por qualquer motivo considerado adequado.

As entrevistas foram realizadas preferencialmente no decorrer das atividades rotineiras das pessoas, em forma de conversas abertas, informais, do tipo “bate papo”. Portanto, as caminhadas diárias até o roçado, a preparação das refeições, a sala de visitas e a feira semanal foram espaços sociais privilegiados para esse tipo abordagem. Foi necessário, porém, a escolha de algumas pessoas para uma entrevista mais formal, enfocando assuntos pré-determinados, com o intuito de suprir lacunas sobre alguns temas, como o histórico das famílias, a luta pelo bode solto e atividades agrícolas.

A sexta e última visita foi realizada em julho de 2006, para o acompanhamento e preparação da IV Feira do Bode. Nessa ocasião foram utilizados recursos audiovisuais para registrar imagens e entrevistas, totalizando duas horas e meia de material.

Foram também documentadas duas reuniões da *Articulação Estadual de Fundos de Pasto* com a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário (CDA), uma reunião com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária, e uma entrevista com Maria Amélia, coordenadora do Núcleo de Fundos de Pasto da CDA.

Não houve transcrição integral das gravações de áudio e vídeo, porém todo o material produzido foi cuidadosamente analisado e catalogado, e certas partes

---

<sup>6</sup> As atividades religiosas foram realizadas na igreja, no salão da mesa branca, na sede comunitária, e na casa na qual se realizavam as atividades pastorais

julgadas especialmente pertinentes foram transcritas e introduzidas no texto de dissertação.

A comunidade de Várzea Alegre foi o centro da observação participante, e todos os povoados e famílias foram visitados e entrevistados. Também foram entrevistadas lideranças de outras comunidades, lideranças sindicais e políticas, técnicos de ONGs e do governo. No quadro abaixo, apresento os entrevistados:

<b>Entrevistados da Comunidade de Várzea Alegre</b>	
<b>Povoado</b>	<b>Entrevistados</b>
Itapicuru	Elza e Crispim
Alagadiço	Ladú, Benil, Maria e Gilmar
Várzea Alegre	Zé Vicente, Juliana, Maria Bião, Ana Clara, Ari, Anésia, Zuca, Orestes e Janir
Lagoa do Angical	Maria, Nô, Mário, Tozinha, Jose Amaro, Avanyr, Cleiton, Maria Ferreira, Antônio e Lora
Pascasso	Olava, Oscar e Ana

<b>Entrevistados de outras Comunidades</b>	
<b>Comunidade</b>	<b>Entrevistados</b>
Várzea Grande	João Nogueira, Dunga, Wanda, Eduardo, Nilza
Boa Sorte	João Néri
Jatobá	Gilmar
Assentamento Ferrari	Paixão

<b>Outros Entrevistados</b>	
<b>Organização</b>	<b>Entrevistados</b>
FETRAF	Joeleno
CODEVASF	Jonas Paulo

CDA	Maria Amélia
FUNDIFRAN	Dermeval
CAA	Flávio Bastos

A seguir, passarei a uma apresentação sumária do que constitui cada uma das partes desta dissertação.

No primeiro capítulo há uma introdução, buscando informar ao leitor a minha trajetória profissional, da formação em engenharia agrônoma, em São Paulo, até a chegada ao mestrado em Ciências Sociais, na Bahia. Ela também enfoca o contexto do meu encontro com agentes sociais que se auto-designam *Comunidades de Fundos de Pasto*. Ainda nesta introdução procedo a uma breve crítica dos recursos de método utilizados em minha trajetória profissional.

No segundo capítulo, busco orientar o leitor sobre as definições relativas aos *Fundos de Pasto*, mesclando uma revisão bibliográfica com algumas definições obtidas no trabalho de investigação. Faço um breve histórico da ocupação do território, salientando os aspectos agrários e sociais, visualizando as alterações na legislação e a formação social. Observo como alguns conflitos, que ameaçam um modo de vida, fazem emergir a identidade Fundo de Pasto. Por fim, relato a “Luta pelo Bode Solto”, que marca a resistência contra a grilagem das terras, nesta região.

No terceiro capítulo são abordadas as relações sociais que convergem para a configuração organizativa das *Comunidades de Fundo de Pasto* da região de Oliveira dos Brejinhos, tomando como referência a comunidade de Várzea Alegre. São observados e descritos os três espaços organizativos: a família, a igreja e a associação.

As implicações relacionadas à regularização fundiária, no contexto de globalização da economia brasileira, bem como sua influência no cotidiano das famílias, na produção agropecuária, na migração por busca de alternativas de renda e educação são analisados no quarto capítulo. Ainda neste capítulo busco descrever a preparação e realização da Feira do Bode, festa que representa, para os agentes locais, um ritual de demonstração de força de suas comunidades e a reafirmação de sua identidade coletiva, hoje objetivada em movimento social.

No capítulo final, intitulado “Questões Abertas e Desafios Futuros”, aponto algumas questões que estão na pauta atual das comunidades de Fundos de Pasto da região de Oliveira dos Brejinhos. Procuro analisar a legislação atual e a implicação da ação oficial de regularização fundiária, geração de renda e educação sobre as *Comunidades de Fundos de Pasto*, ressaltando o fenômeno da migração e as perspectivas de futuro que se delineiam para estas comunidades.

## Capítulo 1

### Trajatória Profissional e Exercício Comparativo: o sertão do nordeste e a Amazônia

O ponto de partida de uma pesquisa pressupõe considerações elementares: a descrição do modo como os dados de pesquisa foram obtidos e de quais recursos teóricos dispõe o pesquisador para assegurar a fidedignidade das informações. Tais precauções levaram-me a iniciar esta dissertação com uma apresentação mais pormenorizada sobre minha formação acadêmica e suas implicações. Objetivo com isto descrever quais são meus critérios de competência e saber, além disso, delimitar o lugar de onde estou produzindo minha análise sobre os processos sociais focalizados. Como já foi mencionado, eles dizem respeito à situação social definida como *Fundo de Pasto*.

Relato a iniciação de um engenheiro agrônomo no campo das ciências sociais, com a pretensão de se tornar um antropólogo. Diferentemente de naturalizar as ciências sociais, isto é, tratar os conceitos como algo que deva ser demonstrado, verificado ou testado, procuro interpretar significados, e eleger relações para efeitos de delimitação do objeto de pesquisa. E, de acordo com as relações que fui construindo nestes últimos dez anos de vida profissional, percebi a carência dos elementos teóricos que as disciplinas da agronomia me proporcionaram. A leitura das realidades empíricas nas quais ia me inserindo necessitava de outros aportes teóricos e de diferenciadas ferramentas metodológicas. O encontro gradual com estas ferramentas de pesquisa é que, pouco a pouco, me aproxima da antropologia, domínio de conhecimento no qual me encontro envolvido, sem ter rompido, todavia, completamente com outros referenciais teóricos.

Na passagem de uma disciplina, agronomia, para outra, antropologia, disponho-me como detentor de uma vivência de militante nos movimentos sociais. Essa militância, que foi exercida através de assessorias prestadas enquanto técnico das organizações não-governamentais em que trabalhei, influencia minha ação de pesquisador.

Esta junção de militante e pesquisador, embora possa também ser vista do prisma da dissociação, me permite estar engajado numa ação política com as exigências e competências de pesquisador. Desta forma, nada modesta, é que percebo meu papel, hoje, nas ações em que me encontro envolvido, tanto nesta dissertação como em outros trabalhos de pesquisa.

### **Da Universidade à periferia de São Paulo**

Formei-me em agronomia no ano de 1996, no município de Piracicaba/SP, pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / ESALQ, unidade da Universidade de São Paulo / USP. Os anos de faculdade me introduziram no mundo agrícola, onde, predominantemente, éramos preparados para atuar em prol da agricultura empresarial, com destaque para os grandes empreendimentos agrícolas e o sistema financeiro que dá suporte a este tipo de agricultura. As questões decorrentes da degradação dos recursos ambientais utilizados e a preocupação de escassez, como de água e solo, estavam presentes nos debates da época na escola, e mesmo de forma tímida, eram incorporadas na grade curricular e no universo de pesquisas. Em 1993, interessado em compreender melhor a degradação ambiental decorrente do uso intensivo de venenos na agricultura, passo a integrar um grupo de pesquisa, intitulado PIRACENA, desenvolvido por pesquisadores do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/USP), cujo foco de estudos era compreender o metabolismo do rio Piracicaba e afluentes, afetados pela poluição urbana, industrial e agrícola. Por dois anos fui responsável por coletar amostras de água do ribeirão Piracicamirim, participei de expedições no rio Piracicaba e digitalizei dados de análise desse rio, dos anos 1978 a 1990, pertencentes à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo de São Paulo. Ao mesmo tempo em que aprendia uma metodologia de pesquisa, voltada para compreender as interações biológicas, químicas e físicas, que aconteciam no ambiente pesquisado, sentia falta de entender as interações sociais, e indagava como os moradores da bacia do rio Piracicaba podiam se beneficiar dos métodos da pesquisa que utilizávamos, de como as pesquisas poderiam orientar políticas públicas, novas tecnologias e os investimentos na região.

As questões sociais eram tratadas de forma marginal na ESALQ, sendo poucas as disciplinas preocupadas com este tema, relegadas principalmente ao departamento de Economia e Sociologia. As disciplinas Sociologia Rural; Sociedade, Cultura e Natureza; e Sociologia de Grupos me propiciaram uma pequena introdução às investigações dos cientistas sociais sobre o mundo agrícola. Alguns alunos formaram grupos de estudos e iniciaram intercâmbios com movimentos sociais das regiões do norte e nordeste, fomentando, dentro da universidade, debates sobre reforma agrária, agroecologia e o papel da agricultura familiar. Nessa época percebia que o debate estabelecia uma dualidade entre a agricultura como negócio, baseada no lucro, representada pelo latifúndio, monocultura, adubos industrializados, veneno e máquinas agrícolas, e a agricultura de base familiar, baseada na subsistência da família e no uso de tecnologias de baixo impacto ambiental. Com estes debates e com a vivência propiciada no grupo de pesquisas PIRACENA, faço a opção de me dedicar profissionalmente ao apoio do que na época eu chamava de “agricultura familiar”, mesmo sem uma aproximação maior e direta com este mundo.

Mas foi no departamento de Ciências Florestais, que duas disciplinas optativas, oferecidas pelo professor Marcos Sorrentino, influenciaram o início da minha vida profissional – tópicos de educação voltados para a questão ambiental e projetos de educação ambiental – pois, ao mesmo tempo em que refletiam o desenvolvimento da sociedade contemporânea, apresentavam instrumentos pedagógicos para uma intervenção nesta mesma sociedade. Ainda na USP tive a oportunidade de cursar disciplinas nos departamentos de sociologia, geografia e na escola de comunicação, localizadas no campus da cidade universitária, no município de São Paulo. Cada vez que penetrava no mundo das ciências humanas, mais percebia sua importância, e, simultaneamente, constatava uma grande deficiência na formação dos engenheiros agrônomos.

A motivação para a intervenção na sociedade vai marcar os meus sete anos iniciais como agrônomo. O primeiro desafio foi na periferia de São Paulo, através do Instituto Ecoar para Cidadania, numa parceria com a própria prefeitura de São Paulo, discutindo alternativas à canalização de córregos em bairros periféricos na zona Leste – São Mateus, Aricanduva. Este tempo foi marcado pela

descoberta de uma realidade que estava ao lado da casa de meus pais, com a qual eu não me relacionava e não conhecia. Mostrou-me uma cidade de São Paulo basicamente nordestina, com uma forte dinâmica social nos bairros, escolas e conjuntos habitacionais. Através da construção de ferramentas metodológicas baseadas na pesquisa-ação-participativa pude refletir e intervir ao mesmo tempo naquela realidade urbana e nos impactos na qualidade de vida das pessoas. Foi minha primeira experiência de trabalho em equipe, composta de mais de cinquenta pessoas, de diversas formações acadêmicas, o que me ensinou a valorizar diversos olhares sobre uma mesma questão. Esta experiência transcorreu muito rapidamente e, em menos de um ano, já estava partindo para a minha segunda experiência de trabalho, no sertão da Bahia, levando a impressão de algo iniciado e não acabado, sem uma maior reflexão dos acertos e limitações da metodologia utilizada.

### **Adentrando o sertão da Bahia**

Em novembro de 1997 rumo para o sertão da Bahia, mais precisamente para a vila de Gameleira do Assuruá, município de Gentio do Ouro, zona de transição entre a chapada Diamantina e o vale do rio São Francisco. Vou trabalhar no Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), uma organização não-governamental (ONG) voltada para o fortalecimento de associações de moradores de pequenos povoados, cooperativas e grupos culturais. O trabalho do CAA consistia, principalmente, na valorização da agricultura praticada com o uso de tecnologias adaptadas ao clima semi-árido e na conquista de políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação e geração de renda. Chego nesta região sem nunca antes ter estado na Bahia, motivado por conhecer modos de vida muito diferentes daquele no qual fui criado e pela oportunidade de trabalhar diretamente com o modo familiar de produção. Nesta época, agricultura familiar significava, para mim, toda agricultura baseada na força de trabalho da própria família, orientada para a reprodução simples.

Estava indo na busca do novo, do diferente, tendo como referência a cidade onde fui criado, São Caetano do Sul/SP, e a cidade onde vivi durante a faculdade, Piracicaba/SP. No percurso da viagem de ônibus de São Paulo/SP a Ipupiara/BA,

percebi nas pessoas que me acompanhavam uma euforia em voltar para sua terra natal, a saudade que sentiam das pessoas, dos lugares, das comidas. Lembrei de tantos baianos com quem trabalhei em São Mateus, zona leste de São Paulo, e fui me dando conta de que, além do novo, poderia encontrar muitas semelhanças entre mundos aparentemente tão distantes. Ainda na viagem, estranhei as manifestações relativas a um sentimento de saudade que parecia ser comum a todos: o cheiro da caatinga molhada, tanto pela chuva como pelo orvalho. Hoje tenho bem claro este sentimento presente em mim.

Não demorei muito para comprovar a riqueza cultural, social e ambiental de uma região castigada pela seca e pela imagem de mendicância. Além de Guimarães Rosa, que, através de Sagarana retratou um pedaço do sertão, tinha comigo as histórias de meus bisavós que vieram da chapada do Araripe/CE e de colegas da universidade que trabalharam no sertão do Piauí. O sertão era, naquele momento, curiosidade, admiração e respeito.

No primeiro ano, 1998, me deparei com situações estimulantes, tanto pelo aprendizado que carregavam, quanto pelo desafio de entender uma cultura complexa, cheia de variações regionais. Foi um período de adaptações, de muitas descobertas, de mergulho numa realidade, cujas potencialidades e dificuldades estavam sentadas numa mesma mesa. Tive a oportunidade de conhecer várias localidades, denominadas regionalmente de comunidades, tanto numa conotação geográfica, significando povoado ou vila, ou como representação política, geralmente atrelada a uma família ou grupos de famílias. Nestes povoados foi recente a constituição de associações para representá-los legalmente perante instituições bancárias e órgãos públicos. Com o passar do tempo o termo comunidade<sup>7</sup> vai significando para mim um conjunto de relações sociais que são pacientemente construídas, representadas pelo modo de vida específico de cada grupo social, extrapolando o sentido geográfico, o que faz de cada comunidade um mundo singular, não obstante haver semelhanças entre elas.

Devido às distâncias e à péssima qualidade das estradas éramos levados a dormir nas casas das famílias com as quais trabalhávamos, vivenciando seu

---

<sup>7</sup> Ver nota nº 1

cotidiano enquanto desenvolvíamos as atividades<sup>8</sup>. Esse fato foi marcante para a percepção dos modos de vida, e nestes, das relações sociais, que de outra forma dificilmente iríamos perceber se só executássemos as atividades de trabalho e regressássemos para nossas casas. Porém as relações sociais de cada comunidade não eram integradas sistematicamente nas formas de intervenção que praticávamos, havia uma generalização das práticas de intervenção, ficando para cada um, com sua subjetividade, adaptar as situações. Um exemplo desta subjetividade foi a postura individual de alguns técnicos de não dormirem sempre na mesma casa, nas mesmas famílias, possibilitando relações sociais múltiplas e olhares diferenciados, o que fazia ampliar nossa percepção das localidades.

O CAA até 1998 só operava no município de Gentio do Ouro e, em 1999, se aproxima de mais três municípios da região: Ipupiara, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. Embora muitas características físicas fossem parecidas - como clima, vegetação, solos -- e econômicas - agricultura e mineração como atividades básicas -- havia uma fundamental distinção no contexto social, marcado pela presença, desde o início da década de 70, das comunidades eclesiais de base<sup>9</sup>, com apoio de um padre belga, João Christiano. Essas comunidades, compreendiam um sistema de relações sociais bem consolidado, quebrando com os limites geográficos estritos ao povoado e fortalecendo as expressões da vida cotidiana e as representações sociais de cada família. Ampliar a área geográfica de trabalho me propiciou uma diversidade de relacionamentos e novas perspectivas de ação, pois nos novos municípios as famílias se mostravam muito mais abertas ao trabalho que realizávamos, do que nas comunidades com as quais o CAA iniciou seus trabalhos em Gentio do Ouro.

---

<sup>8</sup> Tenho como atribuição a implantação de sistemas agroecológicos e atividades de educação ambiental, objetivando o desenvolvimento de tecnologias adaptadas a uma região semi-árida que favoreçam o modo de produção de familiar, visando a segurança alimentar e a geração de renda.

<sup>9</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são resultantes de um movimento da igreja católica que também atingiu outras igrejas, principalmente as protestantes, que teve início nos anos 60, com destaque para a América Latina, e que foi influenciado pelo concílio do Vaticano II e as conferências de Medellín e Puebla, baseado pedagogicamente em Paulo Freire e apoiado pelas ciências sociais, inspirado em ideais de liberdade e pela opção aos "pobres da terra". Quebrava com a estrutura verticalizada da igreja, repartindo poderes que se concentravam na estrutura eclesiástica para membros de cada comunidade, apoiando uma leitura das escrituras da bíblia, como base de organização popular para melhoria das condições de vida. Para mais informações, consultar o documento "As comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil", que foi lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Brasília, novembro de 1982.

Essa mudança também me levou a perceber, com mais ênfase, a importância da observação sistemática do cotidiano das comunidades para compreender seu modo de vida, as formas de tomada de decisão, e suas principais reivindicações, pois os espaços institucionais não davam conta de abranger esta compreensão. Hoje, também consigo refletir sobre a dificuldade que nós, técnicos do CAA, encontrávamos na época, de dialogar com expressões organizativas mais familiares e menos institucionais, que eram a marca das comunidades em Gentio do Ouro. Queríamos trabalhar como se a associação fosse o ponto central das tomadas de decisão. A associação era fundamentalmente o resultado da organização familiar, e, principalmente em Gentio do Ouro, não conseguimos compreender bem a complexidade das relações familiares. Em Ipupiara, Brotas de Macaúbas, e Oliveira dos Brejinhos, mesmo tendo a associação como referência, a visibilidade das CEBs nos permitia compreender melhor os modos de tomada de decisão comunitária e assim dialogar com as demandas trazidas por cada grupo e definir nossa atuação.

### **O primeiro contato com os Fundos de Pasto: as impressões**

Ainda em dezembro de 1998, ao participar da assembléia de planejamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Barra, conheci João Néri, morador da comunidade de Boa Sorte, localizada na BR 242, no município de Oliveira dos Brejinhos/BA. Seu jeito simples, sua forma cativante de falar da realidade que o cerca e seu discernimento político, chamaram-me a atenção. Foi neste encontro que escutei pela primeira vez a expressão *Fundo de Pasto*.

Em 1999, na expansão das atividades do CAA, durante o início da campanha para construção de cisternas<sup>10</sup> da Diocese de Barra, meus companheiros de trabalho visitam a Associação de Fundo de Pasto de Jatobá, que dias depois vim a conhecer. Logo eles se admiram da organização comunitária e da ocupação do espaço: não havia concentração de casas, que estão dispersas

---

<sup>10</sup> Essas cisternas são reservatórios com capacidade aproximada de 20 mil litros, que armazenam água da chuva para períodos de estiagem. Sua construção, baseada em placas pré moldadas, é relativamente simples e barata, propiciando a difusão desta tecnologia a todo o sertão nordestino. A construção de cisternas se transformou em política pública com o programa de 1 milhão de cisternas, conhecido como P1MC e executado pela sociedade civil – organizações populares e movimentos sociais que formaram a Articulação do Semi-Árido (ASA).

ao longo do território, que é cercado, separando os povoados que formam essa associação dos seus vizinhos. Um detalhe chamou a atenção: os roçados<sup>11</sup> são cercados, protegidos dos animais que vivem soltos, com destaque para os rebanhos de caprinos e ovelhas. Sem ter clareza dos motivos, tive a impressão de que estávamos diante de uma organização social diferenciada das demais associações em que trabalhávamos.

Meses mais tarde, visitei outras *Associações de Fundo de Pasto*, Várzea Grande e Várzea Alegre, e a certeza de algo diferencial se consolidou. Participei, pela primeira vez, de uma reunião da *Central de Associações de Fundo de Pasto* e me deparei com nove comunidades representadas por associações, espalhadas pelos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. A força organizativa<sup>12</sup> deste grupo se diferencia da de outras comunidades que só eram representadas pelo sindicato de trabalhadores rurais<sup>13</sup>. Também se diferenciam por não necessitar de assessorias para se articularem, buscando relação direta com os órgãos públicos para a regularização do território de uso comum e não apenas de posses individuais.

Essa *Central de Associações de Fundos de Pasto* recebe o apoio de várias organizações. Além do CAA, uma outra organização não-governamental, a Fundação para o Desenvolvimento Integral do Vale do Rio São Francisco - FUNDIFRAN apóia suas ações. É também destacado o trabalho da paróquia local, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra da diocese de Barra. As atividades do CAA junto à *Central de Associações de Fundo*

---

<sup>11</sup> Roçado é o termo utilizado regionalmente para designar as áreas destinadas para as plantações anuais que ocorrem na época das chuvas, com destaque para milho, feijão, mandioca, mamona, abóbora e melancia.

<sup>12</sup> O sindicato de trabalhadores rurais foi, por muito tempo, a única forma de expressão política institucionalizada de quem trabalhava com a agricultura, seja para subsistência da sua família, seja vendendo a força de trabalho para fazendeiros ou empresas rurais. Depois apareceram as associações, de moradores ou profissionais, e as cooperativas. Os partidos políticos tinham também certa representatividade, com destaque para o partido dos trabalhadores (PT). A *Central de Associações de Fundo de Pasto* é, portanto, uma configuração institucional nova, embora represente um modo organizativo antigo que tem visibilidade no decorrer da luta pelo bode solto, nas décadas de 70 e 80 do século XX, como será apresentado mais adiante.

<sup>13</sup> Até este momento utilizava duas expressões para denominar as pessoas com as quais trabalhava: agricultores familiares ou trabalhadores rurais. A primeira expressão vinha da compreensão dual, trazida dos tempos da faculdade, entre dois tipos de classificação da agricultura – patronal ou familiar. A segunda expressão era utilizada pelo sindicato dos trabalhadores rurais (STR), na qual tinha influência a denominação de agricultores e agricultoras sempre que eram indagados sobre sua profissão.

*de Pasto* não obstante se restringissem, nesta época, ao programa de construção de cisternas, desencadeia uma maior aproximação com a comunidade de Jatobá, cuja busca por compreender suas necessidades proporciona visitas que me permitem acompanhar momentos de seu cotidiano, razões pelas quais meu interesse em entender esta particular forma de organização social só aumenta.

O ano de 2000, último do século XX, vem junto com um impasse institucional na adequação do trabalho que realizávamos, uma vez que ao perceber as diferenças culturais dos grupos trabalhados, deveríamos preparar melhor nossa intervenção, deixando de tratar todos de forma muito uniforme, e entender os motivos pelos quais os resultados variavam. De um ponto de vista, conhecer melhor os grupos seria acreditar na sua força, seu modo de vida, valorizá-lo, dando suporte para as tomadas de decisão que surgiriam no seu caminhar. De outra perspectiva, conhecê-los melhor serviria para adequar a metodologia de trabalho para conduzir de forma mais pedagógica as “tecnologias mais adequadas”, os “melhores posicionamentos políticos”. A necessidade de mudanças é sentida por quase todos, associados, diretores, técnicos, assessores, e, verdadeiramente, havia uma busca por adequação do trabalho. Mas a forma de mudar levou a impasses e concepções diferentes de pensar e realizar o trabalho não se harmonizaram. As alianças para a eleição municipal, quando técnicos, diretores e associados se lançaram candidatos, aumentaram as discordâncias. Havia um desgaste na relação entre os técnicos e de alguns técnicos com algumas famílias. Minha ansiedade por respostas antecipava a necessidade de conhecer outras regiões, outras experiências de trabalho. Embora convicto na busca de metodologias mais adequadas, que fugissem a modelos pré-estabelecidos e generalizadores, me sentia muito mais discursivo do que prático, e, assim, inseguro para propor mudanças efetivas.

Estava na hora de sair, de conhecer outras realidades, outros métodos de trabalho. Nesses três anos muitas conversas foram saboreadas, nos povoados por onde passava, e, particularmente, na vila onde morava, Gameleira do Assuruá, onde fui acolhido como filho e podia vivenciar o cotidiano das relações locais. Os colegas de trabalho foram muito pacientes com minhas perguntas, meus questionamentos, que nem esperavam respostas para propor uma nova questão.

Mas quero enfatizar a contribuição de quatro pessoas em especial, quatro mulheres, que muito me ajudaram a compreender esse pedacinho do sertão, incorporando pontos de vista femininos ao processo em que eu vivia. Sissa, grande companheira, Montse e Pepa, amigas para todos os momentos, e Marizete, minha grande irmã sertaneja. Conversas regadas a saborosas comidas, com um cardápio variado entre sertanejo, paulista ou espanhol, ao longo das quais a amizade, o carinho e a identificação eram temperos adicionais. Com Montse e Pepa percebi a proximidade da visão de mundo que nos assemelhava, diminuindo as distâncias de quem foi criado em grandes centros urbanos, seja Barcelona, Granada ou São Paulo. Com Sissa, compartilhei sonhos e a vivência cotidiana deles. Marisete fazia o contraponto da mulher sertaneja, da mulher de fibra de Gameleira do Assuruá. Nossas reuniões eram momentos de reflexão, não nos poupando de críticas, quando íamos ao cerne de nossa própria insegurança, do nosso próprio limite.

### **A Amazônia comparada os sertão nordestino e o encontro com a Antropologia**

Ao avisar amigos sobre meu desejo de conhecer novas experiências de trabalho, recebo um convite para trabalhar na Amazônia, mais precisamente no rio Negro, em outra Organização Não-Governamental (ONG), a Fundação Vitória Amazônica (FVA), que trabalha com pesquisa e organização social no Parque Nacional do Jaú e com moradores do entorno de unidades de conservação do rio Negro. Sou estimulado a conhecer uma nova região, a Amazônia, apontada pelos meios de comunicação como local da diversidade, rico e extremamente belo. A beleza, comprovei na primeira viagem de barco; quanto à diversidade, demorei em enxergá-la. E a riqueza, tal qual no nordeste, concentrada nas mãos de poucos.

Não fiquei muito tempo na Amazônia, um ano e quatro meses, mas que foram importantes para vivenciar questões-chave para a compreensão do meu papel como técnico. O contexto do trabalho, por ele mesmo, já era interessante.

Fui vinculado ao projeto Fibrarte<sup>14</sup>, que buscava apoiar a atividade artesanal de produtos não madeireiros, incrementando a fonte de renda de famílias ribeirinhas. Duas associações eram as interlocutoras principais do trabalho: a Associação de Artesãos de Novo Airão (AANA) e a Associação Indígena de Barcelos (ASIBA). Novo Airão e Barcelos são municípios de uma área territorial enorme, ocupados, majoritariamente, por áreas de conservação e território indígena<sup>15</sup>. Grande parte dos moradores dos povoados ribeirinhos da região se deslocou para as sedes municipais em face da expulsão de seus locais de moradia, decorrente da criação das unidades de conservação, ou da falta de estrutura e apoio para realizar suas atividades cotidianas. Com isso, as sedes municipais cresceram em ritmo que não foi acompanhado por políticas públicas adequadas. O nível de desemprego grande e a pouca quantidade de terra destinada às famílias que se deslocaram era insuficiente para assegurar a continuidade das atividades agrícolas a que estavam acostumados, além de uma maior pressão sobre os recursos ambientais, baseados notadamente no extrativismo, como pesca, caça, cipós, palhas, arumãs, o que determinou adaptações bruscas do modo de vida dessas famílias deslocadas.

A metodologia de trabalho também visava a participação dos grupos assessorados, tendo o artesanato, de excelente qualidade, como orientador da nossa ação. Esse artesanato se destacava como uma fonte alternativa de renda das famílias e os técnicos da FVA, ao perceberem nele um importante potencial gerador de renda, passaram a reunir as artesãs da sede de Novo Airão, que produziam e vendiam seus teçumes<sup>16</sup> individualmente. Porém o tempo da FVA não foi o tempo das artesãs, e se apressou a formalização de uma organização, a associação, que veio a ser a própria AANA. A FVA se preocupou em construir uma sede para as artesãs, grande, bonita, projeto feito por um arquiteto conceituado de Manaus, construção que na cidade só era menos imponente que a

---

<sup>14</sup> O projeto Fibrarte se caracterizava pela valorização econômica de produtos artesanais de origem não madeireira, cuja extração representava baixo impacto ambiental, com a finalidade de incrementar a renda de famílias e, assim, diminuir a pressão sobre recursos madeireiros.

<sup>15</sup> Destaques para o Território Indígena Waimiri-Atroari, Parque Nacional do Jaú e Estação Ecológica de Anavilhanas

<sup>16</sup> Teçume é um termo nativo para referir ao produto que foi tecido, o produto do artesanato, que é geralmente feito com fibras vegetais. Nesta região são destacados os teçumes à base do arumã, planta arbórea, encontrada nas clareias, tanto na terra firme como nos igapós.

igreja. As vendas eram prioritariamente para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília. Há um aumento da renda e algumas famílias logo percebem o potencial de crescimento econômico e investem bastante energia nesta atividade. Inúmeras capacitações são feitas, buscando a adequação das artesãs ao mundo associativo, à produção para o mercado, para a comercialização.

As famílias das artesãs ainda estavam se conhecendo e rapidamente foram levadas para formar uma associação, forma de organização com a qual não tinham familiaridade. Não se sentiam à vontade para deixar suas casas para trabalhar num galpão gigante, onde não reconheciam como espaço seu. Ainda não tinham experiência de venda local organizada coletivamente, mas tinham que negociar com compradores de longe, por telefone. Essa precipitação, ao mesmo tempo em que provocou a rápida visibilidade e um bom retorno financeiro, não propiciou autonomia. A AANA era dependente da FVA, e mesmo as capacitações não foram suficientes para que a gestão da associação fosse feita mais independentemente, que a AANA tivesse a cara das famílias que dela faziam parte. Foi neste momento que ingresso na Fundação Vitória Amazônica, tendo a responsabilidade de fortalecer a organização social da Associação de Artesãos de Novo Airão.

A visibilidade da venda dos artesanatos e a conseqüente melhora na renda das famílias se espalha pela região do rio Negro e seus afluentes, e a FVA é convidada a trabalhar com mais dois grupos - a Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) e moradores do rio Jauperi – o que ensejou mais diversidade cultural e novos desafios para a sua assessoria. Percebe-se a necessidade de apoio para compreendermos toda esta diversidade e um consultor foi chamado para nos ajudar a pensar ações, metodologias, que pudessem dar conta da dimensão dos desafios que estavam à nossa frente. Essa consultoria, do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, me coloca em contato com a antropologia.

O primeiro encontro aconteceu em março de 2001, cinco meses em que estava trabalhando no rio Negro, quando nossa equipe se reúne para planejar a consultoria. Foram três sessões ao longo de oito meses, nas quais trabalhamos questões que desde o sertão eu trazia comigo. Mais que respostas a vivência deste período me trouxe ferramentas para lapidar minhas perguntas, direcionar

meu olhar, preparar meu ouvidos e, o mais difícil dos aprendizados para mim, buscar falar apenas o necessário e no tempo adequado.

O antropólogo nos escutava calmamente. Percebia nessa atitude que, para ele, a visão que cada um carregava do campo de trabalho era fundamental. Não havia o certo, havia apenas caminhos, que cada um de nós percorria, focalizando um aspecto, uma particularidade. Da interação de cada particularidade, construíamos um todo, visualizávamos os caminhos comuns. Sem saber, começava a conhecer a etnografia.

Ao lado da preocupação em observar as particularidades, buscávamos fazer analogias. A caminhada das artesãs de Novo Airão, da ASSIBA, dos moradores do Jauperi era comparada a situações na Bósnia, Venezuela, Bangladesh, Maranhão, Acre, Pará. Percebíamos que não estávamos sozinhos, que nossos dilemas, se não eram idênticos, se aproximavam, sintonizavam com o que ocorria no mundo. Aflorava uma forma de compreensão com base em estudos comparativos.

Das analogias, das particularidades, fomos conduzidos à reflexão-base para a escolha de caminhos, para a tomada de decisão, para a definição do nosso papel como assessoria, como entidade mediadora. O método comparativo era uma ferramenta auxiliar.

Entre cada discussão conjunta, minhas idas a campo se modificavam. Na AANA, menos reuniões e mais conversas, menos formalidade, maior aproximação com o cotidiano das artesãs, buscando entender concepções de vida, relações de parentesco e de afinidade. Identificávamos quem mais vendia, quem participava nas coletas de matéria-prima, quem assumia cargos, quem tecia em casa, quem tecia na sede da associação. Outro ponto de observação importante era a pressão externa existente, com destaque para os partidos políticos que viam na AANA uma força geradora de renda importante, sem controle das elites locais. Outra pressão externa remetia à relação com o IBAMA: os técnicos rivalizavam com os pesquisadores da FVA, principalmente no tocante ao conceito de preservação ambiental. A ONG apostava nas comunidades locais e o IBAMA na fiscalização oficial. Essa diferença de visão ocasionou vários acordos que culminaram em um

plano de manejo, até hoje sendo monitorado, que modificou bastante as formas de coleta da matéria-prima base do artesanato.

Consequia ver nosso próprio trabalho sob diferentes perspectivas e, como estávamos no sertão, perceber a necessidade de mudar, desta vez de maneira objetiva, com pouco discurso e clareza de caminhos. Se queríamos uma organização com o jeito das artesãs, elas deveriam efetivamente dar os rumos, e para isso deveriam sentir a associação como realmente delas. Não éramos nós que deveríamos gerenciar a associação e sim as artesãs ou alguém contratado por elas. Passar recursos para a administração da associação era imprescindível, venda direta a turistas necessária para a capacitação e dar assessoria e menos mediação eram as saídas a curto prazo que visualizamos ao final da consultoria. A construção da autonomia, sem tutelas, permitia fazer comparações com as situações que observava no sertão baiano.

Além da AANA, conhecer povoados no rio Jauperi<sup>17</sup> e no interior de Barcelos<sup>18</sup> mostraram a diversidade social que, na chegada, eu não havia percebido. Muitas dessas comunidades eram os locais de origem de muitas das famílias da AANA, e uma ligação entre quem saiu e quem permaneceu nos diversos igarapés, afluentes do rio Negro, foi percebida<sup>19</sup>. Outra questão importante era o significado econômico do artesanato para quem estava na sede do município, com sua economia totalmente fragilizada, e quem estava com a base de sua economia agrícola, extrativista, de certa forma estabilizada. A assessoria da FVA a estes novos grupos devia seguir um caminho de maior respeito ao tempo das comunidades, interagindo de forma mais ampla com a vida social destes grupos. Repetia-se, com outras nuances, o mesmo debate ocorrido no trabalho de assessoria no sertão, ou seja, acreditar na força dos grupos, tendo-

---

<sup>17</sup> Por muito anos, as pessoas moravam em sítios espalhados pelo rio Jauperi. Só após 1991 é que foram se formando vilas, chamadas localmente pelo termo “comunidades”. A Associação de Artesãos do rio Jauperi foi fundada tempos depois, em 25 de fevereiro de 2004.

<sup>18</sup> Os povoados visitados em Barcelos estavam ligados à Associação Indígena de Barcelos (ASSIBA). Esta associação é formada por povos de várias etnias indígenas do rio Negro e tem por finalidade a sua organização para a efetivação de direitos constitucionais como saúde, educação, demarcação de território, geração de renda.

<sup>19</sup> A ida para a sede dos municípios, tanto de Novo Airão como Barcelos, não parecia ser o fator determinante na exclusão das famílias das suas localidades de origem, pois uma certa relação continuava a ser estabelecida. Porém as diferenças variavam bastante e não foi possível, pela falta de um maior aprofundamento, perceber as famílias que ainda mantinham relações estreitas com suas comunidades de origem e qual o papel que elas desempenhavam.

os como direcionadores da ação da assessoria prestada pelos técnicos da ONG, ou transformar esta assessoria em uma forma de capacitação, acreditando, assim, direcionar as ações dos agentes sociais assistidos.

Esse período, de novembro de 2000 a fevereiro de 2002, representou uma época de bastante aprendizado. A etnografia como elemento básico de observação, a busca por analogias, destacando as particularidades e a variedade de ferramentas metodológicas a serem utilizadas, muito me estimularam a perceber os contextos onde me inseria e desse modo, cada vez mais fui me aproximando das ciências sociais, da antropologia, e percebendo as insuficiências que marcaram meu trabalho no Nordeste.

### **Os Fundos de Pasto e a Antropologia**

Em fevereiro de 2002 recebi convite da Comissão Pastoral da Terra da Bahia para trabalhar no apoio a equipes espalhadas pelo estado, o que me fez voltar ao Nordeste. Eu seria o assessor responsável por acompanhar a temática “Pequenos Agricultores”<sup>20</sup>, tendo uma grande aproximação com movimentos de sem-terras, comunidades quilombolas e os *Fundos de Pasto*.

O dia a dia na CPT não foi de acompanhamento direto aos movimentos sociais e sim no apoio a equipes da própria CPT, divididas por dioceses da igreja católica<sup>21</sup>. Essas equipes trabalhavam prioritariamente com sem-terras e assentados, quilombolas, *Comunidades de Fundos de Pasto* e demais comunidades denominadas pelos agentes da CPT, de forma genérica, de pequenos agricultores. Logo percebo a diversidade organizacional identificada, pelos agentes da CPT, em seu trabalho, e a dificuldade em lidar com toda essa diversidade. A CPT se caracteriza por um intenso trabalho junto às organizações populares, buscando que cada grupo tenha um forte protagonismo nas ações em

---

<sup>20</sup> A CPT é a primeira organização em eu trabalhei que distinguia alguns dos grupos apoiados pelas suas auto-identidades. Minha percepção dual da agricultura -- “agricultura patronal x agricultura familiar.” -- se modifica. O próprio termo, agricultura familiar, é colocado em cheque, como será relatado adiante. Termos como campesinato, pequenos agricultores são mais usados pelos agentes da CPT em detrimento do termo agricultura familiar. Cada vez mais é internalizado o conceito de povos e comunidades tradicionais, como os dos povos indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, fundos de pasto, geraizeiros e vazanteiros.

<sup>21</sup> Eram 8 equipes de CPT diocesanas: Caetité, Bom Jesus da Lapa, Barra, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Rui Barbosa, Vitória da Conquista e Itabuna. As sete primeiras localizadas no sertão baiano e apenas Itabuna localizada no litoral.

que a própria CPT apóia. O exercício deste protagonismo é um desafio cotidiano, que exige dos agentes sensibilidade, intuição e muita reflexão, necessitando de um leque de estratégias para a efetivação do seu trabalho. Eu estava consciente de que as ferramentas da antropologia que aprendi na Amazônia poderiam muito ajudar no trabalho dos agentes.

Em março de 2002, participo do “I Encontro Estadual de Fundos de Pasto” e tenho contato com várias regiões que possuem esta forma de organização. Este é um momento de aproximação entre regiões do estado que se organizavam de forma dispersa, buscando a retomada da legalização das terras. As estratégias para o reconhecimento dos territórios e a formação de uma articulação estadual dominam o encontro, que foi planejado basicamente pelas entidades de assessoria, com destaque para a CPT e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA).

Nos três anos em que trabalhei na CPT visitei as regiões de Senhor do Bonfim e Juazeiro. Participei das festas anuais do bode em Oliveira dos Brejinhos, observei novos grupos se identificando como *Fundos de Pasto*. Fiz um trabalho junto a professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Luiz Ferraro e Ludmila Cavalcante, quando tivemos a oportunidade de fazer algumas entrevistas relacionadas ao modo de vida local. Conheci comunidades, acompanhei reuniões da comissão estadual e as mobilizações para pressionar os poderes públicos do estado e do governo federal. Ajudei a preparar, em conjunto com os agentes sociais e outras assessorias, o “II encontro Estadual de Fundos de Pasto”, em 2004. Neste encontro foram abordados vários temas: educação, comercialização, assessoria técnica, territorialidade.

Toda essa caminhada reafirma a diversidade de formas organizacionais dos Fundos de Pasto encontradas nas diversas regiões do estado. Essa diversidade representa uma riqueza cultural, mas vem a ser um dos fatores que dificultam uma organização comum. Passo a querer entender essa diversidade, expondo diferenças e semelhanças, o que ajudaria na formação de um movimento estadual que, respeitando cada processo de organização regional, conseguisse sintonizar forças para a realização de ações conjuntas.

O contato com a antropologia continua. Volto a encontrar o professor Alfredo Wagner, que assessora três encontros com a CPT, dois na Bahia e um com as equipes do Nordeste, no Ceará. Cresce o interesse da CPT pelas comunidades tradicionais na medida em que cresce a visibilidade do conflito entre essas comunidades e outros setores da economia, como o agronegócio e a mineração. Cresce meu interesse em aprofundar os conhecimentos em antropologia para uso na assessoria que realizo e vai se construindo meu desejo de voltar à universidade. Esse desejo cresce juntamente com um volume maior de ações articuladas estadualmente pelos *Fundos de Pasto*, ao mesmo tempo que construímos na CPT uma proposta de trabalho para adequação do acompanhamento sistemático: intensificação da presença dos agentes da CPT junto ao cotidiano das famílias; uma maior acuidade nos registros; visitas de intercâmbio entre regiões; reuniões periódicas entre agentes sobre questões decorrentes do trabalho de assessoria; e aprofundamento teórico sobre temas relacionados ao acompanhamento das comunidades tradicionais, focalizando especificamente os *Fundos de Pasto*. Nem todas as novas ferramentas metodológicas chegaram a ser experimentadas, mas mesmo assim uma aproximação maior com estes agentes sociais é efetivada. As visitas de intercâmbio junto com reuniões periódicas entre os agentes estimulam o conhecimento sobre as diferenças e semelhanças entre as várias regiões. Toda essa metodologia de trabalho influencia também os agentes da CPT que acompanham a questão quilombola.

Nestes três anos em que estive na CPT, março de 2002 a maio de 2005, tive a oportunidade de acompanhar uma grande discussão sobre o modo de vida das famílias que viviam no campo brasileiro, tendo sempre em vista as famílias que eram acompanhadas pela CPT na Bahia. A percepção sobre o que eu chamava de agricultura familiar, no tempo da faculdade, englobava, de forma generalizada, todos os grupos que viviam da força de trabalho das suas famílias, visando a subsistência do próprio grupo familiar. Supunha lógico considerar esta agricultura de familiar. Não tinha conhecimento das ligas camponesas dos anos 50 e 60 do século XX e de toda a literatura mundial que versava sobre “o campesinato”, da construção da organização sindical no campo com a criação da

CONTAG e a designação dos seus filiados como trabalhadores rurais. Menos ainda percebia o que estava em jogo sob a denominação de “Agricultura Familiar”, aceita oficialmente pelo governo brasileiro em 1994. Por fim, não tinha clareza do significado de povo, comunidade e, principalmente, do termo “tradicional”<sup>22</sup>.

A CPT da Bahia, ao lidar com uma série de agentes sociais, se vê obrigada a discutir as diferentes denominações que estão em disputa. Como destaque dos agentes sociais acompanhados pela CPT, temos: os associados dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e dos sindicatos dos trabalhadores da agricultura familiar (SINTRAFs), militantes de alguns movimentos de sem-terra<sup>23</sup>, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), de comunidades quilombolas, *Comunidades de Fundos de Pasto*, ribeirinhos dos rios São Francisco e Paraguaçu, moradores dos brejos da Barra, feichos de pasto, geraizeiros.

Vou tentar abordar, nos próximos parágrafos, como eu fui compreendendo os conceitos, os usos dos termos e as disputas políticas entre as diferentes organizações citadas, lembrando que na época que iniciei estes estudos era agente da CPT, por isso mais influenciado pelos grupos trabalhados e pelas leituras que realizávamos<sup>24</sup>.

Uma classificação feita pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) sobre os modelos de agricultura no Brasil<sup>25</sup> caracteriza-se pela mesma generalização dos meus tempos de faculdade: agricultura patronal e agricultura familiar. Acrescentam uma subdivisão em três modalidades para cada modelo. Na agricultura patronal há o Agronegócio, representado pela união da agroindústria com a gestão empresarial. A segunda

---

<sup>22</sup> Aproximo-me do conceito tradições “inventadas” no e para os objetivos do presente. “A “tradição” aparece muitas vezes na história moderna como modalidade culturalmente específica de mudança” (Marshall Sahlins 2004:507-508).

<sup>23</sup> Em virtude da CPT na Bahia concentrar seu trabalho no sertão, seu acompanhamento mais efetivo se destina ao Movimento de Acampados e Assentados denominado CETA. Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), há uma maior aproximação com as equipes localizadas na região da Chapada Diamantina, sul da Bahia e com a direção estadual em Salvador. Também há uma relação com outros movimentos de sem-terra fragmentados no estado.

<sup>24</sup> A organização de um estudo intitulado “O Plano Camponês” por Horácio Martins de Carvalho abrangeu boa parte do debate que estávamos abordando. Esse estudo se transformou no livro “O Campesinato no Século XXI”, que utilizo como referência nesta dissertação.

<sup>25</sup> Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, 1996

modalidade seria a agricultura patronal de base empresarial, marcada pela gestão empresarial no uso intensivo de tecnologias de alta produtividade, mas sem uma ligação estreita com a agroindústria. Por fim, a agricultura patronal de base fundiária, representada pelo latifúndio com gestão não empresarial, com agricultura extensiva e *nem sempre produtiva*<sup>26</sup>, que tem a terra como capital principal.

Já a agricultura familiar é classificada em consolidada, de transição e periférica. A consolidada estaria integrada ao mercado capitalista, com acesso ao crédito bancário e às inovações tecnológicas, com gestão empresarial. A agricultura familiar em transição teria acesso parcial ao mercado capitalista e baixo acesso ao crédito agrícola e às tecnologias sofisticadas, porém com amplo potencial de *viabilização econômica*<sup>27</sup>. Já a agricultura familiar periférica seria considerada pelo MDA como inadequada em termos de infra-estrutura, dependente de políticas públicas assistenciais e com dificuldades para a comercialização dos seus produtos.

Ao me reportar ao cotidiano do trabalho da CPT na Bahia, não identifico esta classificação governamental. Nas fazendas do Oeste da Bahia, um modelo empresarial de agricultura baseada em grandes plantações monocultoras, estreitamente ligadas à agroindústria, fazia uso freqüente da super-exploração do trabalho, tendo condições análogas ao trabalho escravo. De outro lado, a maioria das famílias acompanhadas pela CPT, que utilizavam mão de obra familiar, visando a subsistência, usavam tecnologias adaptadas às suas regiões, vendiam seus produtos diretamente nas feiras ou para atravessadores. Quem obtinha crédito agrícola, usava veneno e adubos químicos e logo ficava endividado e mais dependente das políticas assistenciais do governo. Definitivamente, a categoria agricultura familiar, da forma apresentada pelo governo, não condizia com a realidade encontrada, tendo como objetivo não o reconhecimento dos modos de vida do campo brasileiro e sim a formatação das diferentes expressões de vida para atender o mercado capitalista. A agricultura familiar fomentada pelo governo valoriza apenas uma maneira de fazer agricultura, e usa as expressões

---

<sup>26</sup> Grifo meu.

<sup>27</sup> Grifo meu.

“modernidade”, “prosperidade”, “evolução” para qualificar como atrasada qualquer outra forma de viver no campo<sup>28</sup>. Diante disto, a CPT passa a utilizar, no seu cotidiano, outras expressões, como pequenos agricultores ou campesinato, duas expressões genéricas que englobam um número muito grande de situações, o que dificulta a visualização das diferentes expressões culturais presentes no campo. Com estas expressões quer-se relacionar as semelhanças entre diferentes agentes sociais, visualizando a ação conjunta dos mesmos. Mas esta ação conjunta é prejudicada por não serem evidenciadas as diferenças nos modos de vida, nas particularidades, fazendo das ações conjuntas um apanhado de múltiplas reivindicações que contemplam diferentes situações. As expressões genéricas não dão conta de estabelecer esta relação e, no cotidiano de seu trabalho, a CPT passa a assumir as auto-identidades dos grupos acompanhados<sup>29</sup>, e o termo “Campesinato” se mescla com o de “Comunidades Tradicionais”<sup>30</sup>.

Participando ativamente das ações realizadas pela CPT da Bahia e adentrando o debate sobre a emergência das identidades que representam os modos tradicionais de vida, resolvo aprofundar meus estudos acadêmicos, ingressando no mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

## **O Mestrado**

A vivência das situações relatadas mesclada com a necessidade de aprofundar os referenciais teóricos e as metodologias de pesquisa em ciências sociais, incentiva minha entrada no mestrado. No primeiro semestre de 2004, faço disciplinas como aluno especial no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, o que me anima a, em meados do

---

<sup>28</sup> Desde 1994, com a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), toda a política do governo federal para a agricultura de subsistência é feita de forma genérica e recebe a denominação de Agricultura Familiar. Esse termo foi incorporado pelo setor sindical e pela maioria das ONGs na Bahia, sem muita contestação. Os movimentos ligados à Via Campesina (MST, MAB, MPA) não aderem a este termo nas suas elaborações teóricas e nas relações com sua militância, mas são impelidos a negociar políticas públicas dentro do PRONAF. Os povos indígenas e as comunidades quilombolas recebem, desde a constituição de 1988, um tratamento diferenciado, e em fevereiro de 2007 uma legislação é promulgada para atender as reivindicações específicas de povos e comunidades tradicionais.

<sup>29</sup> Ribeirinhos, Quilombolas, *Fundos de Pasto*, Assentados, Acampados, Geraizeiros, azanteiros.

<sup>30</sup> O antropólogo Alfredo Wagner e o agrônomo Horácio Martins de Carvalho são dois teóricos que embasam as reflexões dos agentes da CPT neste debate.

mesmo ano, a procurar a professora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, pensando em me preparar para a seleção do Mestrado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia. Ela se interessou e me incentivou a participar da seleção de 2005. Passo as idéias centrais que quero pesquisar para o papel e se confirma toda minha carência teórica em ciências sociais. Sou desafiado a buscar na literatura referências para embasar o histórico da formação dos Fundos de Pasto e o contexto atual onde pretendo pesquisar. Tenho aulas sobre ciências sociais e, particularmente, antropologia, e defino a abrangência dos grupos a serem estudados e o foco da pesquisa.

Decido por incidir o foco da investigação na região de Oliveira dos Brejinhos, por ser uma região relativamente menor, com menos comunidades, facilitando deslocamentos e a compreensão geral da região. Pesou também nesta decisão as relações mais antigas e próximas com os agentes sociais regionais, o que facilitaria minha interação. O foco se dirige para as principais mudanças na organização, da familiar à central de associações, a partir da construção da BR 242.

Fui aprovado na seleção do mestrado e enfrento novas transformações. De um lado, tenho de sair da CPT, pois não havia como compatibilizar o tempo para os estudos com a quantidade de atividades que realizávamos. De outro, a volta à universidade e o encontro com as ciências sociais abriam um campo novo de relações, possibilitando outras leituras da sociedade e do trabalho que eu desenvolvia. As disciplinas muito me instigam, propiciam leituras interessantes. A troca com professores (as) e colegas oriundos de diferentes áreas - antropologia, sociologia, ciência política, economia, teologia, fenomenologia – e com interesses diversos – saúde, política, relações de gênero, trabalho, mitologia, segurança pública, marketing, desenvolvimento rural, sexualidade, povos indígenas – me levam a perceber outros aspectos de ver, ser e agir, influenciando, profundamente, mudanças fortes na minha vida, tanto em aspectos pessoais como profissionais.

Passo a integrar dois grupos de pesquisa. O primeiro é o PINEB – Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro. Nele participo de seminários que me permitem conhecer um pouco dos povos Pataxó,

Pataxó Hã-hã-hãe, Kiriri, Tupinambá, Xingu. São realizados colóquios, nos quais conheço melhor a trajetória de vida do professor Pedro Agostinho e seu pai, Agostinho da Silva, sendo marcante em ambos o pensamento libertário com que tanto me identifico.

O segundo grupo de pesquisa do qual participo é o Nova Cartografia Social da Amazônia e Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Este grupo permite que eu esteja em contato e exercite o estudo comparativo com outras regiões de *Fundo de Pasto*, com as artesãs de arumã do rio Negro, com os pescadores do médio e baixo São Francisco, a comunidade Quilombola Conceição das Crioulas e os piaçabeiros do rio Araçá. Ele também me propicia ter acesso a informações dos povos dos Faxinais, das Quebradeiras de Coco Babaçu, de outras comunidades Quilombolas, movimentos urbanos de Belém e Manaus. Observar os conflitos existentes com o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro e as diversas formas de lutas que são construídas no Brasil amplia meu desejo de pesquisar as comunidades tradicionais como forma de fortalecer essas lutas.

Igualmente muito me estimula ter um conhecimento engajado, isto é, mesclar a competência de pesquisador com as de um militante, trazendo para a pesquisa os dilemas da atuação social e para a militância as exigências metodológicas da pesquisa<sup>31</sup>, na tentativa de me transformar em um intelectual específico<sup>32</sup>.

Mais do que querer buscar as tecnologias milagrosas, as respostas certas, meu papel seria o de ajudar na visibilidade de modos de vida, impelindo os agentes sociais a assumirem a mediação de suas próprias reivindicações e colaborando na formulação de questões sobre os impasses que a contemporaneidade está trazendo para esses modos de vida.

Esta dissertação de mestrado nasce e desenvolve-se ao longo da trajetória de um profissional militante que, aos poucos, vai aprendendo a ser um pesquisador engajado nas lutas dos movimentos sociais, especialmente das comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo em que aprendo a ser pai, que me

---

<sup>31</sup> Bourdieu, 2001: 37 in *Contrafogos 2*

<sup>32</sup> Foucault, 1989 in *Microfísica do Poder*

esforço para ser um melhor companheiro, colega, amigo, filho, sigo caminhos que me desafiam, carregando saudade, colecionador de partidas, me identificando com a música de Milton Nascimento: “entregue a paixões que nunca tiveram fim, longe do meu lugar, eu, caçador de mim”.

## Capítulo 2

### As Comunidades de Fundo de Pasto: definições, emergência, identidade

#### Definições

À indagação de quando teria surgido a modalidade de campesinato denominada *Fundo de Pasto*, um agente social que a ela referiu, respondeu, com especial perspicácia sociológica e certa inspiração poética, que “nasceu com o mundo” (Andrade et al 1983:33).

A resposta pode ser interpretada como uma metáfora para a grande capacidade de comunicação e articulação do mundo contemporâneo, cujas redes se interpenetram tão veloz e eficazmente que parece cada vez mais difícil admitir-se a existência de entidades isoladas, imunes à ação do denominado mundo globalizado. Nesse sentido, pessoas e coisas intercambiam atributos e compartilham significados.

Os agentes sociais que se autodenominam de *Fundo de Pasto*, localizados no sertão nordestino, se tornaram visíveis, no século XX, no âmbito de um conjunto de reordenamentos, econômicos e políticos, operados no contexto mundial. Estes persistem como organizações sociais de base comunitário-tradicional, apelando, predominantemente, para as relações de parentesco, compadrio e vizinhança, e para um conjunto coerente de práticas e representações costumeiras.

Numa “oficina de mapas” realizada em setembro de 2006, em Casa Nova, à beira do lago de Sobradinho, norte da Bahia, representantes de *Comunidades de Fundos de Pasto* definiram *Fundos de Pasto* como um modo de vida, um território específico, uma forma de defesa e um meio de preservar a caatinga. Esta definição está embasada na forma sob a qual estes agentes sociais se percebem diante de outros grupos sociais, que ocupam o território de maneira diferenciada da sua. Ao se sentirem ameaçados, eles buscam dar visibilidade ao seu modo de vida, para garantir a preservação das condições sociais e ambientais da sua própria existência. (Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil 2007: Fascículo 2)

Na literatura encontramos uma definição muito próxima a esta, que define as *Comunidades de Fundo de Pasto* como parte do conjunto do campesinato brasileiro que se reproduz, biológica e socialmente, mediante o trabalho familiar e uso comum da terra. Elas podem ser, assim, descritas como comunidades para as quais “o controle dos recursos básicos se dá através de normas específicas, acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. A atualização destas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes” (Almeida 1989:63).

O território funciona, para essas comunidades, como “fator de identificação, defesa e força”, cujos “laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum e inalienável” e cuja “rede de relações sociais é reforçada politicamente frente a antagonismos e situações de extrema adversidade” (ib).

Mais concreta e particularmente, as *Comunidades de Fundo de Pasto* se caracterizam por adotar um modo particular de uso comum do território, o das “terras soltas ou abertas”, onde a criação de gado (bovino, caprino, ovino) vive solta, sem cercamento, as aguadas são compartilhadas e apenas os “roçados deveriam ser mantidos com cercas para evitar que fossem destruídos por animais” (ib:81). Os agentes sociais envolvidos nos *Fundos de Pasto* acabaram por configurar uma formação sócio-econômica própria. (Germani & Oliveira, 2006: 16)<sup>33</sup>.

Um estudo de caso realizado no município de Uauá, coordenado por Fátima Andrade, Hilda Braga e Luis José Lira Lopes, ao tempo em que exemplifica muito bem o esforço conceitual de Almeida para bem apreender a força dos laços de parentesco e das relações de compadrio, ressalta que, não obstante a unidade produtiva, os *Fundos de Pasto* constituem uma constelação de parentes, condição

---

<sup>33</sup> Afasto-me de outras definições que tentam enquadrar os *Fundos de Pasto* numa espécie de condomínio de terras coletivas, correspondente à figura jurídica do “compascuus” (Garcez 1987). É importante, também, ressaltar que alguns professores universitários, técnicos do governo e de organizações não-governamentais, em debates públicos, não concebem os Fundos de Pasto como um modo de vida ou um tipo específico de campesinato e sim, somente, como um sistema de produção.

*sine qua* para o usufruto da terra, “os limites estão seguros pelo grau de ocupação efetiva da terra”. Esse estudo enfatiza a “forte relação de solidariedade e dependência entre comunidades vizinhas que compartilham os *Fundos de Pasto*”, e que se apropriam, de forma interacional, dos recursos ambientais neles existentes, como plantas forrageiras, aguadas, madeiras e plantas medicinais, assim como a imbricação entre o sistema produtivo<sup>34</sup> e as relações sociais.

Outro estudo, uma avaliação da intervenção governamental no sistema produtivo *Fundo de Pasto*, coordenado por Paulo Cunha Ramos, destaca, como aspectos relevantes para esse tipo de organização, a defesa integral do sistema produtivo, elemento assegurador da preservação dos recursos ambientais e fator fundamental para viabilizar a reprodução desses agentes sociais como categoria social, e a diversidade produtiva -- o criatório de médios e pequenos animais, a agricultura de subsistência e o extrativismo – que funciona como “uma estratégia de reprodução que permite conviver com as adversidades climáticas” (Ramos 1987:59)

Paulo Ehle, para esclarecer a origem do termo *Fundo de Pasto*, remete à sua localização, atrás das casas em direção da caatinga. Já para Ramos “o termo teria origem a partir do fato dos animais se afastarem das áreas próximas à moradia dos produtores, em direção ao interior das pastagens, os *fundos de pasto*” (1987:50), ambos se referindo ao município de Uauá, onde este termo foi inicialmente empregado. Porém seu uso não era generalizado por todo o sertão, havendo outros termos como “a solta”, “terra devoluta”, “bode solto”, que compartilham o mesmo campo semântico. Mas será o termo Fundo de Pasto que identificará um modo de vida do sertão da Bahia, quando esse é ameaçado e ganha visibilidade política.

Tanto os estudos coordenados por Fátima Andrade, Hilda Braga e Luis José Lira Lopes como os coordenados por Paulo Ramos se referem a certos fatores que, no âmbito das *Comunidades de Fundo de Pasto*, podem ser

---

<sup>34</sup> O sistema produtivo é caracterizado pela combinação de uma caprino/ovino cultura extensiva, em áreas não cercadas, uma produção agrícola de subsistência, à base de milho, feijão, mandioca, cebolinha, maxixe, coentro, alface, melancia, abóbora, a criação de suínos, galinhas, algum gado bovino e o exercício de atividades extrativistas (Andrade et al 1983: 4.2)

considerados limitantes, como a tecnologia utilizada, insuficiente para evitar um número razoável de morte de animais e uma certa degradação da caatinga; a comercialização individualizada, que os deixa vulneráveis na relação com os atravessadores; a dificuldade de regularização das terras; e a necessidade de assalariamento, em parte do ano, para complemento da renda familiar. Dione Vinhas Nascimento Cotrim faz uma analogia deste processo de degradação ambiental e de subordinação ao mercado capitalista com o processo de “acumulação primitiva”, e identifica a ameaça de desaparecimento das *Comunidades de Fundo de Pasto*<sup>35</sup>. (Cotrim 1991: 40)

É, pois, como forma tipicamente nordestina de administrar e viver no semi-árido, mediante laços de sangue e compadrio (cf. Instituto Popular Memorial de Canudos e CPT da Diocese de Barra), que esse tipo de organização social ganhou certa notoriedade e expressão política, correspondentes à sua relativa relevância demográfica: aproximadamente vinte mil famílias, cerca de 140 mil pessoas, estabelecidas nas regiões norte-nordeste da Bahia e baixo médio São Francisco (cf. *Articulação Estadual de Fundos de Pasto* 2004).

### **Breve histórico fundiário e a formação de um modo de vida sertanejo**

Salvador e Olinda foram, na condição de centros açucareiros, irradiadoras da colonização nordestina. A criação de gado para fornecimento de animais para os engenhos e o abastecimento dos grandes centros em desenvolvimento foram as motivações econômicas indutoras da exploração do sertão. Simultaneamente, teve lugar a ocupação do território, fonte de legitimação do poder português, para cuja consecução se lançou mão da busca de pedras preciosas, tráfico de escravos e dominação dos povos indígenas (Andrade 1980)

No período compreendido entre 1500 e 1822, para efetivar a ocupação do território usurpado adota-se o sistema de sesmarias -- vigente, desde 1375, na metrópole portuguesa -- e se o vincula à obrigatoriedade do cultivo da terra para legitimação de sua posse. O modelo brasileiro se diferenciou do português basicamente pelo tamanho da unidade de exploração -- aqui, sob a forma de

---

<sup>35</sup> Uma reflexão mais apurada sobre estas observações no plano do sistema produtivo será abordada no capítulo 4 e nas considerações finais

latifúndio, ao passo que em Portugal, minifúndios -- e pelo seu caráter vitalício. Essa situação formal conduziu à colonização do sertão sob a modalidade do latifúndio e ao controle político-legal exercido por um pequeno grupo formado por indivíduos cristãos que usufruíam de certos privilégios junto à Coroa portuguesa.

A “Casa da Torre”, dos Garcia D’Ávila, e a “Casa da Ponte”, de Antônio Guedes Brito, chegaram a formar, em 1710, os maiores latifúndios do Brasil -- 370 e 160 léguas, respectivamente. Vários outros latifundiários, distinguidos como grão-senhores<sup>36</sup>, porém com menores porções de terra, se estabeleceram no sertão nordestino. De todo modo, o povoamento ocorreu, de fato, através dos vaqueiros, muitas vezes escravizados, e posseiros. Estes, na medida em que não dispunham de prestígio, tampouco das habilidades necessárias para obter terras nos meios palacianos, não conseguiam sesmarias, vivendo da “proteção” dos grão-senhores, inclusive para não serem perseguidos pelos poderosos de Salvador (Andrade 1980:162). Essa proteção estava atrelada à exploração da mão de obra destes agentes sociais.

Desse modo, o processo brasileiro de colonização se caracterizou pelo latifúndio, forma abusiva de concentração de terra e, conseqüentemente, de renda, por parte de um segmento social demograficamente minoritário, às expensas de um significativo e internamente diverso contingente de mão de obra, compreendendo autóctones originalmente livres, escravos, e, ou, assalariados. Contudo, diferentemente do litoral, que, dominado pelo sistema de *plantation*, demandou elevado contingente de mão-de-obra escrava, o sertão requereu menor contingente, constrangido pelo alto preço dos negros escravizados e as péssimas condições das estradas, fatores que oneravam o transporte e, conseqüentemente, reduziam a margem de lucro dos produtos da sua pauta de exportação (Pinheiro apud Andrade 1980:174).

A obra colonizadora, contudo, não se realizaria sem dificuldades, mas interposta por guerras, migrações e resistência cultural, sob distintas modalidades,

---

<sup>36</sup> Mais adiante os latifundiários, detentores das terras e possuidores de grande força política, de poder de polícia e de justiça, foram denominados, popularmente, de coronéis.

como bem sintetiza a afirmação “o terreno que foi concedido a léguas foi conquistado a palmos” (Andrade 1980:52 apud Rocha 1950:81)

Vaqueiros, negros escravizados e indivíduos com ascendência indígena, compelidos, no mais das vezes, a migrar de suas áreas de estabelecimento tradicional, são o embrião das comunidades que vão se formando, dentro do próprio latifúndio ou à sua margem. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação podem ser apontadas como fatores que contribuíram para o desenvolvimento de “uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender suas necessidades” (Andrade 1980:164).

Ao longo do processo de colonização os quilombos vão, também, se formando, e, em 1740, o Rei de Portugal, buscando criminalizar essas comunidades, consulta o Conselho Ultramarino acerca de como deveria considerar o termo Quilombo para uma aplicação jurídica (Almeida 1996). Como é, hoje, largamente sabido, os quilombos não constituíam refúgios apenas de negros, mas também de indígenas e homens livres, e articulavam-se com outros povoamentos e cidades em formação, abastecendo-os de gêneros alimentícios e matérias-primas.

A força foi, muitas vezes, o único meio de submetê-los às normas políticas estabelecidas. Povos indígenas, comunidades quilombolas e agrupamentos sociais diversos eram perseguidos e reprimidos quando incomodavam as elites regionais.<sup>37</sup>

Estes agentes sociais se relacionaram, de alguma forma, com a pecuária extensiva, responsável pela conquista, para o Nordeste, da maior porção de sua área territorial, complementando a área úmida agrícola do litoral e abastecendo as cidades nascentes. Além do gado bovino, criava-se, à solta, suínos, caprinos, ovinos e aves domésticas. Também eram carreados para o sertão os excedentes populacionais nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitada a

---

<sup>37</sup> Vários quilombos, aldeamentos indígenas, e outros povoamentos, como o de Canudos e Pau de Colher, na Bahia, e do Calderão, no Ceará, foram alvo da ação violenta das elites brasileiras contra grupos que se organizavam independentemente do poder central. A perseguição a estes grupos ainda persiste, mesmo havendo leis que garantam o reconhecimento e demarcação dos seus territórios, e políticas públicas para a valorização e fortalecimento do seu modo de vida, como a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.

energia de trabalho daqueles que não podiam se integrar à civilização da “casa grande” e da “senzala” (Andrade 1980 : 169), com o que se formaria “... um outro nordeste, o nordeste das caatingas e do gado, que a um só tempo se opunha e complementava ao nordeste do massapé e da cana de açúcar” (Menezes 1937 apud Andrade1980:170)

No Estado da Bahia, a atividade criatória desenvolveu-se inicialmente na faixa do litoral, estreitamente vinculada aos engenhos de cana de açúcar, para os quais fornecia transporte, alimentação e energia animal. Dado o caráter geral da agricultura brasileira, as terras propícias à monocultura, com boa localização para o comércio exterior, foram ocupadas pelas lavouras de exportação, expandindo a atividade de criação para o interior. (Cotrim 1991: 33)

Por diversos fatores, incluída uma atividade econômica mais incipiente, a ocupação social acaba por ser rarefeita, em muitas partes as terras não tendo sido apropriadas senão nos estreitos limites das fazendas, sendo o resto do espaço livre, onde o gado de todos podia pastar à vontade. Não há uma propriedade comunal, pois os rebanhos são de propriedade privada e a terra não era propriedade de ninguém em vastas porções do sertão nordestino. (Oliveira 1981 apud Cotrim 1991: 34)

O trabalho escravo se combinaria com o trabalho, predominantemente assalariado, dos vaqueiros. A remuneração obtida por esses últimos era sob a forma da “quarta”, ou seja, o direito de retenção da quarta parte dos animais nascidos. Em certos casos, proprietários adquiriam a quarta a que fariam jus os vaqueiros, uma estratégia acionada para impedir, ou dificultar a criação de pequenos rebanhos que poderiam significar, a longo e, ou, médio prazos, a independência do vaqueiro. Já os proprietários considerados mais liberais permitiam que os vaqueiros apascentassem, juntos, os animais da propriedade e os da sua posse particular, propiciando-lhes atingir a condição de criador. Além disso, devido à falta mais ou menos generalizada de postos de abastecimento, é permitido o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, onde roçados familiares são cultivados. Ao lado dos vaqueiros, há os carreiros, ou condutores dos carros de boi, e os denominados tangeiros, que ajudavam no transporte da

boiada das fazendas para o local de comercialização. Os parceiros e meeiros, por sua vez, resultam de formas intermediárias de exploração da mão de obra acionadas pelo fazendeiro. (Andrade 1980)

A atividade pastoril é a oportunidade de desenvolvimento da pequena exploração, pela facilidade oferecida aos produtores de se estabelecerem em pequenas posses, freqüentemente arrendadas, onde construíram pequenos currais. (Buesco 1954 apud Cotrim 1991) Os grandes proprietários das sesmarias não administravam diretamente suas posses, sendo estas divididas em pequenas explorações e entregues a posseiros, como forma de garantia de ocupação e cultivo. (Cotrim 1991)

Mas não só graças à pecuária se desenvolveu o sertão. A agricultura, à sombra dos currais e limitada “por cercas ou valados que vedavam não só a passagem de bovinos e eqüinos, mas também das miunças – bodes e carneiros” (Andrade 1980:170) -- vai sendo também implementada. Preliminarmente, uma agricultura de subsistência voltada para o abastecimento das famílias mais diretamente ligadas à pecuária, que daria lugar, crescentemente, ao estabelecimento de cultivos diversos em pequenas manchas, dentro da imensidão das caatingas, dos quais resultariam, subseqüentemente, as lavouras comerciais de cana, café, cebola e algodão. Consolidava-se, pois, o povoamento do sertão mediante um conjunto de práticas e representações sociais que, reciprocamente, forjavam comunidades sertanejas enquanto categorias sociais específicas.

Esses agentes, é necessário que se observe, variavam de localidade para localidade, mas é da ação conjugada de assalariados, como os vaqueiros, de tipos mistos como os parceiros, e de produtores marginais ao sistema, como os quilombolas e indígenas, que se formaram, gradativamente, comunidades diversificadas e complexas, fruto da troca de saberes entre indivíduos e grupos, portadores, muitas vezes, de culturas diferentes mas que compartilharam a experiência da ação colonial. (Laurentie 1944 apud Balandier 1993:116). Eles desenvolveram estilos de vida distintos, mas intercambiáveis, ao abrigo dos quais constroem identidades estreitamente relacionadas com a terra e com práticas e representações formadas em atenção às particularidades do ambiente e das

relações sociais. Mais que um modo de apropriação das terras, se consolida um modo de viver, no qual avultará a identidade de *Fundos de Pasto*. (Teixeira da Silva 1981 apud Cotrim 1991)

Ainda no século XVIII, as grandes sesmarias dos já mencionados D'Ávila e Guedes de Brito começaram a se fracionar, em parte pelo absenteísmo dos seus proprietários, os sucessores dessas duas famílias, e pelas transformações econômicas que conheceu a colônia portuguesa à época. A decadência da economia açucareira e a transferência do eixo econômico para a região de Minas Gerais, em função da mineração do ouro, causam a redução da atividade pecuária no sertão nordestino e muitos dos grandes proprietários da região se transferem, gradativamente, para as cidades. (Cotrim 1991: 35)

Formaram-se, portanto, comunidades dentro dos próprios latifúndios, de certa forma amparadas pela organização do sistema produtivo vigente. Com a posterior decadência dos engenhos de cana de açúcar, no litoral, e a conseqüente queda de demanda da pecuária sertaneja e do poder dos latifundiários, estas comunidades -- dos vaqueiros, posseiros, comunidades quilombolas e aldeias indígenas -- fortalecem suas posses e um modo de vida mais autônomo das determinações dos chamados "coronéis".

Com o fracionamento das duas referidas sesmarias, observou-se, na região, com destaque para a área de abrangência dos *Fundos de Pasto*, a alienação das parcelas sem que se procedesse à medição e demarcação de glebas. As fazendas que resultaram dessa fragmentação por herança, por compra ou por aforamento, revelaram a mesma imprecisão de limites de domínios anteriores, a exemplo das casas da Torre e da Ponte, o que persiste até hoje em muitas localidades (Ib).

Esses limites eram reconhecidos consensualmente mesmo sem nenhum auto de partilha registrado, sendo o conceito de posse equivalente ao de domínio, o que o direito reconhece como "direito costumeiro". Havia terras consideradas individuais, que foram apropriadas individualmente, e terras de uso comum, onde não ocorria uma apropriação individual, mas o uso comum dos recursos ambientais. (Ib: 36)

A queda da lei sobre concessão de terras baseada no sistema de sesmarias inauguraria uma nova fase com relação à questão agrária, e, do período compreendido entre a proclamação da independência até 1850, quando uma nova lei de Terras é promulgada, vige o sistema de posses sem amparo legal, definido por Garcez como “tempo onde a situação jurídica das terras parecia caótica” (Garcez 1985:20). Os censos fundiários foram confiados às paróquias, e indicaram os mesmos limites imprecisos de anteriormente. Deviam-se registrar as posses para que essas se tornassem propriedades, mas o acesso a esta informação não foi tão difundido e muitas posses não foram registradas, o que resultou na manutenção das terras indivisas, ou seja, as terras recebidas por herança e aquelas apossadas de outras formas foram sendo ocupadas sem reconhecimento legal. (Cotrim 1991:38) Ao mesmo tempo, pessoas mais influentes conseguiam registrar a propriedade de terras que não ocupavam. (Garcez & Sena 1992 apud Sabourin 1999)

Nesse ínterim, a “aristocracia latifundiária nordestina”, cujas terras se originaram das antigas sesmarias, e, particularmente, as burguesias mercantis fluminense, paulista e mineira, cujas terras eram basicamente de apossamentos, ambas as modalidades já tendo obtido o registro de propriedade, sofriam com uma “situação que beirava a violência” e, temendo o surgimento de novos grupos interessados em terras que cobijavam, “desejavam que a porta que tinha sido aberta por eles fosse fechada”. Esses grupos influenciaram a conformação final da lei de Terras de 1850, que, conseqüentemente, refletiu os interesses dos dois segmentos sociais (Linhares apud Garcez 1985: 24) O mercado foi, assim, instaurado como nova modalidade de acesso à terra, com o que se dificultava aos estratos livres mas pobres da população acederem à condição de proprietários, uma vez que se institui a compra como único instrumento de transferência e privatização das terras do Estado e, ao mesmo tempo, são estabelecidos preços relativamente altos para as transações de acesso à terra. Essa passa a constituir privilégio exclusivo das elites capitalizadas. (Garcez 1985:25).

De fato, a Lei de Terras de 1850 estava em sintonia com o sentimento de perigo que parecia representar, para a elite dominante brasileira, a proximidade da

abolição do sistema escravocrata e as políticas que incentivavam a vinda de colonos estrangeiros para o Brasil. (Garcez 1985:30) A elite regional ganha condições de impor seus interesses, as posses não registradas não tiveram mais valor legal, tendo o Estado incorporado uma grande parcela de terras já apossadas e já trabalhadas, que foram anexadas ao patrimônio público, ficando conhecidas popularmente como terras devolutas. É declarada, portanto, a ilegitimidade da posse e do princípio de que a terra pertence a quem nela trabalha, sendo forjada uma nova noção de propriedade, e com ela a dicotomia entre posseiros, criadores, principalmente de cabras, ovelhas e porcos em terras de uso comum, e proprietários, aqueles que criam o gado bovino em vastas extensões de terras individuais. (Suarez 1981 apud Cotrim 1991)

Em 1891, já na república, portanto, é promulgada uma nova lei, caracterizando a quarta fase do direito de propriedade no Brasil, mediante a qual as terras da União, com algumas exceções, passam ao Estado, e cada unidade da federação estabelece suas normas. Cada unidade teria conduzido sua organização fundiária de acordo com sua capacidade produtiva e os respectivos interesses em jogo, em face do que as terras assumiriam, na pós-República, formas diferenciadas, de região para região. (Garcez 1985:30)

A legislação de terras do Estado da Bahia reflete, desse modo, as mudanças introduzidas em atenção à sua configuração econômico-social e política, e, similarmente ao que ocorre nas demais unidades da federação, tem buscado atender, prioritariamente, aos interesses dos estratos dominantes. Mesmo recentemente, as regularizações de posses visam incluí-las no mercado de terras, sendo priorizada a regularização de posses individuais, praticamente minifúndios. Não foi sem muita dificuldade e luta que os povos indígenas e as comunidades quilombolas conseguiram, na constituição de 1988, a inclusão de artigos específicos que amparam o reconhecimento de seus territórios. Em fevereiro de 2007 é promulgado um decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, buscando protegê-los. Mesmo assim, a regularização de territórios de uso comum que refere a ocupação das comunidades tradicionais é feita com muita dificuldade,

uma vez que há interesse destas terras pelo mercado de terras, para exploração capitalista.

Desta forma, encontramos os *Fundos de Pasto* em áreas de terras devolutas, originárias, muitas delas, das denominadas fazendas-mãe, desmembradas do sistema de sesmarias, que historicamente permanecem indivisas, sem que tenha ocorrido um processo de delimitação e regularização. Assim sendo, a condição da maior parte das comunidades, na década de 70 do século XX, no que concerne à propriedade da terra e de acordo com a legislação de terras vigente, é irregular, predominando posses e ocupações sem titulação e escritura legal. Em alguns casos, é encontrado em mãos de pessoas mais antigas da comunidade o formal de partilha ou o recibo de compra e venda, sendo este, muitas vezes, o único documento de posse da terra. (Cotrim 1991: 02) Dessa fragilidade legal têm se prevalecido os empreendimentos agropecuários, de mineradoras, de carvoarias para abastecimento de indústrias e para a realização de obras de infra-estrutura, como estradas e barragens, que tentam tomar as terras dos *Fundos de Pasto*, desencadeando uma série de conflitos<sup>38</sup>.

Esses conflitos deflagraram, na década de 80 do século XX, um amplo processo de regularização fundiária, inicialmente fomentado pelo Banco Mundial e executado por técnicos de órgãos do estado da Bahia, particularmente o Instituto de Terras (INTERBA) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Após alguns anos interrompido, o processo de regularização é assumido com recursos gerenciados pelo Instituto da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que realiza um convênio com o Governo da Bahia, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão integrante da Secretaria de Agricultura.

Como relatado, não tem havido, por parte das elites locais nenhum interesse em regularizar as terras na posse dessas comunidades, e as normas estabelecidas dentro dos órgãos responsáveis pela regularização fundiária não reconhecem as particularidades das terras tradicionalmente ocupadas pelos Fundos de Pasto. Embora existam diferenças entre regiões e entre comunidades,

---

<sup>38</sup> Mais adiante serão descritos alguns desses conflitos.

é possível afirmar que nas áreas individuais encontramos a casa de moradia, o quintal com jardim de flores, algumas árvores frutíferas e plantas medicinais mais usadas. São encontrados, também, uma horta, geralmente na beira de um pequeno local de armazenamento de água de enxurrada (barreiros), e os roçados. Hoje, é recorrente encontrar-se um tanque, ao lado da casa, chamado de cisterna, que armazena a água da chuva que escorre pelo telhado. Os roçados e os pequenos barreiros são cercados cuidadosamente para evitar a entrada de animais, uma vez que nas áreas individuais abertas é permitido o pastejo, uma vez que elas fazem parte das terras de uso comum. Além das áreas individuais não cercadas, há terras cuja posse não pertencia à ninguém especificamente, que complementam as terras de uso comum. Nestas terras, além do pastejo dos animais, são compartilhadas as aguadas, as madeiras para lenha e para construção de casas, cercas, móveis e utensílios domésticos. Uma série de extrativismos são realizados, como materiais para confecção de remédios caseiros e oferendas religiosas, coleta de frutas e como locais de caça.

No processo de regularização destas terras não foram criados mecanismos apropriados por falta de interesse político. Técnicos comprometidos com as comunidades utilizaram das normas vigentes e aproveitaram as brechas na legislação para proceder ao encaminhamento dos processos administrativos que foram implementados. A regularização ocorrida nas terras das *Comunidades de Fundos de Pasto* foram constituídas a partir de adaptações às normas vigentes e não reconheceram adequadamente o modo como tradicionalmente eram ocupadas. Essa foi solução encaminhada como única saída para assegurar o domínio do que restou do território destas comunidades.

As *Comunidades de Fundos de Pasto* tiveram, do mesmo modo, que criar associações, que, por sua vez, deveriam requerer a abertura do processo de regularização, e, em seguida, as famílias eram cadastradas e deveriam requerer a propriedade das posses individuais. Já as áreas sem uma posse determinada, que eram de uso comum, foram denominadas de coletivas, e requeridas pela associação, sendo transformadas em propriedade privada. Após o cadastro das famílias, as posses individuais foram medidas, demarcadas e convertidas em

títulos de propriedade. Já as áreas coletivas tiveram mais dificuldade de regularização, sendo vários os entraves.

Em primeiro lugar, estas áreas nem sempre tinham os limites claros, muitas vezes adentrando serras, que eram compartilhadas por mais de uma comunidade. Outro fator que ampliava a dificuldade de regularização das áreas denominadas de coletivas era o interesse de apropriação por parte de agentes externos à comunidade, que detinham certo poder econômico e político. Uma vez instalado o litígio, o processo administrativo era interrompido, sendo deslocado para o setor jurídico, ficando sob a responsabilidade dos procuradores do órgão responsável. Os procuradores têm demorado anos para emitir um parecer, quando este chega a ser emitido. Em muitos casos, mesmo quando o processo técnico-administrativo já havia sido concluído<sup>39</sup>, e todas as questões de litígio resolvidas, o procurador Geral do Estado emitia parecer negativo ao governador. Alegava a extensão das áreas do Estado que seriam transformadas em propriedade privada da associação requerente, exigindo o pagamento de taxas inviáveis para as associações<sup>40</sup>. Não obstante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) haver sido ratificada pelo Brasil, em 2003, e a legislação específica sobre povos e comunidades tradicionais sancionada pelo presidente da república, em fevereiro de 2007, decreto 6.040, que determina o direito dos Povos e Comunidades Tradicionais ao território tradicionalmente ocupado, com o objetivo de garantir o seu modo de vida, o impasse acerca das terras coletivas continua. Um convênio entre os governos federal e estadual dá prosseguimento à regularização improvisada na legislação antiga. O governo federal repassa recursos para além dos custos administrativos e técnicos, e, assim, são pagos os valores estipulados para a liberação dos títulos de propriedade para as associações.

Há, ademais, um descompasso entre a legislação vigente e as normas técnicas, administrativas e jurídicas, para que os direitos destas comunidades sejam, de fato, implementados. A legislação foi incrementada mas, em troca, é

---

<sup>39</sup> Primeiramente era o INTERBA o órgão responsável pela regularização fundiária no estado da Bahia. Com a sua extinção, as incumbências passaram para um novo órgão, o CDA.

<sup>40</sup> Um único processo requeria o pagamento de R\$10.000,00 para a liberação do título.

precária a ação dos órgãos públicos responsáveis pela regularização fundiária. A extinção do INTERBA, um órgão com certa autonomia administrativa e política, que possuía um amplo corpo técnico, e a criação do CDA, dependente econômica e financeiramente da Secretaria de Agricultura do Estado, com um corpo técnico reduzido, é um exemplo claro dessa precarização. A ausência de contínua formação dos quadros técnicos, somada ao contrato temporário dos técnicos, acarreta defasagem na sua atualização sobre as novas legislações, o que faz com que não sejam incorporadas novas normas ao cotidiano do trabalho destes órgãos. Foram várias as reuniões com técnicos do INCRA, de Brasília e Salvador, e técnicos da CDA, para a explicitação das novas legislações aos representantes da *Articulação de Fundos de Pasto* e suas assessorias. Por mais que promessas sejam feitas, novas reuniões marcadas, nenhum processo administrativo, técnico ou jurídico foi alterado para se adequar à nova realidade da legislação, demonstrando a persistência do interesse político contrário ao fortalecimento do modo de vida das *Comunidades de Fundos de Pasto*.

Além da falta do apoio político para o correto exercício das suas funções, outra dificuldade apontada pelos técnicos que acompanham, há anos, as comunidades de Fundo de Pasto, é constituída pelas mudanças das normas internas destes órgãos, que requerem o reinício de processos de mais de vinte anos. “As novas tecnologias ao invés de ajudar são usadas para atrasar o processo de regularização, e ao invés de simplificar vêm atrapalhar, complicando o que já estava pronto”<sup>41</sup>. De outro lado, os representantes das comunidades apontam o sumiço de processos que já tinham cadastros, medições e croquis prontos, mas que, “coincidentemente”, conflitavam com interesses de agentes externos às comunidades, sem que fossem apontados os responsáveis por tais desaparecimentos. O boicote interno, de alguns técnicos ligados a interesses políticos divergentes das comunidades de Fundos de Pasto, também era confidenciado por técnicos mais comprometidos.

---

<sup>41</sup> Frase do presidente da Central de Fundos e Feichos de Pasto da Região de Senhor do Bonfim, Raimundo Jeremias de Souza, em 2005, numa reunião com o INCRA e o CDA, quando criticava a necessidade de novos cadastros e novas medições em áreas já cadastradas e medidas, na implantação do convênio entre estes órgãos, que seguia novas normas estabelecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A titulação, na forma como foi estabelecida, vem ameaçando o modo de vida tradicional. (Germani & Oliveira 2006:18). Em casos como o de Várzea Alegre, cujo processo de regularização foi concluído, tanto no tocante às áreas individuais quanto às coletivas, novos problemas surgem. As comunidades passam a ser submetidas à legislação sobre a propriedade da terra, e a partilha por herança tem a obrigatoriedade de passar pelo cartório. A presidente da associação, Maria, que recebeu as terras de herança do seu pai, sob a forma tradicional, após o processo de regularização fundiária, não teria direitos aos benefícios de crédito agrícola, por não ser reconhecida como proprietária. Até sua legitimidade como presidente da associação foi questionada por um técnico do INCRA. Já seu irmão, que mora atualmente em São Paulo, e tinha recebido as terras de herança antes da regularização fundiária, pois já era casado, tinha direito aos benefícios que eram negados a Maria, por ser considerado proprietário. Da mesma forma outros casos são questionados, e a comunidade se coloca em defesa de todos que estejam usufruindo da terra, legitimados pela posse. O próprio irmão de Maria não se acha no direito de receber os créditos. Este fato, que encontra paralelo em outras comunidades, demonstra, eloquentemente, que tradicionalmente a posse da terra era tida como mais legítima do que a propriedade.

A regularização também legitimou a usurpação de parte do território tradicionalmente ocupado para agentes externos à comunidade, o que incidiu diretamente no suporte de pastejo, na perda de aguadas, diminuição dos animais de caça e maior vulnerabilidade ambiental com a derrubada da caatinga para a implantação de empreendimentos, desde o plantio de capim, formação de monoculturas, e exploração de carvão ou de minérios. Outro problema foi a fragmentação do território, impedindo a ampla movimentação dos animais. Em todos os casos, a pressão sobre os recursos ambientais aumenta, acelerando a degradação da mata, o que exige redução do rebanho ou adaptações tecnológicas.

Outra questão está sendo posta em discussão, à medida que algumas áreas de *Fundo de Pasto*, em Uauá, venderam as terras coletivas que estavam

registradas em nome da associação. Representantes de *Comunidades de Fundos de Pasto* afirmaram, durante o II Encontro Estadual, em 2004, a necessidade de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do modo de vida dos *Fundos de Pasto*. Educação contextualizada, crédito e assessoria adequados, garantia de preços mínimos, comercialização institucionalizada<sup>42</sup>, programas de saúde específicos, foram algumas das reivindicações apresentadas.

Ao compararmos as formas como ocorreram as regularizações fundiárias de outros grupos sociais, percebemos que a legislação para povos indígenas e comunidades quilombolas são mais flexíveis e adaptáveis aos modos de vida dos respectivos agentes sociais, embora os processos técnicos e administrativos sejam lentos ou inadequados, em virtude da falta de interesse político em efetivar esses direitos, como já foi salientado. Ainda é recente a legislação que garante, amplamente, o modo de vida das comunidades tradicionais, mas podemos destacar três diferentes processos, que foram e estão sendo engendrados. Nas Quebradeiras de Coco Babaçu do médio Mearim, no Maranhão, a garantia sobre parte do território se deu através da reforma agrária convencional, mas algumas comunidades buscam sua identidade quilombola para retomar territórios e pleitear outros direitos, sem abrir mão da identidade de Quebradeira<sup>43</sup>. Os Seringueiros fizeram a opção pela implantação de reservas extrativistas, e os Faxinais buscam procedimentos próprios para garantir a posse do território.

A opção comumente adotada para a regularização fundiária das comunidades de Fundo de Pasto significou a manutenção de parte do território, mas também acarretou problemas, ainda não resolvidos, que comprometem a existência dessas mesmas comunidades. Diferentemente dos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Seringueiros, que em seus processos de regularização fundiária não optaram pela propriedade privada de suas terras

---

<sup>42</sup> Cito como comercialização institucionalizada a ação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que tem intermediado a compra de alimentos para escolas, hospitais, creches, e cestas básicas para assentamentos.

<sup>43</sup> Em novembro de 2007, ocorreu o primeiro encontro de Quebradeiras de Coco Babaçu e Quilombolas, no município de São Luiz Gonzalves, Maranhão.

tradicionalmente ocupadas<sup>44</sup>, tornando-as indisponíveis ao mercado de terras, o mundo da propriedade privada vem tentando regular novas práticas nas *Comunidades de Fundo de Pasto*. Pode estar aí a explicação do apoio do Banco Mundial a este tipo de regularização, que já foi apresentado como modelo, pelo INCRA da Bahia, em um encontro nacional<sup>45</sup>.

Hoje, mesmo tendo clareza acerca dos perigos suscitados pela propriedade privada, os representantes da *Articulação Estadual de Fundos de Pasto* continuam investindo no mesmo processo de regularização de seus territórios. Adotar outras estratégias, ainda incertas para estes agentes, representaria um desgaste grande perante suas comunidades, que há tempo lutam pelo título de propriedade. Como um agente social disse, “o mais importante é fortalecer o modo de vida, a organização das comunidades...uma vez fortalecidas não importam as normas legais. Mas se estivermos fracos, desorganizados, a melhor legislação não garantirá o território”<sup>46</sup>. De outra posição, as Quebradeiras de Coco Babaçu dizem a mesma coisa: “é importante ter a lei no papel, mas é na marra que fazemos ela valer alguma coisa”.

### **Na ameaça a um modo de vida emerge uma identidade**

Vários conflitos que ocorreram no fim da década de 70 e meados da de 80 do século XX ameaçaram o modo de vida de muitos agentes sociais do campo brasileiro e ajudaram a emergir a identidade e visibilidade política das *Comunidades de Fundo de Pasto*.

Foram conflitos decorrentes de rearranjos no processo de globalização da economia que terminam por afetar os sistemas econômicos específicos, a exemplo da relativização do princípio de nacionalidade (formação dos blocos econômicos); redefinição do papel do Estado, que passaria de um Estado de Bem-

---

<sup>44</sup> Os territórios indígenas são de propriedade do Estado mas usufruídos e administrados pelos próprios indígenas. As comunidades quilombolas recebem o título de uso, mas não a propriedade privada das terras. Os territórios dos seringueiros foram garantidos através das reservas extrativistas.

<sup>45</sup> Encontro que teve como tema central a regularização fundiária, em Porto Alegre, 2005.

<sup>46</sup> Nelson “Mandela”, coordenador da escola família agrícola de Monte Santo, durante o II Encontro Estadual de Comunidades de Fundos de Pasto, 2004.

Estar Social para um Estado Mínimo; inovações tecnológicas intensivas desencadeadoras de processos de formação oligopólica e reengenharia das empresas; e nova gestão da força de trabalho, fomentadora da terceirização e precarização das condições de trabalho (Almeida 1997:115).

A partir dos anos cinquenta e sessenta do século XX o modelo de desenvolvimento agrícola sofre forte influência da revolução verde<sup>47</sup>, servindo aos interesses de grupos econômicos ligados a empresas multinacionais. Créditos bancários são liberados para que os agricultores, utilizando as terras como garantia fiduciária, se capitalizem e possam participar dessa corrente de desenvolvimento, o que beneficia exclusivamente aos grandes proprietários (Arroucha 1997:100). Paralelamente, projetos governamentais financiados por agências multilaterais, como o BIRD e o Banco Mundial, asseguram a infraestrutura para a implantação dos programas elaborados sob a égide da denominada revolução verde. Esses projetos, como a construção de barragens, estradas e estímulo para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia, freqüentemente provocam o êxodo de comunidades originárias ou há anos estabelecidas nos locais de onde são erradicadas. Esse deslocamento significa a negação de formas de apossamento pré-existentes e tem sido fonte de graves conflitos sociais. (Almeida 1997:116)

Ao se proceder a uma análise das questões agrária e ecológica, percebe-se que a intensificação no uso de insumos químico-mecânicos na agricultura acelerou a degradação dos solos, a contaminação do meio-ambiente, e a agressão aos recursos naturais, sem atingir os grandes aumentos de produtividade esperados. Estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA<sup>48</sup> mostram que de 1964 a 1979, a produtividade dos 15 principais monocultivos do Brasil cresceu apenas 16,8%. No mesmo período, o consumo de fertilizantes químicos cresceu 124,3%, de inseticidas 233,6%, de fungicidas 584,4%, de herbicidas 5.414,2% e de tratores 389,1%. (Graziano apud Corporal & Costabeber 2004)

---

<sup>47</sup> Modelo agrícola baseado em monocultivos, insumos químicos, venenos, uso de tratores e sementes híbridas, com alto impacto sócio-ambiental.

<sup>48</sup> Citado pela FAO na Oficina Regional para América Latina e Caribe, em Santiago, Chile, 1992.

A degradação dos solos, acelerada principalmente pela excessiva mecanização e pela prática da monocultura, continua em um ritmo assustador em várias regiões do país. Em algumas situações, as perdas de solos por erosão já atingem 150 t/ha.ano. Vale assinalar, nesse aspecto, que o decréscimo de matéria orgânica, de 3,8% para 1,8%, reduz a produtividade agrícola em 25% (Pimentel 1984 apud Carporal & Costabeber 2004). Como consequência desses processos de degradação, novos investimentos precisam ser canalizados para amenizar a desordem ambiental e a manutenção da capacidade produtiva.

A mudança da base técnica da agricultura foi conduzida com a decidida participação da pesquisa agrícola e da extensão rural (Carporal & Costabeber 2004), e as atuais práticas, consideradas como modernas, não eram e nem são a única resposta técnica possível ou a mais eficiente forma de aumentar a produtividade do trabalho e dos rendimentos da terra, de modo a fazer face às necessidades impostas pelo crescimento demográfico e pelo processo de urbanização, como muitos pretenderam postular. Seu cerne tecnológico resulta, em grande medida, do esforço técnico-científico para tornar viável a monocultura e contornar os efeitos de seu impacto ecológico sobre os rendimentos (Romeiro 1998 : 69). O que importa é o lucro, o negócio que se realiza, e uma vez esgotada a capacidade produtiva de uma região, cujos pacotes tecnológicos se tornam muito caros, novas áreas são incorporadas. Outras técnicas mais baratas e eficientes foram negligenciadas, pois estas levam em consideração a diversidade ambiental, a renovação dos recursos, a segurança alimentar, a subsistência da família, questões tidas como secundárias para a agricultura empresarial.

A efetiva implantação dos pacotes tecnológicos baseados na revolução verde foi acompanhada da construção de uma série de obras que visavam garantir a infra-estrutura necessária para a “modernização capitalista” brasileira, e o governo federal foi o responsável por garantir a execução dos empreendimentos necessários. Na Bahia, o Grupo de Estudos Agrários de Salvador procedeu a um levantamento dos conflitos ocorridos nos anos de 1979 e 1980 e constatou que grandes empreendimentos, tais como a construção da barragem de Sobradinho, a implantação dos pólos de irrigação da região de Juazeiro e de Campo Formoso, a

construção da estrada que liga Seabra a Ibotirama e Barreiras afetaram, diretamente, as comunidades de Fundo de Pasto. No mesmo levantamento, a grilagem de terras aparece como uma das modalidades recorrentes de usurpação e fonte de desencadeamento de conflitos no campo, acarretando “a privação do direito do trabalho e especulação financeira das terras, a descapitalização das famílias, a crise do desabastecimento e a depredação dos recursos ambientais”, com sérias conseqüências para a reprodução dos posseiros. A violência, a espoliação, a arbitrariedade e a corrupção são, correlatamente, práticas aplicadas por grileiros – concretamente jagunços, policiais, pequenos comerciantes locais, agentes de segurança, fazendeiros, funcionários de cartório, procuradores, juízes – contra as comunidades fixadas em áreas rurais. (1980: 13)

De forma similar, as Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, Seringueiros e Castanheiros na Amazônia, os Faxinais no Paraná, Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas, Pescadores por todo o Brasil, Gerazeiros, Pantaneiros, Ribeirinhos e outras comunidades tradicionais têm sido atingidos por uma série de empreendimentos que visam a expansão das grandes empresas agro-exportadoras.

Almeida classificou essas comunidades como detentoras de “identidades emergentes”, decorrentes de um processo de mobilização política na área rural. Elas teriam experimentado um processo de politização dos aspectos organizativos, o que desvelou uma diversidade de posições correspondentes a segmentos sociais de base econômica heterogênea e ocasionou a dispersão da luta comum mediante frentes ou particularismos, de caráter ecológico, étnico e de gênero. Mais ou menos simultaneamente surgiu uma multiplicidade de entidades de caráter coletivo, com representatividade diferenciada e critérios organizativos múltiplos, que se mobilizaram, e continuam se mobilizando, para ter livre acesso a recursos básicos, como terra e água, em torno da moradia e apossamento pré-existentes, bem como dos recursos florestais. (Almeida 1997 114-119).

O modo de vida das *Comunidades de Fundos de Pasto* contraria interesses de empreendimentos que se inserem no modelo de modernização brasileiro, pois ocupa, efetivamente, uma considerável extensão territorial com

uma atividade econômica de subsistência familiar. Como já relatado, a economia destes grupos combina um complexo de atividades - extrativismo de recursos ambientais, caça, pesca, garimpo e uma atividade agropastoril realizada em roçados cuidadosamente cercados, protegidos da criação extensiva de pequenos animais em terras de uso comum.

Podemos sintetizar a tentativa de desestruturação desse modo de vida mediante dois tipos de projetos. Uma linha de ações consiste em usurpar o território das comunidades, deslegitimando sua posse. Outra linha consiste de novas formas de ocupação do espaço, principalmente através dos pacotes tecnológicos da revolução verde, numa tentativa de adequar as famílias à moderna economia capitalista. De certa forma, uma ação alimenta a outra, pois uma vez o território usurpado, a economia de subsistência se fragiliza, compelindo as famílias à aceitação dos pacotes tecnológicos ou ao êxodo rural. Ao aderir aos pacotes tecnológicos, o modo de vida se desestrutura, endividando as famílias e fragilizando a ocupação do território, que fica suscetível à apropriação por agentes externos.

Em Uauá, a grilagem das terras das comunidades de Fundos de Pasto se intensifica com a instalação do cartório, entre 1948 e 1950, quando passam a ocorrer inúmeros pedidos de titulação de grandes áreas individuais na região, desconsiderando as *Comunidades de Fundos de Pasto*. Valendo-se de procedimentos jurídicos ilegais viabilizadores da titulação de terras ocupadas tradicionalmente, criou-se uma grilagem oficial, constituída de grandes proprietários associados a cartórios e órgãos oficiais. Munidos de documentos que lhes conferem a propriedade, avançam sobre o território das comunidades, cercando várias extensões de terras de uso comum, com o que geram grandes conflitos. Um exemplo desses casos de grilagem foi o realizado pela família do ex-governador do Estado da Bahia, José Gonçalves, da Fazenda Poço da Vaca, que adulterou os documentos da Fazenda Santana, considerada a fazenda-mãe de três *Comunidades de Fundos de Pasto*, modificando os limites para se apoderar de uma área maior. Uma nova escritura foi elaborada com outras confrontações, que adentravam as terras das fazendas Santana, Bonito e Caldeirãozinho. Depois deste fato houve ameaças de morte, derrubadas de currais e cercas dos roçados,

e a tentativa de vender áreas pertencentes à comunidade. Há, também, relatos de jagunços que invadiram as casas das pessoas para recolher as cascas de angico<sup>49</sup> que estavam sendo guardadas, e em uma das vezes com a presença do delegado da cidade, que ameaçou de prisão quem entrasse nas terras em litígio. (Cotrin 1991: 41-42 e 44-45)

Na região do lago de Sobradinho, a construção da barragem produziu um grande impacto na vida dos moradores atingidos pela inundação dos territórios de suas comunidades. Ocorre o deslocamento de famílias, tanto para as sedes municipais, como para uma reserva extrativista criada na região de Bom Jesus da Lapa. Comunidades que antes ficavam distantes do rio, agora estão na beira do lago. Os projetos de irrigação, principalmente a fruticultura irrigada para exportação e para a indústria vinícola, se instalam, através da compra de terras que já haviam sido griladas, incentivando novas grilagens. Mineradoras e carvoarias avançam sobre os recursos ambientais para amparar a industrialização em expansão.

Instrumentos jurídicos foram introduzidos em municípios da região sertaneja da Bahia, visando extinguir as possibilidades de existência da criação solta de pequenos animais, como cabras, ovelhas e porcos (Oliveira et al 1987:49). Esses animais, até a época desses novos instrumentos, não eram muito comercializados, excetuando sua pele, o que quer dizer que não era como fonte de renda que as famílias os criavam. Sua produção garantia a carne, base da alimentação familiar, e era a principal atividade de ocupação do território, que legitimava o domínio das comunidades.

O principal instrumento jurídico utilizado para impedir a criação destes animais se popularizou como “lei do pé alto” ou “lei dos quatro fios”. Como já dito, o costume era cercar bem o roçado para que os animais que estivessem soltos não os destruíssem. Portanto, a responsabilidade de impedir a entrada dos animais nos roçados era do dono do roçado. A partir desta lei, diminuiu a responsabilidade de quem plantava, pois se antes havia que fazer uma cerca

---

<sup>49</sup> Da casca de angico se extrai uma substância para a indústria do couro e, em certas épocas, a procura se intensifica, valorizando seu preço.

muito cuidadosa, agora a obrigação se resumia a uma cerca com apenas quatro fios de arame, que possibilitava a entrada de pequenos animais. Esse tipo de cerca impedia apenas que bois, jegues e cavalos tivessem acesso à área plantada. Se uma cabra, uma ovelha, um porco entrasse na roça, a responsabilidade não era mais de quem havia feito uma cerca inadequada e sim do criador que deixara solto seu rebanho. Essa lei, todavia, não atingia os fazendeiros que se baseavam na criação bovina.

Um exemplo dessas leis foi a vigente no município de Paulo Afonso, aprovada por unanimidade, e que, resumidamente, dispõe:

Art. 1º - A criação de caprinos e ovinos no município deverá ser em área cercada e os rebanhos guardados e vigiados com cuidado preciso a fim de evitar prejuízo a propriedades alheias.

Art. 2 – Aos agricultores e pecuaristas fica assegurado o direito de construir cercas para proteção de suas lavouras e para o criatório do gado vacum com apenas 3 ou 4 fios de arame farpado.

Art. 3 – pela não observância do art. 1º desta lei, os infratores ficam obrigados ao pagamento dos danos causados pelos seus animais, de acordo com as leis vigentes no país.

Art. 4 – Esta lei entrará em vigor no prazo de 90 dias, depois de sua aprovação.

Paulo Afonso, sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

Muito importante ressaltar que estas leis são criadas simultaneamente com o oferecimento dos pacotes tecnológicos, pelas agências bancárias, para o plantio de determinados cultivos, como o feijão ou cebola, na região de Irecê, e algodão, na região de Guanambi. Os técnicos, do banco ou da empresa de assistência técnica, responsáveis pela liberação dos créditos e pela fiscalização da instalação dos empreendimentos, vetavam a criação de pequenos animais e do consórcio dos cultivos que estavam sendo financiadas com os demais cultivos tradicionais, tais como abóbora, mandioca, milho, melancia, maxixe. Visava-se, assim, a implantação de monocultivos.

As ações que apoiaram a modernização na agricultura atingem o sertão baiano na década de 70 e acentuam as pressões para a adequação das *Comunidades de Fundo de Pasto* ao modelo de desenvolvimento brasileiro. Inicia-

se um processo de industrialização, de estímulo à agricultura e pecuária empresarial através do crédito subsidiado e investimento em terras, muitas das quais com fins especulativos e reserva de valor. A difusão de tecnologias inadequadas, estimuladas por programas de irrigação e colonização, gestadas por instituições privadas e governamentais, contribuíram para a desestruturação das áreas de uso comum. A caatinga sofre um grande processo de destruição fomentado pela exploração da madeira para fazer carvão, incentivada pelas indústrias siderúrgica e de mineração, incluindo financiamentos bancários para construção dos fornos.<sup>50</sup> (Cotrim 1991)

Muitas comunidades sucumbiram a essas leis locais e, ou, aderiram aos pacotes tecnológicos, deixando extremamente fragilizada sua economia. As *Comunidades de Fundo de Pasto*, ao perceberem os perigos constituídos pela extinção da criação solta dos pequenos animais e pela implantação do monocultivo, articulam formas de enfrentamento desta situação. Essas lutas pela defesa de um modo de vida, pela posse da terra contra as diversas modalidades de grilagem e empreendimentos econômicos ambiciosos, contribuíram para fortalecer a união e solidariedade entre membros das *Comunidades de Fundos de Pastos*, fortalecendo uma identidade comum. Em um primeiro momento essa identidade se potencializa nas ações para a regularização da posse das terras junto ao Estado, sendo o município de Uauá o pioneiro. (ib : 43-44)

### **A luta pelo Bode Solto**

A construção da BR 242 é um marco na vida das *Comunidades de Fundo de Pasto* da região de Oliveira dos Brejinhos e pode ser tomada como referência para analisar o início da luta pelo seu modo de vida tradicional.

Sua construção, ao final dos anos 60, durante o governo militar, foi vista como estratégica para a ligação da primeira capital do Brasil, Salvador, com a nova capital, Brasília. Um dos seus objetivos foi facilitar o deslocamento de empreendimentos econômicos, principalmente agrícolas, para o interior do Brasil,

---

<sup>50</sup> Duas empresas da região de Uauá, CAL SUBLIME e DAMACAL, consumiam, respectivamente, 125 e 60 toneladas por mês, de madeira. (CAR/ SEPLANTEC 1986 apud Cotrin 1991: 43)

acompanhando a expansão da fronteira agrícola, que naquele momento avançava para o cerrado de Goiás e Oeste da Bahia. Com a estrada, o rio São Francisco deixa de ser a principal via de transporte e de comunicação, de trocas. Suas águas e afluentes passam a ser disputadas para a geração de energia em usinas hidrelétricas espalhadas pela bacia e para a irrigação de monocultivos agrícolas. As cidades ribeirinhas vão perdendo sua força, como Barra do Rio Grande, Ibotirama e Bom Jesus da Lapa, destacando-se novas cidades, como Barreiras e Irecê. Os pescadores constatam a diminuição dos cardumes, o assoreamento do rio. Com o tempo, uma boa parte da caatinga e do cerrado vai cedendo lugar para o algodão, soja, feijão comercial e frutas destinadas à exportação.

A BR 242 se instalou no velho caminho percorrido pelas tropas de vaqueiros que levavam as boiadas do oeste da Bahia para Feira de Santana, cortando a fazenda Várzea Grande. Essa mudança assinala uma nova configuração espacial, separando povoados, e a divisão acarretada pela estrada traz implicações que transformam as relações sociais, econômicas, ambientais. No planejamento governamental, o modo de vida local foi desconsiderado, ou melhor, considerado atrasado e, portanto, devendo se integrar a uma nova realidade, a realidade da agricultura moderna, mecanizada, com uso de venenos e adubos químicos. Nessa época não haviam estudos de impacto ambiental, não se produziam audiências públicas.

Mas quem seria contrário à construção de uma estrada cujos anúncios acenavam com tantos benefícios para a região?

Realmente, os relatos de hoje confirmam a grande expectativa criada com a construção da estrada, mas o desenvolvimento prometido, que deveria chegar com os meios de transporte mais velozes, com a energia elétrica, com a possibilidade de irrigação nas épocas de estiagem, passa pela vida da maioria dos moradores da região através das carretas e dos carros, que, à plena velocidade, deixam o pó da estrada como lembrança principal do tão esperado desenvolvimento.

Não há dúvida que muitas mudanças se processaram, a começar pelas formas de deslocamento. Embora nem sempre favorável seja a condição do asfalto, a grande vantagem apontada após a construção da estrada é a presença

de linhas regulares de empresas de ônibus, que fazem a ligação desta região principalmente com as cidades de Barreiras, Ibotirama, Seabra, Feira de Santana e Salvador. Há linhas que ligam algumas cidades do nordeste, que passam pelo norte da Bahia e vão para Brasília e Goiânia. São Paulo e Rio de Janeiro são destinos para os quais partem ônibus todos os dias. Alguns destes ônibus também permitem o transporte de passageiros entre os pontos espalhados pela rodovia, apresentando-se como uma boa alternativa de deslocamento. Tudo antes estava ligado ao rio São Francisco e quem ia para o sul do país usava o barco a vapor e subia o rio até Minas Gerais, onde utilizava o trem para continuar viagem. O principal meio de transporte era a montaria – cavalo, jegue, carros de boi - que transportava pessoas e mercadorias. Andar a pé grandes distâncias era bem comum. Em bem pouco tempo a montaria foi substituída pela bicicleta e a moto, sendo esta última o veículo que mais se populariza, sendo chamada, carinhosamente, “novo jegue do sertão”, que transita bem tanto na BR quanto nas estradas de terra que dão acesso a inúmeros povoados.

O transporte escolar possibilita que alunos dos povoados estudem na sede municipal ou nos principais distritos. Vários veículos particulares improvisam lotações e fazem o transporte alternativo das famílias para as feiras, em especial a de Queimada Nova. Também são as lotações que transportam as pessoas até a sede dos municípios da região, para resolver assuntos diversos.

A energia elétrica gerada pelas águas do rio São Francisco através da construção de barragens, chega às cidades maiores, às capitais, mas demora a chegar aos povoados da região. Não obstante uma série de programas governamentais, os postes de energia chegam prioritariamente aos povoados à margem das principais estradas. O rádio, em virtude das relativas serras, demora a se tornar um meio de comunicação generalizado, e quando se generaliza, aproxima mais o sertão das capitais do sudeste do país, pois as primeiras rádios sintonizadas são de São Paulo e Rio de Janeiro. Recentemente, a antena parabólica se torna parte da paisagem da casa do sertão e a difusão da energia solar ajuda sua expansão. Programas de televisão se tornam passatempos comuns, e permeiam a vida sertaneja com os noticiários, as novelas, os programas de auditório e os jogos esportivos. Fatos que ocorrem a milhares de

quilômetros são debatidos como se estivessem acontecendo na praça do povoado. Soma-se a isso a chegada da linha telefônica, que permite uma comunicação ativa com o mundo. Nas sedes dos municípios, a internet vem incrementar ainda mais as comunicações, e, principalmente os jovens participam ativamente dos sites de bate-papo, como MSN e Orkut. Uma filmagem caseira, feita a partir de um aparelho de celular, pode ser transmitida para o outro lado do mundo.

Toda essa velocidade de locomoção e dos meios de comunicação permite interação entre mundos, entre os grandes centros urbanos com regiões do sertão nordestino formadas de pequenos povoados. O fluxo de pessoas se dá em maior velocidade e o modo tradicional de vida vai se alterando, porém não se descaracteriza.

Logo as *Comunidades de Fundo de Pasto* sentiram que nem tudo era vantagem com a chegada da estrada. A primeira casa de Várzea Alegre, construída por Francisco Martins, foi demolida para dar lugar a um canteiro de obras. Muita caatinga foi derrubada e algumas roças destruídas para que fossem extraídos os cascalhos usados na construção da estrada. Nenhuma consulta era feita às famílias, nenhuma forma de reparação foi realizada, nenhuma indenização foi paga. Maria Almeida, a Bião, assim relatou:

“Naquela época não conhecíamos nossos direitos... o sindicato não orientavam a gente. Eles chegavam aqui (a construtora) e diziam o que iriam fazer... e nós pensávamos que eles estavam com a autoridade. Foi difícil ver a casa derrubada, era grande, antiga, significava parte da nossa história. Se fosse hoje, com tudo que sabemos, eles não derrubavam mesmo.”

“Meu pai, por muitos anos, derrubou muito pau de árvore para fazer carro de boi... talvez seja até por isso que eu gosto de plantar pé de árvores... mas na época da estrada eles derrubaram muitas de uma vez, muito mais que meu pai em toda sua vida, reviravam a terra, tiravam o cascalho para usar na estrada...”

A nova dinâmica regional trazida a partir da BR 242 modificou todo um modo de vida, toda uma economia local. O “asfalto”, que imprimiria velocidade aos carros, agilidade aos deslocamentos e progresso para a região, fez com que as boiadas, procedentes do cerrado em direção a Feira de Santana, passassem de caminhão, acabando com as tropas de vaqueiros, que não mais pernoitam em Várzea Alegre, mudando hábitos de hospedagem, comercialização e festejos. Alguns animais foram atropelados, enquanto outros, especialmente caprinos e ovinos, são roubados na madrugada. Os povoados são divididos pela estrada e, em bem pouco tempo, os animais de uma margem não passam para a outra, em busca de água e alimento.

A estrada pronta serviu como atrativo para os animais, que apreciavam dormir sobre o asfalto, porém muitos foram atropelados, como já referido. Igualmente, o modo tradicional de criação dos animais contava com áreas abertas, as terras de uso comum, onde apenas os roçados eram cercados. Como advertir aos animais que aquela cama quentinha e seca podia ser uma armadilha perigosa? Ao lado dos atropelamentos, a estrada também propiciou maior facilidade de acesso à região por pessoas desconhecidas, e casos de roubo de animais se tornaram corriqueiros.

A restrição do deslocamento de animais implicou em dificuldades econômicas para a própria manutenção da família. Como não foram planejados pontos de passagem, na estrada, para animais, houve a necessidade de cercar as beiras da estrada, protegendo de acidentes os veículos que andavam pela BR 242, mas que impediram que os animais passassem de uma margem da estrada para outra, em busca de alimentos e de fontes de água, prática cultural enraizada nas relações sociais que se desenvolveram ao longo da ocupação do território. Esse manejo mostrava um excelente aproveitamento dos recursos ambientais, um bom conhecimento do clima e da vegetação da caatinga, propiciando a formação de grandes rebanhos, principalmente de caprinos e ovinos, adaptados ao convívio no sertão.

A estrada é apenas o início. O progresso é anunciado através do financiamento agrícola, e as terras são cobiçadas por fazendeiros, políticos,

comerciantes: “o sertão da Bahia não pode se atrasar”. A criação de pequenos animais livres atrapalha os planos dos interesses econômicos em expansão. Assim, muitas terras, antes abertas, soltas, são cercadas, griladas. Monocultivos subsidiados, com base no uso extensivo de venenos e fertilizantes químicos, devastam a caatinga da região de Guanambi, Xique-Xique, Irecê. As comunidades tradicionais perdem espaço para comercializar boa parte de seus produtos nas feiras locais - cebola, alho, rapadura, sabão de sebo, sabão de cuada, roupas de algodão, fubá, arroz, ovos e galinhas caipiras, pois os produtos subsidiados dos monocultivos invadem os mercados locais. O São Francisco não é mais o canal principal de transporte e comunicação da região.

Alguns moradores começam a mobilizar-se, tentando resolver o problema da restrição do deslocamento dos animais, mas outros ficam animados com a promessa de incentivos para o plantio de algumas lavouras comerciais, tais como algodão, soja, café, feijão, frutas, que já se realizam em regiões próximas. O acesso ao crédito bancário só era permitido para quem deixasse de criar os animais de médio e pequeno portes, fazendo os interessados se despreocuparem com a questão da restrição ao deslocamento das cabras, ovelhas e porcos, em face do que eles vão se desfazendo destes animais, conservando apenas o gado bovino, cavalos e muares. Embora a região de Oliveira dos Brejinhos não tenha sido beneficiada por estes créditos, pelo menos para a maior parte das famílias, a promessa de acesso condicionada ao fim da pequena criação solta, intensificou a cisão entre grupos, a divergência entre irmãos. De um lado, uns queriam aderir aos créditos e ao pacote tecnológico contra os que preferiam manter o costume dos plantios tradicionais e a criação de pequenos animais, à solta. A elite local, representada por criadores de gado e atravessadores, com algum capital acumulado, apoiavam os que queriam o fim da criação solta de pequenos animais. Do outro lado, vai se construindo uma resistência valorizadora de um determinado modo de vida. Dessa resistência nasce a *Luta Pelo Bode Solto*, expressão que identificará essa modalidade de vida, baseada em um modo de ocupação tradicional de um território.

João Nogueira, mais conhecido como João Ruanga, e Vanda, lideranças da comunidade de fundo de pasto de Várzea Grande, e Gilson, de Jatobá,

descreveram a situação na qual se encontravam, destacando fatos cruciais no decorrer da luta pelo bode solto na região de Oliveira dos Brejinhos:

“... a estrada deu acesso aos fazendeiros, aí começou a vir pessoas daqui, pessoas dali, pessoas de outras regiões e teve gente daqui da região que fez parceria com os caras... Teve umas épocas que nós enfrentamos os poderes públicos, tivemos de enfrentar a prefeitura, tivemos que enfrentar a delegacia, tivemos que enfrentar os companheiros peito a peito, tivemos que jogar pesado...Tinha um monte de esquema para cima da gente... Só conseguimos porque jogamos duro, se a gente não joga apertado de verdade, a gente não conseguia não. Fizemos uma reunião lá no arroz, e conseguimos reunir a base de umas mil e duzentas pessoas, e veio o juiz, prefeito...tinha um edital do juiz dizendo que era o último dia dos animais soltos, naquela data, se não me engano dia vinte e três de novembro de oitenta e três... organizamos os companheiros, articulamos quando foi no dia, na hora que eles que eles chegaram lá... por volta das dez horas da manhã, chegaram as autoridades ali... consultaram... na hora que eles pararam o carro, subiram umas trinta, quarenta pessoas na carroceria do carro, era uma D10. A bicha levantou aqui... não deixamos os caras sair não, fechamos eles ali, não deixamos sair ninguém... e diante disso... como foi no mato e era um lugar que se fosse para , dizer assim, jogar cacete, tinha madeira batendo lá que estava quebrando até hoje... Lá era um lugar fechado, não saía não, só se chegasse de avião ou chegasse por ali mesmo. Fechamos a estrada em dois lugares...o povo reunido lá no meio... mas não se mexeram também para sair... ficaram ali... o que nós tínhamos para dizer aos companheiros era bastante coisa... e o juiz naquela hora ali colocou se nós estávamos manifestando de alegria.... aí nós falamos que infelizmente... um fato de sentimento que você sendo uma autoridade e tem a ousadia de dizer que hoje é o último dia do bode solto na região e aqui nós queremos dizer para

você que quem manda aqui somos nós e a precisão das nossas casas quem conhece somos nós e nós viemos dar um recado para o senhor que aqui nós vamos criar, nós vamos mostrar para o senhor se nós vamos criar ou não vamos..vamos trabalhar...e daquela ação fomos a Salvador, falamos com o secretário, colocou um monte de dificuldade, mas conseguimos entregar um documento e para encurtar a história depois de uns 26 dias apareceu alguém na minha casa para tomar providência, iniciar a documentação das terras... hoje estamos atuando aí, a gente agradece Deus, as forças que a gente tinha, o esforço que a gente fez, e os apoios que a gente teve, as entidades tipo a FUNDIFRAN ajudou a gente, o sindicato, a igreja, a paróquia deu uma força muito grande...”<sup>51</sup>

“A Luta Pelo Bode Solto foi que na década de 80 saiu um empréstimo pelo Banco do Brasil para o plantio de mandioca, mas sabemos que no semi-árido há diferenças grandes, de uma região para outra, dentro de um mesmo município, e nós sabíamos que aqui não ia dar certo não. Veio junto uma lei, chamada dos quatro fios, que queria acabar com a criação solta, pois cercar a mandioca com apenas quatro fios não ia deixar a gente criar, pois o bode não entende que a cerca, mesmo tendo apenas quatro fios, ele não poderia passar... A minha mãe, Virgílica Nogueira de Sales, juntamente com dois companheiros, um já falecido, Manoel Gregório da Silva, e seu irmão e José Gregório da Silva, foram três pessoas citadas pela justiça no conflito do bode, pois não poderiam citar todas as pessoas e estas foram citadas... O escrivão da justiça nos procurou em intimidade, que devíamos guardar sigilo, e nos avisou que seria marcada uma reunião para o dia vinte e três de novembro de mil novecentos e oitenta e três, onde a criação de pequeno porte desapareceria da nossa região. Só uma organização bem forte

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida durante a feira semanal em Queimada Nova, dia 18/03/2006

poderia barrar esta decisão da justiça. No dia dessa reunião estavam presentes mais de mil pessoas. Não paramos por aí, fomos a Salvador buscar a forma que poderíamos criar, pois nós éramos considerados posseiros, não tínhamos título de domínio das terras. Em 1985 tivemos com o secretário da agricultura, que nos prometeu mandar o pessoal, na época era INTERBA o órgão que cuidava da questão das terras, e veio uma equipe. Nós tínhamos levado um documento reivindicatório que explicava toda a situação. Eles comprovaram tudo que estava no documento e a partir daí eles fizeram a regularização fundiária, pois disseram que já tinham uma pequena experiência, na região de Uauá, onde a criação era criada num sistema chamado *Fundo de Pasto*. Então estes *Fundos de Pasto* nossos surgiram a partir de 1985, até aí não conhecíamos este sistema chamado de *Fundos de Pasto*, onde as áreas são coletivas. Temos as áreas individuais, com títulos individuais de cada um e um título coletivo daquela área onde a criação é criada solta, mas assim solta dentro daquela área que é chamada de área coletiva. Para nós é uma grande conquista, pois é um reconhecimento até para o Estado, que servirá como modelo para outras regiões do nosso estado, quem sabe do Brasil. O nosso sistema não era tão diferente de agora, mas tinha um pouco de diferença pois não tinha limite, as criações circulavam por todas as áreas, por todas as comunidades. Hoje em cada associação tem um limite da cerca onde passa a área coletiva, no perímetro da área coletiva, daí as criações já ficam separadas em seus fundos de pasto. A vantagem é que se tinha um manejo muito melhor das criações. Da forma que criamos hoje temos um grande prejuízo, e precisa de um manejo do rebanho com mais produtividade que depende da organização, que se não tiver organização a gente não consegue chegar em lugar nenhum.<sup>52,</sup>

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Ivanilda Nogueira de Sales Vieira (Vanda), moradora de Várzea Grande, 41 anos, em 30/07/2006, durante a IV Festa do Bode

“Do ponto de vista da produção, há trinta, quarenta anos atrás existia grandes reservas de mata virgem, de caatinga virgem por este sertão a fora, coisa que hoje já não existe mais. A questão *Fundo de Pasto* é muito positiva, mas ela foi criada não assim exatamente um *Fundo de Pasto*, ela teve todo um processo de degradação da nossa caatinga desse nosso sertão que nos levou a conclusão que para continuarmos criando os bodes nós precisávamos dos *Fundos de Pasto*, de um lugar reservado para que essa criação ficasse solta. Esse é um fator. Um outro fator foi a questão da grilagem, os fazendeiros chegaram num determinado momento que vinham fechando o cerco e nós que somos produtores, pequenos produtores vínhamos nos sentido sufocados. Então as organizações, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais, as ONGs daqui da região se reuniram, fizemos documentos de reivindicações para o governo do estado até chegarmos hoje nesta coisa que chamamos de Fundo de Pasto. E por incrível que pareça ainda tem pessoas que necessitam, que dependem destes *Fundos de Pasto* que não compreenderam o valor que ele tem, a necessidade da gente de manter estes fundos de pasto ativos e organizados, para garantirmos o sustento de nossa famílias através da produção de frutas, de ovinos, de todas as atividade econômicas que a gente exerce dentro destas áreas”<sup>53</sup>

Esses relatos possuem elementos que simbolizam a “*Luta pelo Bode Solto*”. O primeiro destaque vai para a capacidade de mobilização, que conseguiu reunir mais de mil pessoas para confrontar autoridades públicas, que, como relatou João Ruanga, “tinham a ousadia de querer decretar o fim do bode solto” e se aliavam aos interesses locais que lançavam mão da intimidação, moral e física, como meio de pressionar as pessoas a abandonar suas terras. A teia organizativa que propiciou essa mobilização será exposta de forma mais aprofundada no

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida por Gilson Paulo Moreira, morador da comunidade de Jatobá, 32 anos, em 30/07/2006, durante a IV Festa do Bode

próximo capítulo, mas já podemos perceber a importância conferida à luta que estava sendo travada na disposição pessoal para o enfrentamento.

Outro destaque é a rede de apoios, que vão desde iniciativas pessoais, como a do escrivão que alertou para a data da reunião entre autoridades que iriam oficializar o fim do bode solto, até os apoios institucionais, da igreja, sindicato e ONGs. Se de um lado há uma boa rede de apoio, do outro há antagonistas fortes, incluídas pessoas da comunidade, que, na interpretação de Gilson, não entendem a importância dos Fundos de Pasto, daí haver sido travada uma luta “peito a peito” entre irmãos. Autoridades públicas, como prefeito, juiz, delegado são apontados como grandes adversários.

Outra observação importante é o uso dos termos “*Luta Pelo Bode Solto*” e “*Fundos de Pasto*”. No primeiro caso, a designação refere-se ao significado literal, ou seja, a luta pela criação solta e um local de reserva de pasto para que essa criação permaneça solta. Ela se refere ao espaço e ao animal. O segundo significado remete a um sistema econômico, que inclui as várias atividades agroextrativistas além do pastejo extensivo, como a caça, as aguadas, as plantas, a técnica de utilização dos recursos ambientais. Por fim, numa terceira acepção, os termos identificam todo um modo de vida que está ameaçado, incluindo a organização social, práticas religiosas, o saber, o conhecimento.

Apesar da aproximação entre os seus significados, há diferenças importantes entre os dois termos. A “*Luta pelo Bode Solto*” significava a luta pela lei do costume que valorizava o modo de vida existente e recusava o cercamento dos animais, a fragmentação do território inter-comunidades, a grilagem de terras. “*A Luta pelo Bode Solto*” é um termo nativo forjado na luta diante de forças que queriam expropriar os territórios das comunidades, queriam impedir a criação de pequenos animais, queriam eliminar um modo de vida.

Já “*Fundos de Pasto*” representa o ajuste necessário, a saída legal encontrada, a sintonia com uma luta maior, o reconhecimento dos próprios limites e forças. “*Fundos de Pasto*” é um termo externo que, aos poucos, vai sendo incorporado, até o momento em que representa o modo de vida atual. O termo “*Comunidades de Fundo de Pasto*” da região de Oliveira dos Brejinhos identifica o

atual modo de viver, que tem como referência a *Luta pelo Bode Solto*, mas mesmo que tenha se transformado em algo diferente do que era, respeita a lógica da subsistência da família, das relações de parentesco e compadrio. Respeita as formas organizativas pré-existentes, ao mesmo tempo que implanta novas formas, como a associação. Muda constantemente para tentar ser o mesmo, assegurando a vida digna na região.

A trajetória delineada pelas comunidades de Fundo de Pasto desta região enseja-lhes uma certa visibilidade política, similarmente ao que tem ocorrido com outras comunidades de Fundos de Pasto da Bahia e de comunidades tradicionais encontradas no Brasil. Convido o leitor a conhecer um pouco mais do modo de vida das comunidades de Fundos de Pasto da região de Oliveira dos Brejinhos.

### Capítulo 3

#### **Comunidades de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos: organização política**

Desde meus primeiros contatos com as famílias que compõem as comunidades de *Fundos de Pasto*, me chamou a atenção a sua organização territorial, marcada pela produção de pequenos animais e pela apropriação dos recursos ambientais. Pouco a pouco fui observando sua organização familiar, social e política. No princípio, minha aproximação sempre esteve justificada pelo meu papel de técnico. Primeiramente de uma ONG, o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), e, depois, de uma entidade confessional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A metodologia-base de trabalho era o acompanhamento de reuniões, oficinas, cursos, manifestações. Foram poucas as oportunidades de convívio com o cotidiano destes agentes sociais, que nunca passavam de três a cinco dias, e, mesmo nesses dias, o olhar estava focalizado nas questões da assessoria que estava sendo prestada. Mas, na medida em que esses momentos de contato se multiplicavam, mais oportunidades tive para enxergar uma diversidade de aspectos, inicialmente pensados como irrelevantes, mas que começavam a dar sentido ao modo de ser, pensar e agir dos grupos acompanhados. Quando tomei conhecimento da etnografia como um método de trabalho e das possibilidades dos estudos comparativos, percebi sua importância para a compreensão de modos de vida específicos, como são os de *Fundo de Pasto*.

Neste capítulo apresento o modo de vida das famílias que vivem nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, destacando as teias organizativas que formam as *Comunidades de Fundo de Pasto*. Quero com isso descrever a complexidade das relações que são estabelecidas, tendo como pano de fundo os desafios sociais, econômicos e ambientais que as engendram. Esses desafios não são singulares, mas, muito pelo contrário, estão presentes na vida de diversos agentes sociais espalhados por todo o Brasil, e até por todo o mundo. Busco a reflexão de como os agentes sociais, objetivados nesta pesquisa, são impactados e como se organizam para fortalecer seu modo de vida, ameaçado por uma série de ações ligadas, direta ou indiretamente, à globalização econômica.

## **A Comunidade – família, igreja, associação**

Em 2003, João Néri, morador de Boa Sorte, relatou a existência de três organizações comunitárias das quais ele participa: família, igreja e associação. Para ele, a *Comunidade Fundo de Pasto* é composta de três outras comunidades, que se inter-relacionam, e assim, formam a base da organização social que sustenta o seu modo de vida.

No decorrer dos anos que acompanho a *Central de Associações de Fundos de Pasto* de Oliveira dos Brejinhos, e, mais especificamente para esta pesquisa, a Associação de Várzea Alegre, tive oportunidade de me aprofundar no dia a dia de algumas famílias. A hospitalidade foi sempre regada a uma saborosa comida caseira, temperada por prosas agradabilíssimas, como já enfatizado. Histórias, caminhadas, trabalhos domésticos, trabalhos na roça, expressões de religiosidade, festas, torneios, acidentes, embates, reuniões. Uma infinidade de atividades que fortaleceram a imagem da diversidade sertaneja, tão presente no mundo de Várzea Alegre.

Demorei muito a perceber o significado de comunidade. De início confundi comunidade com povoado, depois com associação e, em algumas circunstâncias, considerei que eram nomes diferentes para representar a mesma coisa. Quando ouvi falar em comunidade de igreja fiquei sem entender do que se tratava. O que seria essa comunidade, então? Em Várzea Alegre, ao tentar responder a esta pergunta, me deparei com as três situações referidas por João Néri. Várzea Alegre era o nome dado ao povoado onde algumas famílias estavam estabelecidas. Mas era também a denominação de uma comunidade eclesial de base, ou comunidade de igreja, como é chamada na região. Por fim, Várzea Alegre também era a denominação da Associação de Fundo de Pasto.

A origem de todas essas denominações se reporta ao povoado. Este se formou ao longo de uma trilha de tropeiros, que ligava a Chapada Diamantina ao rio São Francisco, mais precisamente Seabra a Ibotirama. Na metade do século XIX, Dionísio, homem de certas posses, como algumas centenas de cabeças de gado, e morador do município de Ibitiara, se interessou pelas terras que avistava quando passava pela trilha dos tropeiros, a caminho do rio São Francisco. Essas

terras apresentavam caatinga abundante com várias áreas de várzea, excelente para alimentação do gado. Não se sabe ao certo como Dionísio adquiriu essas terras para deixar solto o gado para pastar, havendo apenas um recibo de compra e venda, denominando o local de Fazenda Várzea Grande. Com a ajuda de seus vaqueiros, expulsou grupos indígenas que moravam por lá, que, segundo os relatos, seria o povo Tabajara<sup>54</sup>. Com o passar do tempo, ele percebeu a necessidade de uma ocupação mais efetiva dessas terras e incentivou seus genros, Francisco Martins e Amâncio, a tomarem posse das mesmas. Os genros construíram, então, moradias em pontos específicos da fazenda. Em um destes pontos, conhecido como Várzea do Garrote, sua filha Simoa e o marido Francisco Martins construíram uma moradia. Simoa morreu relativamente nova, deixando Francisco Martins com nove filhos: seis homens e três mulheres. Transcorrido certo tempo, Martins casou com Ana Moreira, tendo neste segundo casamento mais cinco filhos: três mulheres e dois homens.

Ana Joaquina de Araújo (Dinda), filha do segundo casamento, casou com Luiz Francisco de Araújo e os dois herdaram a casa construída por Francisco Martins. Dinda deu à luz a onze filhos, sete mulheres e quatro homens, que vão construindo casas ao entorno do casal, até que se forma um povoado. Este povoado foi, por muito tempo, ponto de paragem de tropas que vinham do oeste da Bahia e de Goiás, e rumavam para Feira de Santana. Lá encontravam boa comida, local para descanso do gado e produtos para abastecer sua jornada, inclusive carros de boi feitos por encomenda. Mas o destaque do local acabou sendo suas festas, que, inclusive, influenciaram a mudança para a atual denominação.

Sobre este evento, Ormesina, mais conhecida como Tia Zuca, filha caçula de Dinda e Luiz, relatou:

*“ ... mudou, sabe por que mudou para Várzea Alegre?... mudou, mãe dizia assim... mudou porque o pessoal do Bom Sossego ali, viajava com muita tropa, sabe, e aqui diziam... ô Luiz por que você não bota*

---

<sup>54</sup> Vários relatos de pessoas diferentes repetiram a mesma história e denominaram os indígenas de Tabajara.

*esse nome daqui de Várzea Alegre... esse povo é tão alegre, vocês aqui são tão alegres...'*<sup>55</sup>

Esse contato sempre amigável com os viajantes, e a necessidade de uma diversificação econômica, levou o filho mais velho de Luiz, Agripino Francisco de Almeida, a se aventurar no comércio de diversos gêneros, entre povoados localizados no trecho compreendido entre o rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Sal, farinha, peixe, carne de sol, rapadura, peças de algodão, tecidos, tabaco, armas e munição para caça eram os produtos principais. Agripino adoeceu e seu irmão Anísio o substituiu. Outro filho, José Vicente, se especializou em marcenaria, construindo, entre diversas coisas, carros de boi, sob encomenda para vaqueiros que por ali passavam.

Como relata Zuca, as mulheres tinham vida social também ativa, e quinzenalmente rumavam para feiras na sede de Brotas de Macaúbas e em Bom Sossego:

*“Essa história de nós sair para vender em não sei contar e sei também... quem nos ensinou isso foi mãe, ela já fazia isso lá... (Brotas de Macaúbas) ela era filha de lá, tinha muito amigo lá, ela tinha muita gente lá, nós tínhamos casa lá... Chico Martins tinha casa lá para nós, na semana santa levava requeijão, não comiam carne, levava ovos... a missa da páscoa era lá... nestas viagens que Francisco Martins conheceu Ana Moreira... (risos)... E aí passamos a ir mais frequentemente para vender nossos produtos... comprar algumas coisas... dormíamos no caminho... montando acampamento, só mulheres e algumas crianças. Lá vendíamos roupas de algodão, sabonetes de cuada, bom para o tipo de cabelo da gente daqui... requeijão, ovos e galinhas caipiras, toucinho. Nossos produtos eram bem procurados...'*<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Ormesina Francisca de Araújo, tia Zuca, em entrevista concedida em sua casa, novembro de 2005.

<sup>56</sup> Ormesina Francisca de Araújo, tia Zuca, em entrevista concedida em sua casa, março de 2006.

Várzea Alegre sempre teve uma comunicação ativa com o mundo exterior, seja através do comércio, do fluxo de passagens dos viajantes, das festas, como, também, através das atividades religiosas praticadas em uma capela construída desde a edificação da primeira casa.

A BR 242 foi implantada sobre a trilha dos tropeiros e dividiu parte do povoado. Hoje há um restaurante, o Bode Assado, uma borracharia, um posto telefônico, uma capela, e ele continua sendo ponto de parada para viajantes e local de referência para outros povoados próximos. Também é onde acontece, anualmente, a Festa do Bode organizada pela *Central de Associações de Fundos de Pasto*, que reúne gente de toda a região oeste, de Barreiras a Seabra.

Portanto, o povoado de Várzea Alegre se constituiu ao longo do tempo como local articulado com o mundo externo, e, à sua maneira, foi se modificando para melhor estar sintonizado com o que se acontece à volta e, assim, garantir o modo de vida das famílias que lá se encontram.

Quadro 1: Moradores do povoado de Várzea Alegre (2005/2006)

Responsáveis pelo domicílio	Relação de parentesco com Dinda e Luiz	Número de pessoas na casa
Marcionílio Maria Júlia (casados)	Neto, filho da 3ª filha Anorina Neta, filha do 7ª filho, Anísio	+3 filhas e 5 netos
Ana Clara Arivaldo (casados)	Neta, filha da 4ª filha Rosolina	+ 3 filhos
Orestes Janir (separados)	Neto, filho da 4ª filha Rosolina	+ 2 filhas e 1 filho
José Vicente Juliana (+ jun/06) casados	6º filho	sem co-residentes
Maria (Bião)	Neta, filha do 6º filho José Vicente	1 filho
Ana Raimunda	Neta, filha do 7ª filho, Anísio	2 filhos
Ormesina	8ª filha	2 netos
<b>TOTAL MORADORES</b>		<b>30 pessoas</b>

É neste contexto que Várzea Alegre também se torna referência para a igreja. Ana Moreira tinha fama de muito religiosa e acompanhou a edificação de uma pequena capela em Várzea Alegre. Leituras da bíblia, novenas, reza de terços, festas da padroeira Nossa Senhora Santana eram as atividades religiosas

desenvolvidas até a década de 70, quando chegou à região um padre de origem belga, João Christhiano, que vinha fortemente influenciado pela teologia da libertação. Pe. João estimulou a formação de comunidades eclesiais de base<sup>57</sup>, moradores foram formados ministros locais e tornados responsáveis pela comunhão, casamento, batizado. A igreja deixou de ser um espaço apenas para rezar, e passou a dar apoio à organização comunitária, no sentido de debater diversas situações do cotidiano, como as dificuldades em épocas de seca, a busca de educação formal para os filhos, a ameaça da grilagem das terras, a proibição de se criar animais soltos e demais interesses locais.

A chegada do padre João Christhiano caracterizou o início de novos costumes na prática do catolicismo, valorizando o saber de cada pessoa e fortalecendo a reunião de famílias para discutir seus problemas. Essas novas práticas motivaram certo estranhamento.

*“ O povo tinha aquele costume do passado, que só padre podia na igreja celebrar missa, dava hóstia, mas aí quando surgiu a lei que alguém que não era padre, que não era preparado, “não tinha competência, o que essa pessoa entendia de religião para estar lá na igreja fazendo isso, fazendo aquilo”... era isso que o povo achava”<sup>58</sup> – Maria de Jesus Vieira*

O fortalecimento na organização social era evidenciado através de um espaço para reflexão dos problemas comuns. A grilagem das terras e o fim da criação de bodes eram condenados pelas “palavras sagradas” das escrituras, na casa de “Deus”. As novas práticas desmistificavam a figura central do padre na relação com o divino. Oficializava-se que a relação entre “Deus” e humanos não passava mais por intermediários, no caso as autoridades eclesiais, como padres e bispos, alterando papéis sociais há muito tempo estabelecidos. Afrontava-se, de certa maneira, toda autoridade pré-determinada, e alteravam-se padrões da delegação de poder. As autoridades locais necessitavam da legitimação das

---

<sup>57</sup> Ver nota número 09

<sup>58</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006.

famílias e, por isso, não apreciaram positivamente estas mudanças. (Bourdieu 1990:189)

Vale observar que a implantação das comunidades eclesiais de base (CEBs) nessa região ocorreu na conjuntura política brasileira da ditadura militar, logo após os momentos de forte repressão às organizações populares. As mudanças se relacionaram diretamente com o contexto político nacional, nos anos de maior repressão da ditadura militar.

*“ Isso foi de um certo tempo para cá, quem trouxe essa lei de reunião de igreja foi o padre João, de ter curso, de ter reunião de família, foi depois do padre João... só não me lembro é o ano... muita gente... eu mesma era contra essa lei do padre João. A gente achava que esta lei do padre João era uma lei de comunismo... ”<sup>59</sup> – Maria de Jesus Vieira.*

*“ Você ouviu falar de Lamarca? O povo achava que era isso...que a lei dele (do padre João) é a mesma coisa que Lamarca, era isso que o povo achava... a gente não tinha conhecimento de nada... não tinha informação... ”<sup>60</sup> - Maria de Jesus Vieira.*

*“ Eu pensava... que comunista tinha as coisas comum, que pegava as coisas dos outros, apanhava a gente. ”<sup>61</sup> - Claudionor José Vieira.*

*“ Fazia atos ruim... eles achavam que na lei comunista só tinha atos ruins, nada de bom ”<sup>62</sup> - Maria de Jesus Vieira*

Pouco tempo antes da chegada de Padre João, o capitão Carlos Lamarca foi assassinado pelo exército brasileiro no povoado de Pintadas, muito próximo de Várzea Alegre. José Campos Barreto, conhecido por Zequinha, companheiro de Lamarca e também assassinado, havia nascido em Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas. Ele era um bom conhecedor da região e tinha uma excelente

---

<sup>59</sup> Idem

<sup>60</sup> Idem

<sup>61</sup> Claudionor José Vieira, conhecido como Nô, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006.

<sup>62</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006.

relação pessoal com diversas famílias dos povoados. Muito provavelmente se refugiou graças ao apoio de algumas pessoas. O exército montou um centro de operações usando de coação, amedrontando os moradores, utilizando de práticas de tortura, como aconteceu no caso do pai de Zequinha. Os vôos rasantes dos helicópteros ainda são lembrados. Foi orquestrada uma grande campanha de difamação, manipulando informações, causando um terror ainda hoje lembrado.

*“As autoridades de segurança haviam montado uma operação nas zonas rurais da Bahia, especialmente entre Ibotirama, Seabra, Oliveira dos Brejinhos e Barra do Mendes, depois da prisão de um indivíduo conhecido apenas pelo nome de Rocha, que denunciou a formação de um "aparelho" em Brotas de Macaúbas, comandado por José Campos Barreto”<sup>63</sup> – Jornal Folha de São Paulo*

Como já relatado, a relação das famílias de Várzea Alegre com Brotas de Macaúbas era próxima, através da participação na feira. Zequinha era popular e muitos deviam conhecê-lo. Aquele momento político na vida brasileira entrou no cotidiano dessas pessoas e ainda está presente na memória dos que viveram aquela época.

Com o passar do tempo, o estranhamento às novas práticas religiosas foi diminuindo, ao tempo em que a articulação social foi se mostrando importante em determinados momentos, como na *Luta pelo Bode Solto*. Como não havia possibilidade de formação de uma comunidade eclesial de base em cada povoado, foram escolhidos alguns núcleos, para os quais as pessoas das outras localidades pudessem se locomover com certa facilidade. Além do povoado Várzea Alegre, os de Alagadiço, Pascasso, Mulungu, Várzea do Mulungu, e o assentamento Ferrari fazem parte da comunidade-igreja Várzea Alegre.

As reuniões dominicais passaram a ter um caráter social importante, pois se tornaram momentos de reflexão, debate, planejamento e organização de ações por parte do conjunto das famílias presentes. Há também um intercâmbio entre diferentes comunidades, como encontros de preparação de ministros, encontro de jovens, catequeses para crianças.

---

<sup>63</sup> Trecho de reportagem publicada na Folha de São Paulo, domingo, 19 de setembro de 1971

*“a gente ignorou quando ele chegou... a agente não tinha estes costumes, depois do passar do tempo que o povo foi entendendo e aos poucos foi compreendendo e hoje todo mundo participa de comunidade... mas foi depois de muitos anos... deu trabalho para o povo entender...”<sup>64</sup> - Maria de Jesus Vieira.*

*“Francisco Neri conheci, era ministro... não tínhamos muita relação não... como acabei de falar, a gente não ia lá na igreja... mas fora, quando a gente encontrava com ele era um homem muito atencioso, que gostava muito de conversar com as pessoas... foi um homem que deixou muita testemunha de bons exemplos do povo... era um homem religioso... muito atencioso... gostava de conversar com as pessoas... era muito alegre.”<sup>65</sup> - Maria de Jesus Vieira.*

As comunidades de igreja foram se consolidando, outros núcleos se formando, incluindo os povoados que tinham sido muito resistentes às novas idéias, onde alguns moradores encabeçaram as ações para o fim da criação de bodes soltos.

*“ No Jacú tem também comunidade... essa bem recente.. tem poucos anos que começou essa comunidade do Jacú... não tem nem dez anos... passa tão rápido... que parece meu deus do céu, que a gente nem vê... que a gente nem vê o tempo passar. Mas a do Jacú é nova. Aqui a comunidade que eu sei que é mais velha, a não ser Queimada Nova é Várzea Alegre, primeiro Queimada Nova, segundo Várzea Alegre, daqui mais próximas”<sup>66</sup> - Maria de Jesus Vieira.*

A *Luta do Bode Solto* se tornou referência de organização nas comunidades de igreja, que, por sua vez, se apoiavam nas relações familiares, de compadrio e amizade. A primeira ação de destaque foi assumir o controle dos sindicatos, em Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, que estavam nas mãos dos fazendeiros. Noé Oliveira Silva, morador do povoado de Queimada Nova, foi o

---

<sup>64</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006.

<sup>65</sup> Idem

<sup>66</sup> Idem

primeiro presidente do sindicato de Oliveira dos Brejinhos, e é considerado um dos maiores responsáveis pela grilagem de terras no município. Com o sindicato nas mãos, a *Luta pelo Bode Solto* avança, o que vai culminar na criação das *Associações de Fundo de Pasto*.

Como já relatado no capítulo anterior, o governo estadual, através de técnicos do Instituto de Terras (INTERBA) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), apresentou a necessidade da constituição de representações jurídicas, no caso, associações, para representar as comunidades. Estas assumiriam a responsabilidade formal pelas “terras coletivas”, que seriam tituladas. Essa foi a alternativa encontrada pelos técnicos, à época, para resolver o impasse na regularização dessas áreas. Inexistiam legislação e procedimentos administrativos para formalizar o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas. Foi feita a opção das áreas de uso comum, as áreas de roçado, e os locais de moradia se transformaram em propriedade privada.

A *Associação de Fundo de Pasto de Várzea Alegre* foi uma das associações criadas. Nem todas as famílias do povoado se associaram, apenas as que aderiram à *Luta pelo Bode Solto* e pertenciam ao mesmo fundo, ao mesmo cerco. Fazem parte desta Associação quatro famílias do povoado; a única família do povoado de Alagadiço; as quatro famílias do povoado da Lagoa do Angical; as duas famílias do povoado de Pascasso; e, ainda, uma família cuja casa está fora da área cercada, no povoado de Itapicuru.

Povoado	Moradores
Várzea Alegre	José Vicente e Juliana <sup>67</sup>
	Maria Bião e Carlos (Caloca)
	Janir com duas Filhas e um Filho
	Ana Clara, Ari, Ailton, Cristiano e André
Pascasso	Olava
	Oscar e Ana
Lagoa do Angical	José Amaro, Avanyr, Cleiton e Mislândia
	Maria Santa e Nô

<sup>67</sup> Falecida em junho de 2006

	Mário e Tozinha
	Maria Alves
Alagadiço	Ladú, Benil, Maria e Gilmar
Itapicuru	Crispim e Elza

Retomando as palavras de João Néri, pertencer a cada uma das três organizações sociais possui significado simbólico e efetivo, de pertença a um grupo específico, que lhe fornece identidade, amparo, acolhimento. Essas comunidades produzem relações sociais específicas, que ao mesmo tempo garantem acesso a direitos, recursos comuns partilhados, proteção contra agressões externas, mediações com outras instâncias e arbitragem nas questões com outros membros da comunidade.

### **O espaço social da família**

A família tem como referência o povoado, mais precisamente a casa dos pais ou de alguém mais velho, tais como avós, tios. Porém seu território de atuação abrange também as regiões de migração para onde se deslocam os membros da família.

É no âmbito das relações familiares que se decide quem assume os cuidados de alguém doente, dos pais durante a velhice. Se um casal viaja a trabalho, temporariamente, filhos e pertences são designados a alguém, e esse é escolhido, via de regra, em uma reunião familiar. A responsabilidade deste “tutor” vai além de cuidar das pessoas, mas compreende suas posses, sejam elas a terra, animais, e até recursos financeiros, como pensão, aposentadoria e indenizações, com direito ao uso de ferramentas e equipamentos pessoais.

É a família, também, local da partilha da herança, das decisões sobre a migração, da saída de jovens para prosseguir os estudos. Na família emerge a decisão de quem deve ir em busca de trabalho externo para complementar a renda familiar.

A família é, ainda, o contexto por excelência de proteção contra desavenças pessoais. Acompanhei os relatos da mãe e da avó de um rapaz acusado da

gravidez de uma menina mais nova. Embora tivessem bons motivos para acreditar na real possibilidade do menino ter engravidado a moça, sua família se sentia no dever de defendê-lo da perseguição da família da menina, e garantir o seu direito ao teste de paternidade. Uma vez essa confirmada, as famílias deveriam fazer os acordos da responsabilidade que caberia a cada um dos jovens, e, por extensão, ao grupo familiar.

Outro relato, que tive a oportunidade de escutar, concernia a alguém ameaçado de morte após uma briga, em uma festa da região. A família, reunida, decidiu pela migração temporária para o Rio de Janeiro, definindo quem iria tomar conta de seus animais, de sua casa e roçado. Já transcorreram mais de dois anos deste fato, mas seu rebanho, e sua casa, ainda continuam aos cuidados de sua tia materna.

A educação para o trabalho agrícola e para o trato dos animais também tem centralidade na família. Mesmo variando a quem cabe o papel de ensinar, podendo ser o pai, a mãe, ou mesmo um tio ou irmão mais velho.

*“Em falar em roça eu agradeço a todo momento a minha mãe. Do meu pai, nesta parte de aprender a trabalhar na roça, por meu pai eu não sabia pegar no cabo de uma ferramenta. Quer saber por que? Meu pai nos criou, ele mais minha mãe nos criaram assim... meu pai não era de ir para roça e chamar menino, menino não ia não que ele não chamava, ele só – “...eu vou na roça...” - ele não falava – “...menino vamos embora pegar no cabo da foice aprender a cortar...”- ele não chamava... agora já minha mãe... minha mãe... nós era garotinho assim – “...bora para roça;... ihhh... não tem esse negócio não de inhéee não... vamos embora para roça... se você não agüenta a enxada nova, pesada, agüenta uma média, leve... mas vamos embora...”- e tinha que ir... ou ia ou caía no pau... tinha que ir e se menino rumisgasse ia ser pior... mas meu pai já não botava a gente para trabalhar. Eu agradeço e tiro chapéu para minha mãe,*

*sobre me ter ensinado, não é dizer que sou trabalhador, mas eu sei um pouco da vida e foi minha mãe que ensinou*<sup>68</sup>

Essa educação, embora inclua um saber que é transmitido oralmente, é modelada na prática do dia a dia, na atenta observação, no desenvolvimento de habilidades e no costume de dispor o corpo para o serviço da roça.

*“Tem um sinal... a Jurema preta, estando sem chover, está de sol, ela florou, o dia que você amanhecer e ver ela parecendo cabeça de velho, branquinha, pode esperar chuva. Agora já a Jurema branca, o sinal não é muito bom não, se tiver chovendo e ela florar no inverno é inverno, mas se abrir o sol que nem abriu, e ela florar, o verão taí, pode não ser para muitos dias, mas o verão taí. Tem um pássaro por aqui que tem pessoas que pensam que não, mas tem uma ciência de um bichinho que tem por aí no campo, ciência danada, o bico de fogo. Ele abre a morada dele no chão, ele produz no chão, ele bota e tira os filhotes no chão. Tá chovendo, tá por aí quieto. Você vê bico de fogo abrir o buraco, pode saber que o verão vem. Ele abre o buraco no chão, deus deixou a ciência com o bichinho inocente, ela vai botar o buraco no chão para deixar os ovos encherem de água? No verão ele vai botar e vai tirar os filhotes... E para nós o sinal aqui do sertão não é um sinal bom não... Jurema branca e bico de fogo não é muito bom não. Mandacaru, de primeiro, se ver um mandacaru florar não demorava chuva, chovia mesmo, era sinal certo de chuva, mas hoje não é mais não.*<sup>69</sup>

A escola formal não valoriza o saber popular e, por isso, não está preparada para compreender a importância desta forma de educação que se desenvolve no seio da família, entre vizinhos. A ausência das crianças, por vários anos, do cotidiano agrícola, sem se preocupar com a preservação de uma mínima continuidade, acarreta menos habilidade, menos observação e se obsta o desenvolvimento de um corpo acostumado e esse tipo de trabalho. No segundo

---

<sup>68</sup> Mário Xavier, em conversa partilhada no caminho da roça, em março de 2006.

<sup>69</sup> Idem

encontro estadual de *Comunidades de Fundo de Pasto*, alguns agentes sociais falaram da importância de se “fazer uma educação que valorize o agricultor e sua forma de trabalhar”. Disseram que a experiência dos jovens nas escolas das sedes municipais “*tem levado nossos filhos a ficarem na cidade, ou voltar para fazer nada em casa*”. Afirmaram, ainda, que “*a escola está empurrando os filhos para a cidade*”.<sup>70</sup>

As famílias sempre se reúnem, seja nos mutirões, conhecidos como “surpresa”, nos festejos em homenagem aos santos, nos casamentos e batizados. A feira semanal, realizada aos sábados, em Queimada Nova, é um local de referência para o encontro de diferentes famílias, que, desse modo, estreitam as relações sociais. A troca de produtos/mercadorias ocorre, simultaneamente, com a troca e disseminação de informações. A feira é um espaço privilegiado de intercâmbio.

A família exerceu por muito tempo o papel de principal espaço de organização local, de instância de mediação dos seus membros junto a outras agências, tais como a prefeitura, vereadores, juiz, a delegacia, fazendeiros, comerciantes. Em meio a uma série de espaços de interação, a igreja, a partir das comunidades eclesiais de base, agrega-se como um espaço diferenciado de articulação das famílias e passa a ser central para fortalecer o modo de vida dos *Fundos de Pasto*.

### **O espaço da igreja**

As comunidades de igreja que se formaram a partir da chegada do padre João Christiano em Brotas de Macaúbas se estruturaram mediante as relações já existentes nas famílias. Atribuições, antes sob a responsabilidade de um sacerdote, padre ou bispo, foram delegadas aos próprios paroquianos. Valoriza-se a religiosidade popular, relativizando o papel das autoridades eclesiais. Preparam-se ministros que realizam liturgias, interpretam as passagens bíblicas e realizam os sacramentos, como eucaristia, batizados, casamentos. A administração de

---

<sup>70</sup> Relatório final do II Encontro de Comunidades de Fundos de Pasto, página 10.

recursos financeiros e da própria assistência social oriunda da igreja possibilita às pessoas destas comunidades exercerem, pela primeira vez, papéis públicos.

Através de vários relatos, percebe-se que a igreja deixa de ser um lugar exclusivamente de orações, para se transformar em um local que também debate a vida comunitária, a conjuntura política. O “paraíso” não estava no pós-morte, mas no território onde as pessoas viviam. E ele estava ameaçado de grilagem. O “diabo” era a fome e a injustiça.

Esse novo modo de organização articula as famílias em espaços políticos públicos. Os poderes instituídos passam a ter que se relacionar não apenas com um ou outro representante de uma família, mas com representantes de várias famílias que sintonizam suas reivindicações.

As divergências e dissensões são inevitáveis. Na *Luta do Bode Solto*, por exemplo, nem todas as famílias abrangidas por uma comunidade de igreja estavam do mesmo lado. Como contou João Ruanga – “... *tivemos que enfrentar os companheiros peito a peito...*”. Mesmo assim a igreja foi o espaço de debate, de reflexões, mas, por razões óbvias, não podia ser o espaço de planejamento das ações neste ponto da luta. Forma-se uma articulação entre famílias de diferentes comunidades, o que vai ser o embrião da *Central de Associações Fundo de Pasto*. Essa articulação inter-famílias organiza a resistência através de uma série de ações, como o esclarecimento dos direitos que possuíam, a busca de apoio junto a outras organizações, a retirada do sindicato rural das mãos dos fazendeiros. Destaca-se o planejamento de uma mobilização com mais de mil famílias para interceptar, no meio da estrada, o carro do Juiz que pretendia decretar o fim da criação solta de pequenos animais. É elaborado um documento dirigido às autoridades, organizam caravanas à Salvador, e acompanham os técnicos do governo que vieram regularizar a situação de suas terras.

Como primeiro resultado concreto desta articulação entre famílias, entre comunidades diferentes, está o controle dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. Estes sindicatos foram base da *Luta pelo Bode Solto*, e as comunidades de igreja os principais mobilizadores. Elias Neri torna-se o primeiro presidente do sindicato de Oliveira dos Brejinhos, após o desatrelamento dos fazendeiros. Não é fortuito que Elias

seja morador de Boa Sorte, comunidade de igreja que se destacou graças ao trabalho de seu irmão, Francisco Neri, um dos primeiros Ministros da “nova” Igreja.

Nas visitas realizadas observei temas que a comunidade de igreja privilegia, como o acesso à educação, nutrição infantil, uso de drogas nos povoados, invasão de intrusos nas matas de uso comum dos territórios.

A despeito de uma política nacional de expansão generalizada do ensino formal, foi intensa a articulação das famílias para que seus filhos tivessem acesso às escolas. Escolas até a quarta série do chamado ensino fundamental foram implantadas em povoados com maior facilidade de acesso, como Várzea Alegre. Já o ensino da quinta a oitava série é realizado em Queimada Nova, com direito a transporte para que os filhos fossem, diariamente, da casa à escola.

*“Nas escolas melhorou 100%... quando a gente estudava era um sacrifício danado, saía daqui quase seis horas da manhã e precisava ir lá em Queimada Nova... as crianças tem hoje tudo assim na porta, carro passando e pegando criança na porta, a gente não tinha oportunidade que hoje estão tendo, quando fazia a quarta série antigamente se achava bom demais. Hoje as crianças tem a oportunidade de fazer até oitava série, o colegial, ficou mais fácil... de uma parte foi muito bom, melhorou sim...”<sup>71</sup>*

Com relação ao ensino médio, a opção são as sedes municipais, eliminando de vez o convívio dos jovens com o cotidiano dos pais. Assegurar a escola ao filho nesta etapa não é fácil, pois há a necessidade de arranjar-lhe um local para morar, com custos relativamente altos.

*“Lá em Ibitiara teve uma oportunidade muito boa para nós mães... o padre em Ibitiara deu uma casa para os estudantes então nós não pagávamos o aluguel, só pagava a conta de luz, a água também não pagava... uma casona de dois andares... então a casa de lá ele deu assim para algumas pessoas que precisavam... um dia ele esteve em Queimada Nova e disse que se tivesse alguém querendo estudar que ele daria oportunidade para alguns que quisessem... e um*

---

<sup>71</sup> Maria Alves Ferreira em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

*grupinho deles foram para lá... eles se viravam, cozinhavam, faziam tudo... e nós mães íamos lá de vez em quando limpar a casa*<sup>72</sup>

A escola de ensino médio suscitou o debate que mais mobilizou a comunidade de igreja de Várzea Alegre. A busca era por uma escola de ensino médio, no interior, preferencialmente à margem da BR 242, com uma concepção de ensino voltada para a realidade do campo e que não compelissem os alunos a deixar suas casas e irem morar na sede do município, para o prosseguimento dos estudos.

Acompanhei uma reunião em Pé do Morro, no ano de 2003, em que três representantes de outras duas comunidades de igreja - Várzea Grande, Várzea Alegre – discutiam a necessidade de uma ampla mobilização pelo ensino adequado à realidade dos *Fundos de Pasto*. Eles aproveitavam o encontro dominical das famílias para expor o objetivo desta mobilização - sensibilizar os órgãos públicos competentes.

Em 2006, durante minha estada em Várzea Alegre, presenciei mais um momento da luta por uma escola de ensino médio. Durante o encontro das famílias de Várzea Alegre<sup>73</sup>, Ana Clara, Elza e Maria Bião estavam à frente da mobilização de famílias para a inscrição de alunos na escola que estava sendo organizada em Queimada Nova. Havia a necessidade de assegurar um mínimo de alunos matriculados na turma noturna, sob pena de oferta de estudo apenas durante a manhã. O pleito era pela inscrição dos filhos e dos próprios pais numa lista de alunos que demandavam vagas nas turmas noturnas da 1ª série do ensino médio.

A secretaria municipal de educação respondia à luta de mais de três anos com a formação de apenas turmas matutinas, e com uma metodologia de ensino nova: audiovisual. Não haveria professores presenciais, só monitores. As aulas seriam através de telões e os professores seriam virtuais. Não era a escola que

---

<sup>72</sup> Idem

<sup>73</sup> Além do culto dominical, uma vez por mês há um almoço conjunto das famílias. Antes da refeição são compartilhados assuntos de interesse geral, há cantorias animadas por instrumentos musicais, como violão, sanfona, triângulo, caixa. É um momento descontraído que possibilita uma reflexão sobre a vida comunitária.

reivindicaram, mas encararam-na como o primeiro passo da interiorização do ensino médio, como fruto da articulação entre famílias.

Outro assunto do cotidiano da vida das famílias que foi por mim acompanhado durante os trabalhos de campo foi a invasão de agentes externos, que usavam a caça como pretexto para adentrar as terras de uso comum da comunidade. Após o culto dominical foi debatido: é permitido caçar? Com que intuito? Quem tem permissão? Várias pessoas se manifestaram, dando testemunhos, defendendo a caça como um grande prazer, uma forma de fortalecer a cultura local. Ao mesmo tempo interpunham limites a esta atividade, mostrando a influência de uma politização ecológica, misturada a uma prática antiga e controlada.

A preocupação não era a caçada, mas esta atividade estar servindo de pretexto para pessoas externas à comunidade adentrarem o território, se aproximarem dos jovens e com eles estabelecerem relações de confiança. Porém não tinham clareza das reais intenções desses invasores, e isso os preocupava. Combinaram uma redobrada atenção e uma espécie de aviso geral quando percebessem um grupo externo caçando no território da comunidade.

Tal como na *Luta pelo Bode Solto*, o espaço de reunião das famílias na igreja estava atento para problemas com o território, embora não fosse mais o espaço para a gestão do mesmo, como veio a se configurar a associação. O espaço da igreja não rivaliza como o espaço da associação, seus papéis se complementam.

### **O espaço público da Associação**

A terceira forma de organização local, ainda nos reportando a João Néri, é a associação. Este é o espaço que envolve as famílias que pertencem a uma mesma área de *Fundo de Pasto*, isto é, as que estão em um mesmo cerco<sup>74</sup>. Decisões sobre as normas de uso comum do território, a estruturação da produção, beneficiamento e comercialização, acesso ao crédito oficial, são

---

<sup>74</sup> É importante salientar que em outras regiões os Fundos de Pasto não são totalmente cercados como ocorre em Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos

assuntos debatidos dentro da associação. Ela assume também papel de mediação e arbitragem entre seus associados.

A instituição da associação não parte de uma construção organizativa dos agentes sociais que viriam a ser sócios, mas foi constituída para atender uma exigência dos órgãos de governo que deveriam reconhecer e legalizar a posse das terras. Mesmo assim, a associação firma-se como mais uma forma de relacionamento das famílias, mais um espaço que veio a atender a necessidade daqueles que estavam inicialmente na *Luta pelo Bode Solto*. Como vimos anteriormente, em uma comunidade de igreja se encontravam famílias em conflito, favoráveis e contrárias à criação solta de pequenos animais. Havia também famílias de diferentes comunidades de igreja que iriam ficar numa mesma área de *Fundo de Pasto*, ao passo que outras da mesma comunidade se distribuiriam por áreas distintas. As associações e a *Central de Associações de Fundos de Pasto* vêm preencher a necessidade de articulação destas famílias. Portanto, mesmo se tratando de uma demanda externa, os agentes sociais configuraram as associações ao seu modo de vida.

A *Central das Associações de Fundo de Pasto* tem como objetivo principal articular as associações filiadas para manutenção da criação de pequenos animais soltos, e, inicialmente, lutou pela demarcação das terras. Hoje, além de consolidar a regularização, a central busca adaptar a produção agrícola, valorizando o uso combinado de saberes tradicionais com técnicas agroecológicas. Ela também busca formas de beneficiar e comercializar os produtos das famílias pertencentes às *Associações de Fundo de Pasto*. Pode ser vista como uma grande associação de associações menores, em que as segundas estão, de certa forma, vinculadas, mas não subordinadas à primeira.

A Central realiza a mediação com os órgãos públicos, vinculados à terra e ao crédito, ao tempo em que representa as associações em conselhos e fóruns. O sindicato de trabalhadores rurais (STR) tem sido o principal parceiro nestes momentos. Acompanhei uma comitiva da Central de Associações à cidade de Bom Jesus da Lapa, a uma audiência na sede regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, junto com o diretor da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento

Agrário (MDA). A Central tinha conseguido o apoio para a construção de um frigorífico na região, que iria beneficiar e comercializar os produtos derivados da caprino e ovinocultura. Já estavam completando dois anos que os recursos haviam sido liberados mas a construção não havia sido realizada por falta de um parceiro público. A prefeitura e o governo do Estado não firmaram convênio com o MDA por divergências relativas à escolha dos responsáveis pela gestão do empreendimento. Como representantes dos adversários históricos das *Comunidades de Fundos de Pasto*, eles queriam que grupos políticos correligionários gerenciassem o frigorífico, mas o MDA, com o apoio de sindicatos, ONGs, outros movimentos sociais, defendeu a criação de uma associação, empresa ou cooperativa, formada pelos próprias agentes sociais dos *Fundos de Pasto*.

A audiência na qual participei era, justamente, para a assinatura do convênio entre o MDA e a CODEVASF, para discussão do planejamento da obra, e para a preparação dos termos de licitação. Passados mais dois anos, mesmo com a mudança do comando do governo da Bahia para outro grupo político, o frigorífico não saiu do papel. Todavia, o episódio não abalou o respeito e o prestígio que a *Central de Fundos de Pasto* tem junto aos movimentos sociais da região. Estes movimentos abriram mão de outras propostas e definiram como prioridade a construção do frigorífico.

Para dar organicidade à produção, ao beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas, a central de associações tem realizado parcerias com duas organizações não-governamentais (ONGs) que já foram citadas nesta dissertação – Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e a Fundação para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (FUNDIFRAN). Este apoio tem se concretizado, preferencialmente, através de cursos de formação, intercâmbios, acesso a créditos rotativos, e experimentos de novas tecnologias. É necessário também destacar que é a Central de Associações que faz a interlocução com os agentes sociais de *Fundos de Pasto* de outras regiões, que se reúnem, regularmente, numa articulação estadual.

Ao conviver com o mundo de Várzea Alegre, participei de algumas reuniões entre seus associados. O local das reuniões variava, numa espécie de rodízio, entre os povoados e as casas que estavam dentro da área.

Um dos temas discutidos foi a quantidade de porcos soltos, todos de uma só família, na área de uso comum. A questão era que os porcos se banhavam nos barreiros<sup>75</sup>, deixando a água remexida e com um cheiro desagradável, afugentando os demais animais, que, por sua vez, tinham de andar bastante em busca de outra fonte de água.

Questionados, marido e mulher respondem que tiveram problemas na comercialização, reclamando da falta de comprador com preço justo. Outras famílias argumentaram que também criavam porcos, mas tiveram que descartar algumas cabeças, seja no abate ou venda. Esse procedimento era necessário para que restasse uma quantidade menor de animais, o que possibilitava que fossem criados presos no decorrer do período de seca. A família “infratora” mais que intimada a fazer a redução do rebanho de porcos, estava constrangida. Não foi necessária, no momento, nenhuma deliberação formal, simplesmente a recomendação urgente da venda ou descarte.

Este fato torna-se marcante por alguns aspectos. Além de revelar certa diversidade na produção, negando a imagem em que nos *Fundos de Pasto* só há bodes e ovelhas, mostra-nos um ciclo de produção, de certa forma, orientado. A criação de outros animais é permitida, mas dentro de padrões que não comprometam os recursos disponíveis. Neste caso, o recurso em questão é a água em época de estiagem.

Não haver da discussão resultado uma deliberação formal difere de outros sistemas associativistas que tenho acompanhado, onde o voto é a forma de decisão, ficando registrada em ata a deliberação vencedora. O consenso da decisão tomada em Várzea Alegre foi explícito, em que pese os atingidos estivessem constrangidos. Pouco tempo depois o problema havia sido superado.

---

<sup>75</sup> São reservatórios de água de chuva escavados no chão, na maioria das vezes com baixa profundidade e grande extensão.

Outra questão que acompanhei exemplifica mais um papel desempenhado pela associação. O uso da máquina forrageira<sup>76</sup> estava restrito aos moradores do povoado de Várzea Alegre, pois sua localização dificultava o acesso dos demais. Primeiro se pensou, alternativamente, em uma localidade central, mas logo se concluiu que a dificuldade persistiria. Depois foi planejado um sistema de transporte, uma espécie de carroça, que atrelada a um jegue ou mesmo a uma moto pudesse ser deslocada para todos os povoados abrangidos pela associação.

Aqui, percebemos a preocupação da associação com os processos produtivos, uma vez que deveria garantir a todos a reserva de alimentação para os animais durante o período de seca. Essa era uma prática recente, apreendida em cursos e que estava sendo testada há dois anos com resultados que interessaram a todos, demonstrada na discussão pelo acesso ao equipamento.

Por fim, destaco como os associados incorporavam os assuntos que a Central de Associações estava mediando. Eram temas menos problematizados, se formos comparar com os dois que acabo de citar. O reconhecimento como assentamento de reforma agrária que garantiria acesso ao crédito com juros baixos<sup>77</sup> – PRONAF A e a constituição de uma cooperativa para gerenciar o prometido frigorífico eram vistos como algo distante, do tipo “ver para crer”.

O frigorífico não tinha sido idéia dos agentes sociais dos Fundos de Pasto, que apenas pleiteavam a abertura de pequenas casas de comercialização, intituladas “Casas de Bode”, com equipamentos e ferramentas necessárias<sup>78</sup>. Jonas Paulo, à época superintendente da CODEVASF de Bom Jesus da Lapa, apresenta à Central de Associações os planos para a instalação de um frigorífico na região, uma vez que todos os abatedouros existentes são clandestinos. Igualmente recomenda que a central de associações apresente esta proposta ao

---

<sup>76</sup> Máquina que corta e tritura plantas e grãos, que servem como alimentação dos animais.

<sup>77</sup> Baixos se comparados aos demais créditos da linha PRONAF ou mesmo aos praticados pelos bancos privados

<sup>78</sup> São casas de comercialização equipadas com balcão frigorífico, balança, e ferramentas para abate e preparação dos cortes para venda. Usualmente estas casas vendem uma série de produtos agrícolas, como galinha e ovos caipiras, legumes, frutas, mel, própolis, doces e biscoitos, como no caso do Município de Aracatu, que se localiza entre Vitória da Conquista e Brumado, Bahia.

conselho de desenvolvimento territorial Velho Chico<sup>79</sup>, sob pena de o frigorífico cair nas mãos dos fazendeiros que sempre perseguiram os *Fundos de Pasto*. Essas amarrações políticas até animaram os associados, no primeiro momento, principalmente quando tiveram o apoio de outras organizações da região. Porém foram desacreditando da seriedade da proposta a cada prazo que vencia e nada era executado.

Com relação ao PRONAF A, como já relatamos, o INCRA se encontrava em um impasse: como atender a reivindicação da associação, que aponta como os beneficiários todos os associados que estão de posse e uso da terra? O processo administrativo só conseguia abranger os moradores com títulos de propriedade. Todos aqueles que receberam as terras, como herança de seus pais, após a regularização fundiária, retornavam à situação de ilegalidade, segundo as normas da propriedade privada observadas pelo INCRA. Os associados não entendiam como alguém que estava em São Paulo tinha mais direitos do que aqueles que estavam, diariamente, trabalhando em suas terras. A propriedade valendo mais que o uso, do que a posse.

A continuidade da formação nas técnicas de manejo do rebanho era o tema que mais interesse despertava. Como o território de Várzea Alegre foi extremamente limitado, a necessidade de complementação na alimentação animal era mais acentuada. Além do preparo de rações, através do processo de fenação ou silagem, aparar o casco, vacinação preventiva, aplicação de remédios para vermes, queima e corte de chifres, aparos do pelo da cauda, são algumas práticas sanitárias demonstradas nestes cursos. A Central de Associações é também um espaço de intercâmbio de técnicas.

Esses três espaços organizativos não funcionam isoladamente, sendo que o que conhecemos como *Comunidades de Fundos de Pasto* da região de Oliveira dos Brejinhos é a maneira como estes espaços se inter-relacionam, como eles estabelecem um modo de vida. São formas organizacionais aparentemente antigas, como a família e a igreja, que convivem relacionalmente com estruturas

---

<sup>79</sup> Estes conselhos fazem parte da política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

novas, como a associativista. Assim, o antigo e o novo se misturam e formam o contemporâneo.

## **Capítulo 4**

### **A Terra Tradicionalmente Ocupada e o Território**

Visto como se estrutura a base da organização política, vou tratar da ocupação tradicional das terras. Pretendo também relatar o campo de atuação dos agentes de *Fundo de Pasto* da região sob exame. As terras ocupadas constituem o campo de ação dos agentes sociais em questão e vão desembocar no território deste grupo social. A organização política, vista no capítulo anterior, só tem sentido desde que esteja entrelaçada ao modo de vida, e dela resulta a capacidade dos agentes dos *Fundos de Pasto* de manter ou ampliar seu território.

Neste capítulo será descrito o espaço da casa, o quintal. Será também detalhada a forma de criação dos animais e a importância da *Luta pelo Bode Solto*, no cotidiano das famílias. Abordaremos a produção da roça e as mudanças alimentares, de comercialização e consumo. A migração, como forma de incremento da renda, mecanismo que assegura a continuidade de estudos, e acesso a serviços médicos, também será abordada. Por fim, a *Festa do Bode*, que será descrita como o evento que simboliza a vitória de um modo de vida.

#### **A Casa**

O movimento nas casas começa bem cedinho, principalmente se houver pessoas de mais idade. No Alagadiço, Ladú levanta por volta das cinco da manhã e abastece o fogão a lenha, que já está cortada, para esquentar a água do café. Maria, Benil e Gilmar, todos filhos da viúva Ladú, ao se levantarem um pouco depois, um a um, procuram a garrafa do café. Após este café, que chamam “café puro”, partem para o banho matinal, rápido, e só depois iniciam seus afazeres. As mulheres se dividem no preparo da primeira refeição do dia, uma preparando a massa do cuscuz, a outra recolhendo os ovos, e a terceira carregando o balde com a água da cisterna. Eles também se dividem na arrumação da cozinha e da mesa onde são servidas as refeições. Gilmar, que já tinha tirado o leite da vaca, ficou sentado, conversando comigo, depois me levou ao quintal, onde me mostrou

a plantação de palma, a horta, o novo plantio de sorgo, até sermos chamados para comer.

Na casa de Juliana e Zé Vicente, o dia começa um pouco depois. Juliana estava enferma, não podia se levantar, e por isso Maria e Elza, suas filhas, se revezavam no apoio aos pais. Diariamente, Zé Vicente faz questão do leite de vaca fresco, e, na maioria das vezes, é ele mesmo quem o tira. Nos dias em que está um pouco indisposto, Elza é quem o substitui. Porém, quando seu filho Sinésio, que está morando em São Paulo, o visita, a responsabilidade de tirar o leite é dele, que vai sempre acompanhado pelo pai. Além de ser misturado ao café, este leite é a base do requeijão de corte, cuidadosamente preparado por suas filhas.

O dia começa por volta das seis da manhã nas casas que pertencem a casais de uma geração mais “moderna”<sup>80</sup>. Os serviços domésticos são repartidos entre pais e filhos, quando estes estão presentes. As mulheres são as cozinheiras preferenciais. Na casa de Avanyr, que se tornou cozinheira por profissão, filhos e marido assumem o preparo das refeições, uma vez que ela está constantemente ausente, pois passa a semana trabalhando no restaurante Bode Assado. Já nas demais casas, as mulheres pouco se ausentam, mas os maridos também assumem o preparo do almoço e jantar, quando suas esposas viajam.

A divisão do trabalho doméstico com os homens é apontada como um costume recente, pois na geração anterior, a mulher, dona da casa, assumia praticamente todas as atividades. Suas filhas, ao crescerem, iam repartindo as obrigações. Na ausência da mãe, ou a filha mais velha assumia o comando das tarefas domésticas, ou na ausência de uma filha, a avó, materna ou paterna, dependendo do caso, assumia esse encargo. Com o aumento do fluxo de migração, e parte da família se deslocando para outras regiões, se tornou mais comum a ausência feminina, fazendo com que os homens assumissem as atividades domésticas. Essas foram sendo incorporadas no dia a dia, mesmo na presença das mulheres, que passaram a preparar os filhos e filhas desde cedo, compartilhando

---

<sup>80</sup> “Moderno” é um termo local aplicado para referir a alguém que não é considerado mais jovem, mas que também não é considerado idoso.

responsabilidades. Porém o comando, o gerenciamento dos serviços domésticos, mesmo à distância, ainda pertence à mulher.

*“Crispim fez de um tudo, trocou e lavou fralda, faz comida, arruma a casa, cuidou das crianças quando pequenas. Posso sair sem problemas que ele se vira muito bem. Na época de meu pai não era assim não. Eles (se referindo ao pai e ao sogro) não faziam nem o prato de comida....”<sup>81</sup>*

A manhã na casa é dedicada à arrumação geral e ao preparo do almoço. As roupas sujas são acumuladas e lavadas uma ou duas vezes por semana, dependendo do número de pessoas da família. Embora alguns homens façam esta atividade, a responsabilidade pela roupa é quase sempre de uma mulher, seja a mãe ou uma irmã mais velha.

A rotina matutina se altera na época de plantio e colheita, quando as atividades domésticas se tornam secundárias e basicamente toda a família vai para a roça. Nesses tempos, o almoço é substituído por uma farofa reforçada, feita na noite anterior, ou junto com o café da manhã.

Frequentemente, os filhos menores estudam pela manhã e os maiores à tarde, em função do que almoçam em horários diferentes. Essa divisão é conveniente, pois no horário das demais atividades, na casa ou na roça, os filhos mais velhos estão liberados para auxiliar os pais, e os mais novos, sob a guarda da escola.

Durante as tardes, os afazeres domésticos são geralmente reduzidos, o que propicia a realização de atividades sociais, como compromissos com a associação e a igreja. É o momento principal em que as mulheres se reúnem sem a presença de homens.

Ao entardecer, antes do jantar, é o horário do banho mais demorado do dia. A comida é preparada, tendo como cardápio básico o almoço, e assim requerendo menor tempo de preparação. A refeição noturna é o espaço do encontro de todos os membros da família, e os assuntos comuns são conversados. Na Lagoa do Angical é comum, após o jantar, e principalmente na época da seca, os casais

---

<sup>81</sup> Elza Alves Vieira, em entrevista concedida em sua casa, novembro de 2005.

receberem seus vizinhos, onde reuniões informais acontecem. Por volta das nove, dez horas da noite, todos se recolhem para dormir.

As manhãs de sábado são destinadas à feira de Queimada Nova, local de grande atividade social, importante momento no compartilhar de informações. Os quiosques do mercado, as barracas ao ar livre e os variados bares são pontos de encontro em que os mais variados assuntos são debatidos. Este momento é tão importante que algumas instituições - as secretarias municipais, a igreja, o banco do nordeste - aproveitam a aglomeração de pessoas de diversos povoados para marcar reuniões. Atualmente, as compras que são realizadas neste dia são maiores que as vendas, contudo, antigamente, o balanço entre as trocas era mais equilibrado. Muitos produtos da alimentação básica, que antes eram plantados, hoje são comprados. Assim ocorreu com o arroz, o fubá de milho e o café.

*“... era assim... hoje à tarde a gente pilava o milho no pilão com a mão... depois a gente colocava o milho de molho hoje à noite... aí quando era amanhã tornava tirar o milho de dentro da água, deixava escorrer a água e depois da água toda escoada a gente tornava ir para o pilão, pilava, passava numa peneirinha e tirava o fubá e fazia o cuscuz... a canjica também a gente pilava no pilão bem piladinho e botava no fogo... na canjica você só tira o farelo do milho e você coloca para cozinhar... você tira o farelo do milho bem tirado, passa pelo pilão três vezes para depois colocar para cozinhar... e no cuscuz a gente tira o farelo, coloca de molho e no outro dia cedinho vai tirar o fubá para fazer o cuscuz, que é muito melhor do que o que agente come hoje, o cuscuz que a gente fazia antigamente era muito melhor que os de hoje... por que paramos de fazer? É preguiça moço, do povo... Pois essa época agora e de gente preguiçosa... minha mãe enquanto ela agüentou ela pisou...mas agora ela não agüenta mais, porque ela ficou com um problema assim de inflamação de útero... era forte de mais... ela tem oitenta e seis... ela não agüenta mais fazer... mas enquanto ela agüentou... ela tinha o pilão dela, pilava direitinho... a minha família gosta muito de coisa de*

*milho, já o povo de meu marido não... nós somos mais chegado no milho porque nós temos mais o sangue de índio*<sup>82</sup>

Após uma manhã de intensa atividade social na feira, que quase sempre é acompanhada de um bom aperitivo, as tardes de sábado se destinam à arrumação das compras e ao descanso. Algumas pastorais da igreja católica também realizam atividades nesse período, como a pesagem das crianças menores, encontro bíblico de crianças entre 7 e 10 anos, catequese, encontro de jovens, etc. A partir do final da tarde do sábado tem início um período destinado ao lazer, que irá terminar somente na noite de domingo. Futebol, corrida de cavalos, namoro, festas, e encontro de amigos no “Bode Assado”.

A rotina semanal foi descrita, aqui, de forma genérica, havendo variações de casa a casa. A principal variação tem lugar na casa de Ana Clara e Ari, pois o funcionamento do restaurante Bode Assado é que direciona as atividades de todos da família. Esta casa é a única que possui alguém remunerado para ajudar nos serviços domésticos. Avanyr, que não é da família, é contratada como cozinheira, e é responsável pela comida tanto do restaurante como da família. Nos dias de sua folga, Ana Clara assume suas funções.

Durante a semana o movimento no “Bode Assado” é relativamente pequeno, atendendo, preferencialmente, os motoristas que trafegam na BR. Em decorrência da presença de um telefone, o local também é ponto de referência para a comunicação, atraindo pessoas da região. A partir do sábado, o fluxo de pessoas se intensifica, e, no domingo, o restaurante fica bastante movimentado. Além das refeições, petiscos e bebidas, há duas mesas de bilhar e um som que embala os freqüentadores do local.

A rotina também é alterada a depender da necessidade de ir até a sede de Oliveira dos Brejinhos, no intuito de resolver questões pessoais, que vão desde o recebimento da aposentadoria, os benefícios do governo, e os salários dos funcionários públicos.

As casas são relativamente grandes, com no mínimo três quartos, e, na maioria das vezes, com duas ou três camas, mesmo em casas de casais sem

---

<sup>82</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida na sua casa, em março de 2006

filhos, como é o caso de Mário e Tozinha. Os telhados são de telha de barro, com a altura adequada a uma boa circulação de ar na casa. Não há presença de laje.

A sala é um espaço social mais formal. Já a cozinha é o espaço social mais freqüentado, e por isso, geralmente, é maior que a sala. Encontramos dois tipos de cozinha. Uma, integrada à casa, com a presença de fogão a gás. Outra, separada da casa, ligada por uma varanda, com a presença de fogão a lenha. Há casas com os dois tipos de cozinha.

Banheiro e sanitário são, na maioria das vezes, separados. As casas construídas mais recentemente têm banheiro e sanitário no mesmo espaço. Só o povoado de Várzea Alegre está interligado à rede de energia elétrica, ao passo que nas demais casas há energia solar, gerada por placas que captam a energia do sol e a transferem para uma bateria. Esta, depois de carregada, abastece a casa e é usada basicamente para iluminação. Uma pequena televisão é também acoplada ao sistema, e a antena parabólica já faz parte da paisagem das casas da região.

Outra construção que faz parte da paisagem é a cisterna, uma espécie de tanque coberto, responsável pelo armazenamento da água da chuva, que cai sobre os telhados. A água é conduzida por canaletas para este tanque, com capacidade aproximada para armazenar vinte três mil litros. As cisternas alteraram significativamente a rotina da casa, pois não há mais a necessidade de se buscar água, a longas distâncias, para cozinhar e beber. A água para banho e para a lavagem de roupas é transportada, por gravidade, de uma caixa d'água localizada no ponto mais alto da área, mas por ser salobra não é muito recomendada para beber.

Faz parte do ambiente da casa o quintal, colorido com flores, e rodeado de árvores frutíferas, como laranja, limão, abacate, sirigüela e manga. Nas proximidades, é comum se encontrar um barreiro pequeno e cercado para impedir a entrada dos animais, e, em um canto, um girau<sup>83</sup> com folhas para salada e temperos, como rúcula, cebolinha e coentro.

---

<sup>83</sup> Girau é o nome dado a um canteiro suspenso usado para plantio de folhas e hortaliças, ficando fora do alcance das galinhas.

Uma marca dos novos tempos é a redução do número de pessoas nas famílias. Juliana tinha treze irmãos e Zé Vicente dez. Ladú, Juliana e Zé Vicente tiveram oito filhos, já o casal Oscar e Ana teve doze. Seus filhos e os filhos de seus irmãos não têm mais do que três filhos, com raras exceções. Essa mudança representa a adoção de métodos contraceptivos, que permitem aos casais limitar o número de filhos. A possibilidade de controlar o número de filhos foi apontada por Ladú como uma das principais mudanças ocorridas, em relação ao tempo em que ela era jovem.

*“Antigamente as coisas eram diferentes... criar dez filhos não é fácil... hoje as mulheres já regulam quantos filhos querem ter... essa foi a melhor mudança”<sup>84</sup>*

Ladú assinala que a grande quantidade de filhos sobrecarregava o trabalho feminino. A informante vê no controle da natalidade a possibilidade das mulheres terem tempo para outros afazeres, ou, até mesmo, uma vida mais tranqüila.

A migração também provoca a diminuição da presença dos filhos no ambiente doméstico. Apenas 3 filhos de Ladú moram no Alagadiço – Benil, Maria e Gilmar. João e Joaquim moram em Várzea Grande, e Atenir, em Brejinhos. Os demais estão em São Paulo. Dos filhos de Juliana e Zé Vicente só Maria está em Várzea Alegre. Elza está em Itapicurú, e Zenáide, nas Covas. Dos filhos de Ana e Oscar, apenas Maria mora na região, em Queimada Nova. Essa redução tem implicações no tamanho da área plantada, que era destinada, basicamente, à alimentação do grupo familiar, como veremos mais adiante.

### **O Bode Solto**

Roças cercadas. Animais soltos. Essa sempre foi a forma de ocupação das terras na região, o que propiciava uma grande área para deslocamento de animais em busca de aguadas e alimentação, principalmente nas épocas de seca. A área de pastejo era intercalada por roçados que continham diversos cultivos plantados. Os rebanhos compartilhavam um mesmo território de pastejo, e os animais de cada rebanho se mantinham juntos, embora fosse comum o cruzamento entre

---

<sup>84</sup> Laudelina Ferreira de Oliveira, conhecida como Ladú, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

animais de diferentes donos. A identificação do pertencimento de cada animal é feita utilizando-se o mecanismo de cortes específicos na orelha. Esses cortes identificam o local e a família aos quais pertencem, e são conhecidos por todos na região. Os cortes na orelha são preferidos às marcações com brasa no dorso do animal para não danificar o couro, que sempre teve valor financeiro e compradores interessados. A criação de caprinos e ovinos estava espalhada por todo o sertão. Sua criação era importante como fonte de alimento e quase não havia interesse na comercialização de carne e leite.

Algumas mudanças se processaram após a construção da estrada federal, denominada BR 242, que cortou ao meio as terras por onde pastavam os animais. As margens da estrada, como vimos, foram cercadas com apenas quatro fios de arame, o que impediu a passagem da criação bovina de um lado a outro da estrada. Se por um lado os criadores de bois sentiram-se incomodados com a diminuição da área de pastejo de seus animais, chegando a cortar trechos da cerca na beira da estrada, os criadores de caprinos e ovinos estavam preocupados com os constantes atropelamentos, uma vez que seus rebanhos costumavam dormir no asfalto da nova estrada. O roubo de rebanhos passou a ocorrer, tanto causado pelo novo acesso como pelo fato de aparecerem compradores para bodes e ovelhas. Essa procura por animais para abate é uma novidade do início da década de 70 do século XX, uma vez que até então só havia compradores para o couro. Este fato é atribuído ao fim da criação desses animais em várias regiões da Bahia, como exigência para o financiamento da produção agrícola, em especial de algodão, feijão e cebola. Com a diminuição dos rebanhos e um consumo estabilizado, a carne de caprinos e ovinos passa a ser comercializada.

*“ Antes o bode não tinha valor, mas um pouco antes da luta já tinha alguém que vinha aqui comprar os bodes e levar para Itaberaba... quando começou a lei de não criar o bode solto já tinha o consumo do bode lá fora”<sup>85</sup> – Maria Santa*

---

<sup>85</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

Com os atropelamentos, e, principalmente, em função dos roubos, algumas famílias deixaram de criar, como foi o caso das famílias do Itapicurú, segundo o relato de Elza:

*“A revolta maior deles foi que na época que foi construída a BR apareceu uns malvados aí, que de vez em quando passava por aí catava um bodinho e tal... e aí aconteceu que deles mesmo catou não foi um não, catou foi o rebanho todinho. E levou embora, quer dizer, ia levar, pois eles conseguiram tomar a criação deles, pois nesta época ainda não tinham carro e levavam o rebanho de criação tocando... e aí conseguiram ter de volta.... Mas com tudo isso eles achavam que não estava tendo resultado, aí eles pegaram e venderam. Aí na época que veio essa revolução do bode solto, eles mesmo já não tinham mais criação, não estavam criando... para quem já não tinha e vem um reforço desses para acabar... eles resolveram aderir a acabar com o bode. Nessa época eu já estava lá em Itapicuru, casada com Crispim, e eu não concordava com aquilo... Crispim mesmo ficava neutro, ficava mais me ouvindo do que ouvindo a mãe dele lá... o resultado é que lá a gente não participou do Fundo de Pasto de Várzea Alegre, nós somos associados, e nossos animais ficam soltos no cerco de Várzea Alegre, mas nossa casa está fora da área...”<sup>86</sup> - Elza*

O “reforço” ao qual Elza referiu acima, é a lei dos quatro fios de arame, que no início da década de 80 visava a extinção da criação solta de bodes e ovelhas, e culminou na resistência das famílias, evento que ficou conhecido como a *Luta pelo Bode Solto*<sup>87</sup>.

*“Veio essa lei de quatro fios de arames, pois todo mundo criava solto. Aí o pessoal das Covas foram contra os bodes, disseram que não queriam criar mais bode... começaram a matar bodes dos outros que iriam na roça deles... nossos não mataram não, mas*

---

<sup>86</sup> Elza Alves Vieira, em entrevista concedida na casa de seu Pai, José Vicente, março de 2006.

<sup>87</sup> Já exposto no capítulo 2, à página 68, e no capítulo 3, página 89, detalhes sobre o que foi a “*Luta pelo Bode Solto*”

*denunciavam a gente que o bode tava na roça, a gente teve que prender. Cabra mesmo nós tivemos que acabar na época, mas as ovelhas conseguimos dar um jeitinho e ficar com alguma ovelha por aí... mas só que as cabras tivemos que acabar porque as cabras sempre foram mais danadas, a gente não tem como prender cabra a não ser que tenha uma roça bem fechada.*<sup>88</sup> – Maria Santa

Desse modo, a maioria dos que preferiam a criação de bois aceitou a imposição da nova lei, sem muito questionar. Maria Santa assim relatou:

*“... Nas Covas foi o egoísmo, pois eles achavam que tinham boi... tinha o Zé Rodrigues que na época tinha muito gado... tinha Chico também... No Jacu tinha o pessoal de Joaquinção, seu Lau, esse pessoal que tinha muito gado... Já meu marido e os irmãos dele o que tinham era bode... pois então foi o egoísmo, ele só olharam o lado deles não olharam para a pobreza... eles achavam que plantar capim para o boi ia ser mais fácil, fazer a cerca... eles vendiam um boi e compravam arame... o pobre não tinha boi para vender e comprar arame... pois pobre é que se dana, não é mesmo*<sup>89</sup> – Maria Santa

O interesse de fazendeiros por maiores cabeças de gado também contribuiu para que muitos na região optassem pelo fim dos rebanhos de bodes e ovelhas.

*“Meu pai mesmo foi um dos primeiros que deixou de criar bodes...quando a gente morava aqui a gente tinha muito bode... quando fomos morar em Ibitiara, lá não criava porque lá é serra assim e não criava bode, só gado... e o terreno da gente era pequenininho... depois mudamos para o Pajeú e voltamos a criar bodes... mas aí quando veio a lei meu pai foi um que não quis criar... os outros irmãos meus também não queriam mais criar... eles achavam que criavam gado... às vezes nem todo mundo da família tinha gado e nem tem até hoje... tinha alguma cabecinha de gado e*

---

<sup>88</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

<sup>89</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

*achava que era mais fácil fazer a cerca, mas não tinham nem condições de comprar o arame... E meu pai, nem foi por causa dele, pois quando surgiu a lei os fazendeiros de outras regiões, de outros lugares.... meu pai mesmo deixou de criar pois do lado dele tinham dois fazendeiros, um do Ceará e outro da região mesmo, morava em Brejinhos, um tal de Tito Camisa Onze, era um vereador... as cercas logo se limitaram com as dele... e ele como fazendeiro disse que não ia criar bode, só bois e por isso fazer apenas quatro fios.... e foi por causa disso que meu pai deixou de criar, não foi porque ele quis... pai pobre... eles ricos, fazendeiros... como é que vai enfrentar... a lei tava aí... tinha a lei dos quatro fios, o que é que eles iriam fazer... o juiz tinha estabelecido que a lei era de quatro fios... o que iria fazer?’<sup>90</sup> – Maria Santa*

Mas nem todos desistiram de criar bodes e ovelhas, motivo pelo qual começaram a surgir conflitos. As autoridades estavam do lado dos fazendeiros e estes se descuidavam das cercas, pois sabiam que teriam apoio do delegado e do juiz, caso algum animal adentrasse as suas plantações.

*“... nesse tempo teve um debate grande aqui, teve brigas feias... diziam eles que era a lei do país, e o juiz quando a gente ia lá... quando precisávamos ir no fórum ou na delegacia quem ganhava lá eram eles... as comunidades que queriam criar, quando tinham uma briga ia todo mundo lá para ver se defendia para a gente criar”<sup>91</sup>*

*“... a cerca que ia destiorando eles passaram a não arrumar... a cerca que era de madeira o que ia abrindo eles iam deixando... só fazia um anteparo para o gado não entrar, pois o gado não entrando para eles já estava boa... aqui era tudo de madeira, não tinha este negócio de arame não...”<sup>92</sup>*

Só o enfrentamento organizado e articulado conseguiu reverter, em parte, a lei dos quatro fios de arame. Como já foi relatado, a teia organizativa das famílias que

---

<sup>90</sup> Idem

<sup>91</sup> Idem

<sup>92</sup> Idem

queriam continuar criando caprinos e ovinos enfrentou a determinação do juiz que se viu coagido, por mais de mil pessoas, no dia em que estava previsto o fim da criação solta destes animais.

*“ quem mais enfrentava as barreiras era o pessoal de Várzea Alegre...essas pessoas mais de comunidade... nesta época a gente nem participava muito da comunidade... a partir do momento que a gente fez a associação a gente passou a entrosar com eles e juntar com a comunidade de igreja...”<sup>93</sup> – Maria Santa*

Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas não foram os únicos lugares a organizar a resistência à lei “dos quatro fios”, pois em Uauá os técnicos do INTERBA já haviam desencadeado um processo de regularização fundiária das áreas conhecidas como *Fundo de Pasto*. Representantes das famílias favoráveis à continuação da pequena criação solta visitaram este município e, no retorno, estavam convencidos de que a *Luta pelo Bode Solto* deveria se tornar a luta pelo *Fundo de Pasto*.

*“Veio o moço trabalhar aqui com associação, veio o João da CAR, que veio falar com esse pessoal que não queria criar o bode, explicar para eles a lei do governo, que mesmo com a lei dos quatro fios quem quisesse criar os bodes cercava com dez fios e criava... e aí eles disseram que não queriam, as Covas bateu, disseram que não queriam... Depois este órgão do governo veio fazer este trabalho de associação... mediu os terrenos do povo que queriam cercar, aí Sinésio, que é irmão de Bião, chamou a gente aqui para unir com eles, pois o terreno deles era pequeno e não tinha como criar, para gente aqui que também interessava criar o bode, unir com eles e fazer uma associação... que o governo dava o arame, ajudava na construção da cerca e que a gente fazia o Fundo de Pasto... aí começou.... Fundo de Pasto eu diria assim que Fundo de Pasto é uma reunião de famílias que se uniram para fazer um Fundo de Pasto porque foi obrigado a acabar a criação solta... Para não*

---

<sup>93</sup> Idem

*acabar com o rebanho da gente... é um fundo comunitário de um grupo de pessoas... esse arame todo que é cercado foi o governo que deu... madeira coisa que não tinha eles ajudaram... o pessoal, os homens enfrentaram, entraram com a mão de obra deles... e fez o circo de oito, nove dez fios de arame e começamos a criar<sup>94</sup> – Maria Santa*

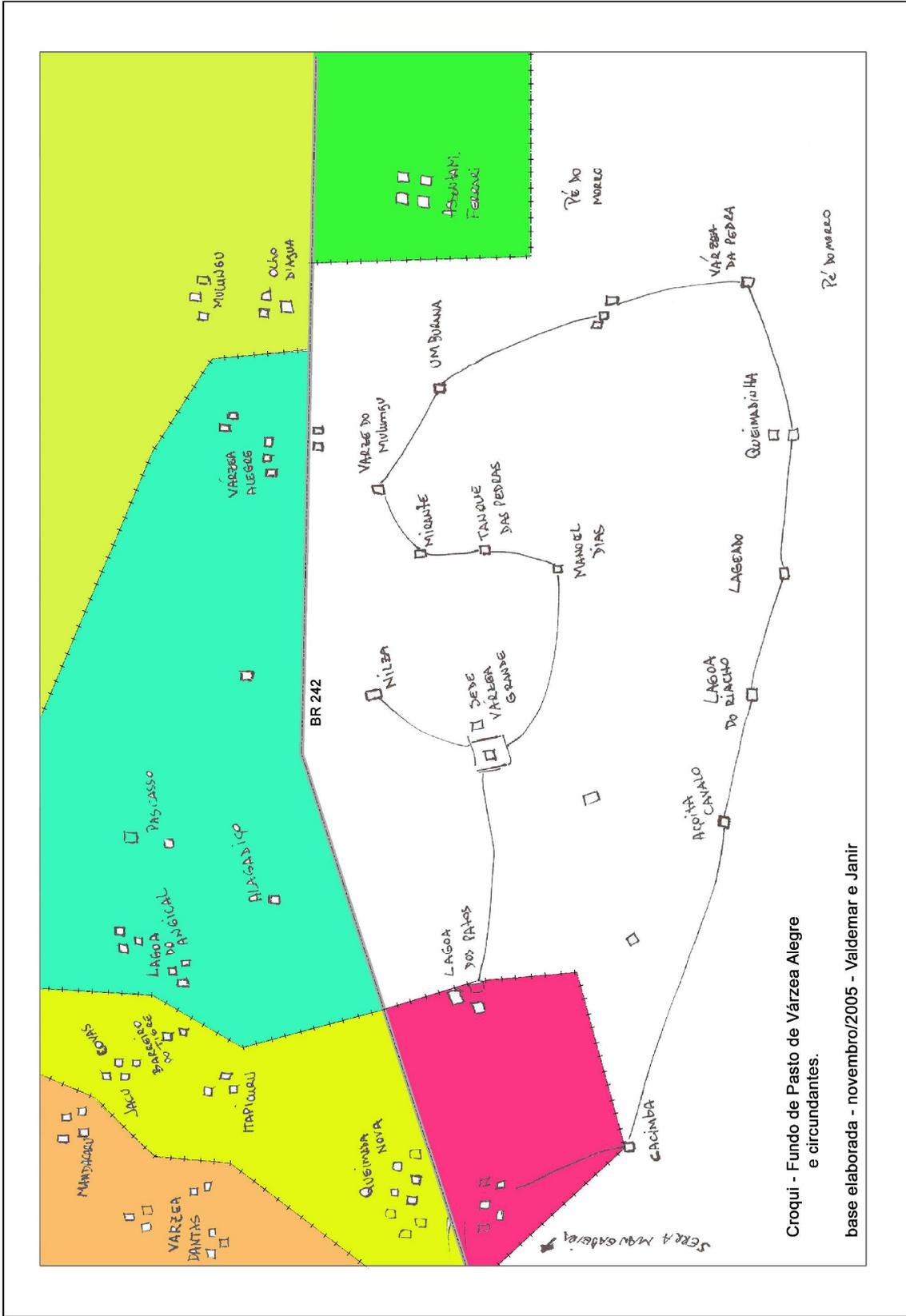
Ter um *Fundo de Pasto* não era o que se pleiteava inicialmente na *Luta pelo Bode Solto*. O objetivo era a manutenção do seu modo de vida, e isso significava a possibilidade de manter a terra tradicionalmente ocupada, o acesso às terras de uso comum. A idéia do *Fundo de Pasto* veio a ser um remendo, pois significava manter cercadas, numa mesma área, várias famílias que queriam continuar criando à forma antiga. Infelizmente não só a estrada fragmentou as áreas. Algumas famílias, que optaram por não criar mais cabras e ovelhas, não queriam compartilhar suas áreas de pastejo.

*“Nós entramos no Fundo de Pasto, meu marido era contra, mas entrou, todo mundo estava dentro.. “vamo bora” ... para criar isso aqui... O moço que veio falou assim: ó aí gente o Fundo de Pasto é para quem quiser criar, a criação é solta, mas o plantio é cercado... entendeu... o plantio é cercado... isso foi no tempo que criaram a cerca de quatro fios para quem não queria criar mais... porque aqui as roças eram cercadas... os quatro fios de arame só serviu para um tipo de criatório, mas não é todo mundo que cria o criatório grande, pode até ter a vaca, um gadinho... o problema é esse aí<sup>95</sup> – Olava Silva*

---

<sup>94</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

<sup>95</sup> Olava Marta de Oliveira da Silva, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006



Croqui - Fundo de Pasto de Várzea Alegre e circundantes.

base elaborada - novembro/2005 - Valdemar e Janir

O croqui anterior, baseado no croqui elaborado pelos irmãos Valdemar e Janir, facilita a compreensão das mudanças que se processaram. Antigamente, em toda área era possível a criação solta de animais. A regra, como já assinalado, era de animais soltos e roças cercadas. Aliás, todos os espaços nos quais os animais não poderiam entrar deveriam ser bem fechados, cercados, seja uma aguada que se queria preservar, um quintal, ou uma área qualquer. Com a chegada da estrada, ocorreu a primeira divisão na área de pastejo. A implantação da lei dos quatro fios iria permitir que apenas bois, cavalos e jegues pastassem à vontade, de cada lado da estrada. Portanto, os *Fundos de Pasto* possibilitaram que em alguns fragmentos da terra permanecesse a regra antiga. Esses fragmentos foram formados pelos povoados nos quais as famílias conseguiram manter a união para criar os animais numa mesma área comum. Em cada uma dessas parcelas foi requerida a formação de uma associação para ser a responsável por representar as famílias associadas, no processo de regularização das terras, perante os órgãos oficiais.

Na área estudada, as famílias do Pascasso, Lagoa do Angical, Alagadiço, e parte das famílias de Várzea Alegre, formaram a *Associação de Fundo de Pasto de Várzea Alegre*<sup>96</sup>. O perímetro de sua área, de um lado, confrontou com os povoados do Barreiro do Tigre, Covas, Jacu, Itapicuru e Queimada Nova.<sup>97</sup> Do outro lado, confrontava com os povoados de Mulungu e Olho D'água.<sup>98</sup> Nem todas as famílias destes povoados queriam acabar com suas criações miúdas, mas como eram em menor número, tiveram de acatar a vontade da maioria. Apenas uma família de Itapicuru, de Elza e Crispim, fazem parte da associação de Várzea Alegre, e com isso mantêm seus animais soltos na área de uso comum dessa associação. Porém, é bom salientar, que Elza é filha de Zé Vicente, o que, portanto, a torna proprietária de terras dentro da área.

Neste croqui ainda podemos observar, no outro lado da BR 242, a *Associação de Fundo de Pasto de Várzea Grande*<sup>99</sup>, que além de reunir vários povoados,

---

<sup>96</sup> A Ass. de *Fundo de Pasto* de Várzea Alegre é representada no croqui pela cor verde escuro.

<sup>97</sup> Povoados que não aderiram ao *Fundo de Pasto* representados no croqui pela cor amarela.

<sup>98</sup> Povoados que não aderiram ao *Fundo de Pasto* representados no croqui pela cor amarela.

<sup>99</sup> As Ass. de *Fundo de Pasto* de Várzea Grande e Pé do Morro são representadas no croqui pela cor branca.

possui como confrontantes outra *Associação de Fundo de Pasto*, Pé do Morro, além do assentamento Ferrari<sup>100</sup>, que também aderiram ao modo de vida *Fundo de Pasto*. Outro confrontante importante é a serra das Mangabeiras. A área original disponível para o pastejo também foi muito reduzida para os animais das famílias de Várzea Grande, porém é bem maior do que a área do *Fundo de Pasto* de Várzea Alegre. Além de maior em tamanho, também o é em diversidade, tanto de aguadas como de plantas.

Das nove áreas que hoje se reconhecem como *Fundo de Pasto* na região, Várzea Alegre é a menor. Seus limites configuram menor capacidade de sustentação alimentar para os animais, menor acesso a recursos ambientais e maior vulnerabilidade ecológica, se tomarmos como referência as outras áreas de *Fundo de Pasto*. Em contrapartida, comparativamente às áreas que ficaram fora do cerco das *Associações de Fundo de Pasto*, percebemos que a situação de Várzea Alegre é melhor que a de outros povoados.

*“ apareceu uma lei do governo que todo mundo cercava com quatro fios de arame aí muita gente se iludiu com isso e foi cercar, que não queria mais bode, queria só boi... mas os que queriam criar boi, ficou sem bode e sem boi, ficou é sem nada.... no tempo que todo mundo criava solto a criação rendia muito mais... agora o povo diz que tá difícil de viver mas naquele tempo que todo mundo criava era muito melhor, todo mundo tinha um bode para vender, tinha um bode para comer e hoje as vezes você luta, luta e não tem”<sup>101</sup>*

A criação bovina necessita de mais área de pasto e mais quantidade de água que a criação caprina. Estudos da EMBRAPA repassados pelo IRPAA demonstram que em uma área em que se cria uma vaca/boi, podem ser criados sete cabras/bodes. Com relação à quantidade de água ideal para suprir as necessidades de um boi, cinquenta e quatro litros aproximadamente, representa quase dez vezes mais que o ideal para um bode. A supremacia da criação bovina, apoiada na “lei dos quatro fios”, foi derrubada com a efetivação dos *Fundos de*

---

<sup>100</sup> O Assentamento Ferrari é representado no croqui pela cor verde clara.

<sup>101</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

*Pasto*, que culminou na inviabilidade de tal criação. Hoje, dentro das áreas de *Fundo de Pasto*, há mais bovinos do que nas áreas vizinhas -- excetuando-se eventuais fazendeiros latifundiários. Há quem diga que muitos daqueles que apoiaram a “lei dos quatro fios” hoje estão arrependidos e sentem saudades do tempo sem cercas.

Nessa conjuntura, a criação de caprinos e ovinos cada vez mais se fortalece, tanto como estratégia de segurança alimentar, como elemento de grande importância na renda familiar, em decorrência da intensificação da comercialização. É bom lembrar que outros animais fazem parte dos Fundos de Pasto, como a já citada criação bovina, mas, também, a criação de porcos, galinhas caipiras e cocás<sup>102</sup>. Todas essas criações são importantes para a alimentação e para a geração de renda. A caça, embora muito reduzida, ainda complementa a alimentação das famílias.

Há a percepção, reportada por várias pessoas, com destaque para algumas lideranças, de que, hoje, se está vivendo de forma limitada em comparação ao modo de vida anterior da *Luta pelo Bode Solto*. O número de animais por família é, em média, bem menor que o das famílias de Várzea Grande. Mas esta percepção não se restringe ao limite do espaço físico. Há grande preocupação com a renovação da caatinga, importante para o pastejo, mas também para o fornecimento de lenha e madeira para cercas e construções; base de remédios caseiros e banhos religiosos; estoque de frutas para extrativismo; flores para abelhas; ambiente dos animais que são objetos de caça ou de proteção contra pragas e insetos. A Ema é um animal protegido pelas comunidades de *Fundo de Pasto* da região. Ela simboliza proteção e, por isso, não é caçada. Seu ovo é considerado um amuleto que traz muita sorte.

Outro destaque importante é a redução do tempo de abate dos animais, que se antes era, em média, mais de dois anos, agora não chega a um ano. Esse abate precoce permite um menor tempo de pastagem, menor degradação e maior renovação de animais.

Algumas técnicas estão sendo introduzidas, tanto para assegurar melhor qualidade e sanidade aos animais, como também garantir alimentação na época

---

<sup>102</sup> Também conhecida como Galinha D'Angola

de seca. Silagem e fenação<sup>103</sup> são práticas que estão sendo implantadas. Essas técnicas aproveitam tanto plantas nativas, quanto plantas que foram cultivadas, como sorgo e leucena. Além da preocupação com a alimentação, evitando uma maior degradação da caatinga, cuidados com a vermifugação, local de abrigo adequado, tratamento de doenças, limpeza de cascos, estão garantindo rebanhos mais qualificados.

A criação de caprinos e ovinos está ocupando cada vez mais o tempo de trabalho das famílias, e as terras anteriormente destinadas à produção de alimentos vão sendo substituídas por plantações destinadas aos animais. Para entender melhor como as roças estão sendo organizadas, passamos, agora, a descrever o espaço da produção de alimentos.

### **A produção de alimentos – roça, quintal, extrativismo**

Além dos animais, existe uma diversidade de produtos nos *Fundos de Pasto*. São plantados, regularmente, milho, feijão catador, feijão andú, abóbora, melancia, maxixe, batata doce. Mandioca, arroz e algodão já foram muito plantados, mas, hoje, poucas famílias se aventuram. Antigamente a cana de açúcar era transformada em rapadura, amplamente utilizada, pois o açúcar branco não chegava à região.

*“Antigamente a gente plantava de tudo na roça... mas o tempo... a chuva foi ficando muito pouca no sertão... mas a gente plantava... o arroz que a gente comia era a gente mesmo que plantava e pilava no pilão também, a rapadura, a gente plantava a cana e fazia a rapadura, não usava açúcar... agente veio usar açúcar depois de sessenta e seis, todo mundo passou a usar açúcar aqui foi depois de sessenta e seis... até sessenta e seis todo mundo aqui tomava café de rapadura... farinha também agente fazia, a gente plantava mandioca e fazia farinha... da minha vivência, que eu me lembre, mudou muito a maneira da alimentação... agente cevava também o porco, comia era tocinho, agente não tinha óleo... era muito difícil*

---

<sup>103</sup> Silagem e Fenação são técnicas de armazenamento de alimentos.

*comer óleo, comia era mesmo toucinho... A gente fiava, numa peça que chamava roda... eu vou fiar ainda... vou te mostrar... a roda aqui... eu fiava, agente fiava... aquele ali é o teal de tecer... esses pauzinhos aqui é para fazer uma peça que a agente usa no teal, que chama o lisso... o lisso é onde a gente enfia a linha, são quatro pauzinhos aqui, uma na frente e outra atrás, uma parte fica em cima e outra fica em baixo... aí a gente fiava, tecia... parei de fazer mas eu vou começar a fazer... meu menino não quer que eu faça não, mas eu vou fazer... tem o pendulo que a gente coloca cá na frente... tem ainda um monte de peças... eu já fiz muito isso, me criei fazendo isso moço... era o que a gente fazia até... veja... esta fui eu que fiz... eles não querem que eu faça mais mas eu vou fazer... eu não gosto de ficar parada e já não consigo fazer serviço muito pesado demais... o algodão a gente plantava, mas agora a gente não planta mais não, a gente compra, mas minha mãe lá tem uns pés de algodão, agora ela até me deu uns algodões pois ela não fia mais... Eu quero fiar e ela me deu... o terreno dela lá é bem melhor que o nosso aqui, envolta da casa dela só os carocinhos que ela vai jogando por ali, nasce e vai virando uns pezão... e ela apanha tudo, enquanto ela pode ela apanha tudo, e guarda num cesto: “mas vocês não fiam, não?”... a gente fazia roupa, vestia todo mundo de algodão, vestia e embrulhava era tudo de algodão, era roupa para homem, até mulher vestia roupa de algodão... lá pelos anos sessenta... começou a chegar roupa de fora, o povo começou a ficar civilizado... as meninas não queriam vestir mais as roupas de algodão... Esses novos que nem meu filho, outros, nem conhecem...”<sup>104</sup> – Maria Santa*

O final dos anos sessenta marca a introdução de vários produtos oriundos de outros lugares, que substituíram os produtos locais. A rapadura, as roupas de algodão, o fubá de milho, o arroz, a farinha são produtos que tinham uma produção relativamente de destaque e foram substituídos. Embora a falta de boas

---

<sup>104</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida em sua casa, em março de 2006

chuvas seja usada para explicar a diminuição do plantio, a dificuldade de escoamento da produção, representada pela mudança de hábitos culturais, seja na alimentação ou vestuário, justifica melhor a diminuição da área cultivada com esses gêneros. As mudanças afetaram tanto o consumo familiar como a comercialização.

O extrativismo e os quintais complementam a economia das famílias. As frutas mais citadas foram umbu, sirigüela, uva do mato, cajá, articum. Outras frutas que existem em grande quantidade são consideradas, por alguns, “nativas”<sup>105</sup>, como manga e pinha, pois muitos nunca testemunharam o seu plantio. Mamão, tangerina, limão e coco são outras frutas encontradas, principalmente nos quintais.

O calendário agrícola está relacionado com a divisão do ano entre inverno e verão. O inverno transcorre durante o período das chuvas, que corresponde ao tempo chamado de “verde”, sendo caracterizado principalmente pelo vigor da vegetação, a renovação das aguadas e os riachos correndo. Já o verão transcorre no período sem chuvas, que corresponde ao tempo chamado de “seca”, sendo caracterizado pela queda das folhas das árvores da caatinga, a intermitência dos riachos, a escassez de aguadas. Embora seja a chuva que determine quando é inverno, costuma-se dizer que o inverno vai de novembro a março, e o verão de abril a outubro.

O ciclo anual de produção agrícola é iniciado a partir de setembro e outubro, final do verão, momento em que as roças são preparadas. Em terrenos novos, de mata alta ou capoeira velha<sup>106</sup>, usam a técnica da queimada para abertura da roça. Esse procedimento é desencadeado com a seleção de árvores, separando as madeiras que serão utilizadas em alguma atividade. Depois desta seleção, é preparado o asseiro<sup>107</sup>, que consiste em abrir um caminho ao longo da periferia do

---

<sup>105</sup> “Nativa” é um termo empregado, em agricultura, para designar plantas que foram descobertas originalmente na região em questão. As plantas que vieram de outras regiões são chamadas de “Exóticas”. Muitas plantas consideradas exóticas por este conceito, foram trazidas de outras regiões no processo de colonização e estão há tanto tempo no cotidiano de famílias do campo que já são consideradas por estas famílias como plantas locais, “Nativas”.

<sup>106</sup> Capoeira é o nome dado à vegetação que cresce em um lugar que foi desmatado. Uma capoeira velha significa um terreno que há muito não é plantado, sinal de que a vegetação já se encontra com certa densidade.

<sup>107</sup> O asseiro é uma denominação local para o espaço que vai ser queimado, numa alusão ao local para ser “assado”, queimado. Há várias técnicas que visam proteger as áreas em torno do asseiro, evitando que o fogo se espalhe.

terreno que vai ser queimado, protegendo as áreas circundantes. Depois da queima, se destoca a maioria dos troncos restantes, e se espera o início das chuvas para o plantio.

Em terrenos de replantio, com vegetação mais rala, costuma-se preliminarmente capinar a terra, juntar todo o material capinado em pilhas para, depois, queimar. Mas como a prática da queimada começa a ser vista como prejudicial, a vegetação que foi capinada não é mais queimada, sendo utilizada para proteger a terra do sol, como adubo, ou mesmo como ração para os animais.

Durante o desenvolvimento da plantação, ocorrem de quatro a dez capinas, buscando controlar o mato. Nesse ínterim a roça é cuidadosamente acompanhada pela família. Nas proximidades da colheita, o perigo está nos animais, principalmente as aves, como os periquitos. A colheita é feita entre o final de janeiro até o início de junho, sempre dependendo do início em que foi feito o plantio.

As chuvas nunca ocorrem no verão, só no inverno. Mesmo assim, ao contrário do que o senso comum propaga, chove razoavelmente em quase todo o sertão nordestino, sendo o semi-árido brasileiro considerado um dos mais chuvosos do planeta, com chuvas variando de 450 a 800 mm por ano. Porém duas questões dificultam as atividades agro-pastoris: a alta evaporação, ocasionada pela presença de uma forte irradiação solar, e a irregularidade das chuvas durante o inverno. Com relação à irradiação solar, várias técnicas já conseguem amenizar os efeitos da evaporação. Recomenda-se não deixar a terra nua, sem cobertura, diminuindo, conseqüentemente, o contato direto do sol, com o que diminui a temperatura da terra, mantendo sua umidade por mais tempo. Cada vez é mais comum mesclar a caatinga com pastagens plantadas, um processo de raleamento no qual as árvores fornecem sombra para as animais e deixam a terra mais úmida, mantendo o pasto verde por mais tempo. A unidade não é apenas importante para saciar a “sede das plantas” mas também permite a vida de uma série de pequenos animais e fungos, importantes para a formação de matéria orgânica, indispensável para o desenvolvimento das plantas.

Com relação às aguadas, têm sido utilizadas várias técnicas. As cisternas possuem uma espécie de telhado que não permite a penetração dos raios de sol,

e, assim, a evaporação é muito reduzida. Os barreiros devem ser construídos com mais profundidade e menos largura, diminuindo a superfície da água em contato com o sol.

Contudo, mesmo com esses cuidados, o tempo do plantio é quase sempre uma aventura. A irregularidade das chuvas durante o inverno é marcada desde o início do período, que pode ser de setembro a janeiro. Há anos em que mais de dois terços da chuva caem em um único mês. Em outros, as chuvas se iniciam em novembro, mas em dezembro e janeiro não há uma única gota d' água, voltando a chover apenas em fevereiro e março. Tão importante quanto as primeiras chuvas para o plantio são as chuvas durante o crescimento das plantas, e, principalmente, na época de brotar a flor do feijão ou de "cachear" o milho.

Diante essa irregularidade é comum a necessidade de ser feito mais de um plantio por safra:

*“Esse ano aí mesmo eu fiz um plantio de milho e feijão catador, sorgo, tinha umas sementes de melancia... perdeu tudinho... mas aí eu tornei a plantar de novo e o feijão tá tudo nascido, o feijão catador. Da primeira planta nada, morreu tudo de sol... O sorgo eu tinha plantado o ano passado e rendeu muito, cacheou bastante, deu grão bonito... agora as terras da gente aqui é o seguinte... tá vendo estas terras aqui do carrasco? Elas demoram mais de sentir do que as de lá de casa... às vezes se elas são assim mais de barro nem tanto, mas se elas são de areia afeta logo... pois o pessoal fala que sorgo aqui não morre fácil... pois este ano morreu. Tem uns pés lá que ainda produziram um pouquinho, mas foi só... O problema aqui para nós, costuma a ser a chuva, mas não é a só a chuva não... a chuva é solução... tem muitas coisas, mas o que pega para nós é a falta de chuva, pois quando tem um ano ou dois com muita chuva e na roça dá tudo, pois tem ano aqui que de tudo o que você planta tem...”<sup>108</sup> – Mário Xavier*

Uma das formas de reduzir os riscos da irregularidade das chuvas é um plantio diversificado, com variedades que possuam diferentes momentos de

---

<sup>108</sup> Mário Xavier, em entrevista concedida em sua roça, março de 2006

desenvolvimento. Assim, numa mesma roça podem existir plantas que florescem em datas diferentes, e que possuam diferentes necessidades de água. Há plantas que ajudam o desenvolvimento de outras e essa diversidade também serve para amenizar impactos de doenças e pragas. Encontramos, portanto, vários tipos de milho, feijão, melancia, mandioca. Grande parte das sementes é armazenada pelas famílias, selecionadas ao longo do tempo. De ano para ano as famílias buscam armazenar sementes para mais de um plantio, pensando na possibilidade da escassez das chuvas. Outra forma de redução de riscos é a existência de mais de um roçado, em pontos diferentes do território. Além de aproveitar chuvas pontuais, que não se distribuem por toda a área, aproveitam os tipos diferentes de terreno, com capacidade variada de armazenamento de água e fertilidade.

De certa forma, a irregularidade pluvial afeta mais a produção da roça do que a criação animal e a horta. Com poucas chuvas, a caatinga logo se revigora, produzindo as forragens para os animais. As chuvas, mesmo concentradas em um ou dois meses, são suficientes para abastecer as aguadas e garantir o fornecimento de água de boa parte do ano. As hortas, que são regadas com águas dos pequenos barreiros, também se beneficiam de qualquer chuva que possibilite armazenamento.

Quase todos apontam a falta de chuvas como responsável pela diminuição da produção agrícola, embora esse fato não seja comprovado através das medições meteorológicas. Já se levanta a hipótese de uma intensificação da irregularidade em virtude do grande desmatamento, que ocorreu a partir dos anos sessenta do século XX. Uma grande parte do oeste da Bahia e vale do São Francisco está coberta pelo plantio de monocultivos e pasto para gado bovino, o que pode ocasionar mudanças no micro-clima da região. Mas, aprofundando o assunto, a falta de chuvas não se apresenta como a única causa da baixa produção:

*“Mas agora eu pergunto, para que adianta eu fazer uma plantação em uma área de terra que eu não vou dar conta... vou fazer uma plantação conforme era nosso costume sabendo que eu não vou dar conta?... O meu pai, no tempo dele, no tempo que agüentava trabalhar, as roças que ele botava era roças grandes. Agora os*

*meninos não botam não... ele botava a roça sozinho no tempo que nós ainda éramos garotinhos... era feijão catador, milho, batata, era andu, mandioca. Melancia que se perdia... eu lembro de uma vez que eu era pequeno que deu batata que nós não demos conta de colher tudo... tiramos para comer, para vender e até foi dado, dado mesmo para quem fosse lá colher...”<sup>109</sup> – Mário Xavier*

*“... eu quero dizer que no passado chovia mais aqui e tinha mais produção, só que o povo era mais trabalhador, trabalhava muito mais do que hoje, o povo de hoje não quer saber mais da roça não. Meu filho mesmo veio aqui e viu eu e o pai plantando ali e ele não pisou na roça nem para arrancar um pé de mato.”<sup>110</sup> – Maria Santa*

A “falta de coragem” ou a “falta de disposição” podem ter sua motivação principal nas mudanças, que já foram apontadas, nos hábitos da família, refletidas na alimentação, na diminuição da composição demográfica da família, na dificuldade de comercialização de alguns produtos. Essas modificações se combinam a uma série de inovações técnicas que estão sendo introduzidas, visando a melhoria do rebanho de caprinos e ovinos, e adentram as áreas de roçado, com a utilização de novas técnicas e culturas. Cada vez mais, parte da produção das áreas do roçado é destinada para a alimentação animal, buscando minorar, principalmente, a época de escassez de alimentos disponíveis na área de pastagem.

*“Agora eu planto ruado, mas de primeiro a gente tinha o costume de plantar salteada as covas, agora a gente aprendeu foi outra coisa, ruado que até para passar é melhor... Bom, agora eu vou limpando aquele mato vivo, o milho secou era para eu ter feito um feno...tem horas que por causa de não pensar direito a gente perde algumas coisas de futuro para dar para as criações mais para frente... eu*

---

<sup>109</sup> Mário Xavier, em entrevista concedida na sua casa, em março de 2006

<sup>110</sup> Maria de Jesus Vieira, conhecida como Maria Santa, em entrevista concedida na sua casa, em março de 2006

*mesmo, esse milho que eu plantei o que era para eu ter feito? Mas aí eu comecei a cuidar de outras coisas... quando eu vi que ele não ia dar mais grão eu devia ter passado ele no motor e feito feno... Entre o feno e o silo eu tô achando mais viável aqui para nós o feno... se você tem o lugar de deixar o feno e não molhar eu não vejo outra coisa melhor, a criação aqui quando a coisa aperta é o que tem salvado...”*

Palma, leucena, sorgo são exemplos de cultivos agrícolas que ocupam áreas antigamente utilizadas para o plantio de mandioca, arroz, milho e feijão. Cada vez mais a atividade central da produção agropecuária é a criação de bodes e carneiros, e há mais de quatro anos que é discutida a implantação de um frigorífico na região, sob o comando dos agentes de *Fundo de Pasto*. Esse frigorífico estimularia ainda mais a verticalização na produção, acarretando menos diversidade.

Paralelamente a este processo, inicia-se ainda, timidamente, o beneficiamento de frutas através da fabricação de doces, geléias e polpas, com a intenção de comercialização. A produção de mel também é uma atividade que passa a interessar algumas famílias, estimulando a participação de jovens. O dilema entre a especialização em uma só atividade, no caso a criação, e a diversificação na produção impõe-se como uma nova questão. Aparentemente, a roça não possui a mesma importância que tinha até os anos sessenta do século XX, fortalecendo-se outras formas de garantir a reprodução da família.

### **A migração**

Ocorre há muito tempo o deslocamento de membros das famílias para cidades maiores. A cidade de São Paulo e as principais cidades paulistas são destacadas como direcionamento prioritário. Os principais fatores motivadores da migração são a busca pelo incremento da renda familiar, a maior facilidade de acesso à assistência médica, e a oportunidade de continuar os estudos.

Podemos proceder a uma classificação superficial, distinguindo a migração em dois tipos: de longa duração ou temporária. A migração de longa duração se caracteriza pela mudança da referência de moradia, podendo se tornar definitiva.

Neste caso, a reprodução, social e econômica, se faz, predominantemente, na cidade destino da migração, porém o relacionamento com a localidade de origem pode se manter bastante ativo.

Na migração temporária a moradia de referência ainda é o local de partida, e o período de migração não ultrapassa um calendário agrícola, sendo comum a realização de vários ciclos migratórios. Aqui, a reprodução social e econômica se complementa entre a cidade de origem e a de destino.

Outro destaque é a concentração do fluxo migratório entre famílias próximas. Uma vez que um membro da família se estabeleça em um bairro ou uma vila, cria-se uma localidade de referência para os próximos que venham a migrar. O Jardim Nakamura e o Jardim Capela, ambos localizados no Bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo, são referências para os moradores dos povoados do Alagadiço, Lagoa do Angical e Várzea Alegre. De certa forma, reproduzem a relação das famílias do sertão da Bahia em São Paulo. As regiões de Sorocaba e Marília também foram reportadas como destino preferencial para a migração.

A migração tem possibilitado a ampliação do território de ação dos agentes de *Fundo de Pasto*, que se relacionam com desenvoltura entre as duas realidades, da Bahia e de São Paulo. Mais que um lugar de referência, a migração acarreta para a família um aumento nas possibilidades de geração de renda e no acesso a políticas públicas, com especial destaque para saúde e educação.

*“ \_ Seu plano é ir para São Paulo?*

*\_ Para morar eu não quero.*

*\_ Mesmo com os filhos morando lá?*

*\_ Mesmo com os três filhos lá. Porque é assim no Brasil, tem certo tempo que você dá conta de trabalhar e tudo... eu estou com quarenta e seis anos, então a minha idade não é mais a idade de pegar e agarrar, né? Então se deus quiser eu ainda vou dar conta de me virar por aqui por um certo tempo. Então eu não quero ir para lá para depois ficar, sei lá, enquanto eu tiver me agüentando eu quero ficar aqui. Eu quero ir a São Paulo, trabalhar um pouquinho, mas não para morar.*

*\_Tem idéia de trazer seus filhos para cá?*

*\_Agora não dá. O mais velho quer muito vir, aqui para chegar, para começar a família, não é fácil não. Tem que ter um começo direitinho e não tem o suficiente para isso. Eu penso em trazer eles para cá, mas não tem como ainda. O mais novo eu não queria que fosse mas ele foi, começou o colegial o ano passado, está fazendo o segundo agora, o ano que vem ele termina, vamos ver como vai ser o correr do tempo.*

*\_Quem toma conta do seu filho mais novo?*

*\_Eles moram os três juntos, todos numa mesma casa, que é uma casa grande. O mais velho é o que cuida de todo mundo. Meu filho mais novo cuida da sobrinha até o meio dia, quando ela vai para escolinha... ele estuda só. Já minha filha trabalha. Meu filho mais velho é pedreiro... fazer o quê? Ele não quis estudar, ele foi para lá com quinze anos. Ele mora pertinho de um colégio, mas sabe como que é a juventude, acha que chegar do serviço à noite e estudar é muito cansativo e hoje ele está com vinte e seis anos e não tem como mais estudar... bem que queria... Ele está registrado numa firma, é um serviço cansativo, duro... já pensou, você estar com vinte e seis anos e não estar agüentando... é por isso que às vezes eu me preocupo muito, essa idade... chega uma hora que você não agüenta... por isso que ele diz que tem que fazer alguma coisa aqui na Bahia, pois chega uma hora que se não agüenta lá... A minha nora tem vontade de voltar também, os pais dela, todo mundo dela está aqui, só tem ela lá... os pais dela têm três filhas, duas casadas e uma solteira, bom acho que tem boa possibilidade... só depende de achar a possibilidade... Também não é assim, eu vou e vou, tem de pensar duas vezes... é que nem que eu falo, eles tem tudo lá, a casa deles ta montadinha, depois vai embora de uma vez e se chega aqui e não dá certo... vai voltar?... é uma coisa complicada, né?... tem de pensar muito para depois, mais adiante, não dar errado. Já minha filha não volta não... ela disse – “mãe aqui é bom” – ... ela tá fazendo*

*um curso para ver se consegue uma faculdade lá... Já formou no colegial... ano passado ela tava só fazendo curso... computação, contabilidade e línguas, esse ano ela tava querendo fazer mais outro para ver se consegue... que a vida lá é difícil, não adianta fazer o colegial e estacionar, você tem que se esforçar e fazer alguma coisinha à mais... ano passado ela fez aquelas provas... mas não conseguiu nota suficiente... este ano tem de novo. O que tem de bom mesmo é se pudesse todo mundo estar junto... Nossa... a saída do meu filho caçula eu quase que fiquei doente, ele estava estudando em Ibitiara mas toda sexta feira ele chegava... sexta feira de noite o barulho da moto chegava... para mim foi muito difícil a saída dele... na segunda ele retornava... no dia que ele saiu nem em casa eu consegui ficar... ele é muito barulhento, de muita farrá... então a saída dele foi difícil... mas é a vida... também não estava na cabeça dele sair, ele falava lá de Ibitiara – mãe vamos abrir um servinho nosso aqui – todo animado, mas deus quis o contrário.”<sup>111</sup> – Maria Ferreira*

O diálogo acima representa muito bem algumas questões que estão relacionadas à migração. Os filhos de Maria Ferreira estão todos na mesma casa em São Paulo, no Jardim Capela, próximos de tios e primos. O filho mais velho, Laudicélio, foi o primeiro a ir para São Paulo, em busca de incrementar a renda familiar. Em São Paulo casou com Efigênia, cuja família é de Lagoa Nova, próxima de Queimada Nova, Oliveira dos Brejinhos, Bahia. Como não prosseguiu os estudos, sua profissão de pedreiro é árdua e sonha com a possibilidade de voltar para o sertão. Tempos depois, sua irmã, Maricélia, foi para São Paulo, e, amparada pelo irmão, continuou seus estudos e conseguiu melhores empregos e remuneração. Maricélia não pensa em voltar a morar na Bahia. Por fim, Jocélio, o irmão mais novo, foi para São Paulo em 2006, com a intenção de completar os estudos do colegial, e ajuda na criação da sobrinha, durante o tempo que seu irmão e cunhada estão trabalhando. Jocélio preferia ficar na Bahia, deslocando-se

---

<sup>111</sup> Maria Alves Ferreira em entrevista concedida em sua casa, março de 2006

para São Paulo apenas para acompanhar a mãe, que passaria o ano com os irmãos em São Paulo. Aproveitou a oportunidade para procurar emprego.

Maria sabe muito bem da importância da referência familiar nos dois lugares de moradia. Quer o filho mais velho de volta, que gerenciaria a produção agrícola. Mas tem consciência de que ele só pode voltar se houver o preenchimento de certas condições, como uma situação financeira mínima para garantir a reestruturação das atividades agrícolas e a possibilidade de beneficiamento ou comercialização da produção. Ao apoiar a decisão da filha de se estabelecer, definitivamente, em São Paulo, principalmente em razão da melhor situação de trabalho e renda, ela providenciou uma casa de apoio para toda a família na capital paulista. Já em relação ao filho caçula vê com receio a sua ida para São Paulo, pois não tem certeza acerca do futuro de Jocélio em São Paulo, ao tempo em que supõe que ele poderia ajudar o irmão Laudicélio, quando este voltasse para a Bahia.

Ademais de maiores possibilidades de renda e acesso à educação, São Paulo é muito procurada para a realização de consultas, exames e tratamentos médicos. Os hospitais públicos, ligados à Universidade de São Paulo, Universidade Federal Paulista e Universidade Estadual de Campinas são referências para várias famílias da região de Oliveira dos Brejinhos. As consultas são marcadas com certa antecedência, o que possibilita um planejamento prévio do deslocamento do paciente. Um parente que mora em São Paulo é o responsável por agendar as consultas, exames e acompanhar o deslocado durante todo o tratamento.

É interessante observar que boa parte dos entrevistados com mais de 25 anos já haviam estado em São Paulo, ainda que só para visitar os parentes e amigos. Poucos, muito poucos, conheciam Salvador. O fluxo de pessoas e informações faz com a vida em São Paulo e no sertão da Bahia se confundam, se complementem. Mesmo com algumas dificuldades, a transição do espaço sertanejo para a grande metrópole faz-se com desenvoltura e grande parte das relações sociais vigentes nas localidades de origem são reproduzidas, à sua maneira, nos locais de migração. A organização sóciopolítica dos agentes de *Fundo de Pasto* não pode ser totalmente apreendida sem que o papel da migração seja bem identificado.

Não foi objeto deste estudo esta identificação, mas quero ressaltar que este aspecto deverá ser melhor abordado, em um próximo estudo.

### **A Festa do Bode**

A comemoração de uma modalidade particular de vida resume o principal objetivo dessa festa, que conta com a participação de pessoas de vários municípios do vale do São Francisco.<sup>112</sup> O *Bode Solto* pode não estar tão solto como antes da construção da BR 242, mas continua a fazer parte da existência das famílias dos *Fundos de Pasto* da região de Oliveira dos Brejinhos. E se o bode foi por muito tempo caracterizado como símbolo de pobreza, enquanto ao gado se atribuía o status de nobreza, hoje se arrependem os que, por vários motivos, não aderiram à *Luta pelo Bode Solto*. Cada vez mais a economia da região depende da caprinocultura, e ter uma bonita criação é motivo de bastante orgulho. Em 2008 foi realizada a VI Festa do Bode, que teve a primeira edição em 2003. A preparação se inicia bem antes da data da festa, que se realiza sempre ao final de julho, época de estiagem, de seca. Essa data é propositalmente escolhida, representando o desafio de expor animais bonitos em uma época de pasto reduzido e poucas aguadas. Várzea Alegre é o local da festa, e as instalações da comunidade de igreja são disponibilizadas para a *Central de Associações de Fundos de Pasto*.

A festa se realiza em quatro espaços. O primeiro é o da exposição de animais, local em que ocorre a exposição dos rebanhos e que também funciona como espaço para negociação dos lotes de animais. O segundo espaço é também reservado para a exposição de uma série de produtos oriundos dos *Fundos de Pasto*, como doces, geléias e polpas de frutas, hortaliças - cultivadas sem o uso de veneno -, mel e própolis. Também são expostas algumas tecnologias de simples reprodução, como a captação de água da chuva e algumas bombas manuais. Outro espaço é o da refeição, local onde é improvisado um restaurante,

---

<sup>112</sup> No ano de 2006, chegaram a participar mais de duas mil pessoas, oriundas de vários povoados do município de Oliveira dos Brejinhos, e de outras cidades, como Brotas de Macaúbas, Ibotirama, Ibitiara, Bom Jesus da Lapa, Seabra, Salvador, Feira de Santana, Tabocas do Brejo Velho, Guanambi, Caetité, além de parentes vindos de São Paulo especialmente para a festa.

que serve vários pratos preparados com a carne de bode. Por fim, há o espaço para “arrastar o pé”, animado por alguns grupos locais.

Podemos discernir duas frentes de organização da festa. A primeira dá-se em cada associação de Fundo de Pasto, quando cada família prepara seus animais para exposição e são escolhidos os representantes para trabalhar na festa. Cada associação seleciona pessoas para a montagem da infra-estrutura, para trabalhar na recepção dos convidados, na organização da exposição de animais, na cozinha e no atendimento do restaurante. A segunda frente de organização se preocupa com os recursos financeiros, a preparação da infra-estrutura e a divulgação da festa. Essas duas frentes de trabalho são coordenadas pela *Central de Associações de Fundo de Pasto*, que monta comissões de trabalho para cada setor da festa.

Os serviços são repartidos entre os representantes das nove associações, e tudo na festa é feito por eles. O espaço da exposição de animais é dominado pelos homens, que preparam os piquetes onde os animais ficam expostos, cuidam da pesagem, da classificação de cada lote e recebem as ofertas dos pretendidos compradores.

Na cozinha, o domínio é das mulheres, que sincronizam as diversas atividades requeridas pela preparação de cada prato do cardápio. A divisão do trabalho tem certa complexidade, distinguindo o a preparação dos temperos, a lavagem do arroz, a separação de cada ingrediente. Os animais são abatidos, os cortes específicos são realizados, e as carnes são temperadas na véspera. Buchada, sarapatel, ensopados de bode e galinha caipira, sempre acompanhados de arroz, feijão, salada e farofa. Os assados são os únicos pratos preparados integralmente pelos homens, em ambiente separado da cozinha. No local é montada uma churrasqueira. A lavagem de pratos, talheres e copos é intensa, pois a rotatividade das mesas é grande. As cozinheiras são mulheres mais velhas, e as auxiliares, mais jovens.

O serviço de atendimento às mesas é planejado com bastante cuidado. Cada mesa recebe uma numeração específica e cada atendente possui um número certo de mesas para servir. Na cozinha há pessoas que trabalham para cada atendente, encaminhando as demandas para as cozinheiras, fato que agiliza a

preparação de cada pedido. Ao lado da cozinha se instala um bar, onde as bebidas são geladas e servidas. O atendimento às mesas, e no bar, é feito por jovens, tanto mulheres quanto homens.

As exposições são realizadas pelos próprios produtores, na maioria mulheres. São montadas pequenas barracas, e, além dos produtos, são apresentadas informações detalhadas de sua fabricação e da organização a que pertencem. Destaca-se o grupo de mulheres de Várzea Grande, que produz doces, geléias, sucos, principalmente de umbu, tamarindo e acerola. Mas o produto mais procurado é o doce de leite de cabra. As organizações não-governamentais CAA e FUNDIFRAN também expõem produtos de famílias às quais assessoram. Praticamente todos os produtos expostos são vendidos durante a festa.

A parte dançante da festa é comandada por dois jovens, um homem e uma mulher. Vários artistas locais se apresentam. A parte mais empolgante é quando o forró pé-de-serra toma o palco do salão e todos dançam. No meio da tarde é franqueada a palavra às autoridades presentes, e algumas lideranças são convidadas para contar fatos da *Luta pelo Bode Solto*. Este é, também, o momento em que as demandas mais latentes do cotidiano são manifestadas.

*“É um momento muito marcante pois representa a conquista daquilo que a gente queria defender, e por isso é muito marcante este momento que comemoramos com muito prazer, com muito orgulho, que se chama a Festa do Bode. É uma demonstração da nossa luta, do que nós temos, da nossa produção. E nós queremos mostrar nem só para Bahia, mas para todo o Brasil a nossa luta, a nossa força, o nosso trabalho, o nosso objetivo, é isso que nós queremos. É o nosso jeito de viver no sertão, é a forma que a gente acha adequada para viver, ter uma segurança de todas as famílias desta região.”<sup>113</sup> – João Neri*

“Queremos divulgar nosso produto, pois temos problemas para comercializá-lo diretamente.”<sup>114</sup> - Janir

---

<sup>113</sup> João Néri, em entrevista concedida durante a IV Festa do Bode, julho de 2006.

<sup>114</sup> Janir, em entrevista concedida durante a IV Festa do Bode, julho de 2006.

*“A Festa do Bode eu considero como uma das conquistas da nossa luta. É um evento na qual podemos estar mostrando para todos, até para o Brasil a importância, o resultado, da nossa luta, da chamada Luta pelo Bode Solto.”<sup>115</sup> - Vanda*

A Festa do Bode representa, pois, a vitória de um modo de vida, de uma forma de organização política, na qual várias famílias asseguram sua reprodução, biológica e social. Este modo de vida está continuamente se adaptando, se aprimorando no relacionamento com o mundo ao seu redor. A Luta pelo Bode Solto prossegue, agora reivindicando uma educação pública contextualizada às especificidades socioculturais dos Fundos de Pasto; políticas de incentivo à geração de renda e segurança alimentar; de acesso aos serviços médico-hospitalares, e de manutenção e ampliação das terras tradicionalmente ocupadas.

---

<sup>115</sup> Vanda em entrevista concedida durante a IV Festa do Bode, julho de 2006

## Questões Abertas e Desafios Futuros

Como foi assinalado nos capítulos anteriores, a Luta pelo Bode Solto tinha como objetivo principal a preservação de uma existência social que estava ameaçada. Os Fundos de Pasto da região de Oliveira dos Brejinhos decorreram desse processo de luta e constituem a representação maior, hoje, desse modo de vida, passível de ser identificado através das terras tradicionalmente ocupadas e o território de ação dos agentes de Fundo de Pasto. O suporte para a ação dos agentes é uma teia de relações que configura uma organização sócio-política, tecida mediante relações familiares e sociais, apoiadas por agência dotadas de grande capilaridade social, a exemplo da igreja e da associação. A Luta pelo Bode Solto, convertida na luta das Comunidades de Fundo de Pasto, persiste, uma vez que este modo de vida se modifica constantemente, para, entre outras coisas, permanecer o mesmo.

A redução das áreas de uso comum e da composição demográfica de cada família, somada a uma mudança nos hábitos alimentares, de consumo e uma demanda crescente pela comercialização da carne de bode, ameaça a diversidade da produção agrícola. A migração se intensifica como alternativa para ampliação da renda monetária, acesso à educação e assistência médica.

Neste contexto quero destacar algumas reivindicações destes agentes sociais, que, do meu ponto de vista, são fundamentais para o fortalecimento das comunidades de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos, e que, à luz das diversas particularidades, podem ser estendidas a outras regiões.

A primeira das reivindicações se refere à própria regularização das terras tradicionalmente ocupadas. Como foi exhaustivamente relatado, o processo de regularização não se adequou aos costumes locais, mas, ao contrário, teve de se adaptar à configuração da propriedade privada da terra. Esse mecanismo, acionado pelos técnicos governamentais na década de 80 do século passado, foi a alternativa por eles identificada para contornar a situação de ameaça à grilagem das terras, e o fim da criação de pequenos animais. Eles alegam que a legislação e o contexto político, à época, não lhes permitiram proceder a uma regularização condizente com o “modo de vida tradicional”.

O testemunho da satisfação dos agentes de Fundo de Pasto da região de Oliveira dos Brejinhos, em um primeiro momento, não obstante a limitação de acesso geral dos animais a todas as antigas áreas de uso comum, atesta que a necessidade de regularização foi atendida, e que os grileiros se viram impedidos de avançar as cercas nas áreas ocupadas pelos agentes de Fundo de Pasto. Mais recentemente, ao reivindicar o acesso a políticas agrícolas voltadas para a sua realidade, várias pessoas foram impossibilitadas de acessar crédito por não serem proprietárias formais, a despeito da real ocupação das terras, herdadas de seus pais. A forma como a regularização fundiária foi realizada só atendeu, contudo, ao momento específico em que se procedeu aos trâmites administrativos. Da época da regularização até o presente, a forma de transmissão das terras por herança, ou outras formas de acesso à terra, não foram reconhecidas legalmente.

De 1980 para os dias atuais, as diferentes mobilizações dos movimentos sociais no Brasil, e de certa forma ao redor do mundo, culminaram em uma série de conquistas para o reconhecimento jurídico-formal dos povos e comunidades tradicionais. No texto constitucional de outubro de 1988, e em algumas das constituições estaduais de 1989, foram introduzidos artigos que tomam em conta as diferentes modalidades de vida de povos e comunidades tradicionais. Em junho de 2002, o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” foi incorporado à legislação brasileira por meio do decreto legislativo n.º143, assinado pelo presidente do Senado Federal, que ratificou a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta convenção reconhece como critérios fundamentais à preservação desses povos e comunidades tradicionais, os elementos de auto-identificação e reforça, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados, principalmente, por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas. Em 7 de fevereiro de 2007, através do decreto n.º 6.040, assinado pelo Presidente da República, é instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa política é voltada para o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Preconiza o respeito e a valorização da identidade de povos e comunidades

tradicionais, bem como suas formas de organização e suas diferentes instituições. (Shiraishi 2008 : 8-14)

Portanto, hoje, existe à disposição dos técnicos um arcabouço jurídico suficiente para que possam ser implementadas normas internas aos órgãos competentes, e, conseqüentemente, que o processo de reconhecimento e regularização das terras tradicionalmente ocupadas seja efetivado. Mais que o reconhecimento das posses, o direito a transmiti-las por herança sob a forma costumeira é uma reivindicação contemporânea. Poderíamos avançar ainda mais, pois há possibilidades legais de retomada do acesso a todas as áreas de uso comum.

A despeito dos avanços no plano do reconhecimento jurídico-formal, persistem, nos órgãos governamentais, normas que não compreendem os diversos modos de ocupação das terras e, mais grave ainda, a falta de interesse político para tornar efetivo este direito. Transcorridos mais de vinte e cinco anos, o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas não foi, afinal, concretizado.

A geração de renda é outra importante frente de reivindicações respaldada na legislação e que, em larga medida, não é atendida. A CONAB, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), realizou a intermediação da comercialização dos doces, geléias e sucos do Grupo de Mulheres da Associação de Fundo de Pasto de Várzea Grande. É o único órgão de governo que atende a demanda por incremento na renda das famílias dos Fundos de Pasto de Oliveira dos Brejinhos. A maioria dos órgãos ignora as reivindicações e acaba por não cumprir a legislação. No máximo são formulados projetos que tentam utilizar a força de trabalho dos agentes de Fundos de Pasto para interesses empresariais, nos quais eles seriam meros coadjuvantes. Não obstante, os projetos não conseguem sair da fase do planejamento, como o frigorífico que desde 2004 foi apresentado como solução para a promoção da renda das famílias. Cabe lembrar, para ilustrar a inadequação desta proposta, que a reivindicação não era por um grande frigorífico e sim pela instalação de pequenas unidades de beneficiamento, as casas do bode, como já foi relatado no capítulo 4.

Nessa mesma linha, algumas questões ambientais são problematizadas. A renovação da caatinga, o melhor aproveitamento das aguadas, tecnologias mais

adaptadas à cultura e ao ambiente estão entre os desafios principais para incrementar a produção agrícola.

Outra reivindicação não atendida, a ser destacada, está relacionada com a educação formal. Como foi explicitado por João Néri, a escola tal qual se encontra colabora para a rejeição dos jovens ao modo tradicional de ocupação das terras. É importante salientar, ainda, que em nenhum momento se condena a migração como alternativa aos Fundos de Pasto mas, antes, se questiona a sua tendência a se constituir em uma opção exclusiva. A educação formal implantada apenas para responder à premente necessidade de preparação dos jovens para aventurar sua força de trabalho nas grandes cidades é insatisfatória para cumprir este objetivo. A preocupação, predominantemente, é a alfabetização e o repasse de conhecimentos genéricos, e não por uma formação que possibilite a inserção em serviços mais especializados, e, decorrentemente, melhor remunerados. A maioria dos rapazes estão empregados na área de construção civil, como pedreiros ou auxiliares. Já as mulheres estão trabalhando em serviços mais diversificados, mas ainda é forte a relação de trabalho em casas particulares, como empregadas domésticas.

A oportunidade de prosseguimento dos estudos nos locais de migração está permitindo uma mudança neste quadro. Sob o abrigo de parentes, tem-se criado a possibilidade de acesso ao ensino médio e à universidade, porém esta trajetória ainda é percorrida por poucos.

A escola tem afastado, sistematicamente, os jovens do espaço da educação familiar, que os preparava para a produção agropastoril. O apelo por uma educação adequada ao contexto sócio-econômico é totalmente ignorado pelas secretarias municipais e estadual de educação. No estado da Bahia já existem experiências interessantes de educação contextualizada junto aos Fundos de Pasto de Curaçá, Uauá, Canudos, Monte Santo. Destaco, aqui, a Escola Família Agrícola do Sertão, localizada em Monte Santo.

Pela legislação vigente estas reivindicações deveriam ser atendidas, ficando clara a falta de interesse político para sua implementação. Os gestores públicos podem ser responsabilizados por não atender à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Sabemos

que há várias motivações econômicas de setores empresariais interessados nas terras tradicionalmente ocupadas por estes povos e comunidades, e na força de trabalho de seus agentes sociais. Porém, é imperativo empreender uma investigação mais detalhada de como esses interesses estão direcionando políticas públicas em órgãos como o INCRA, MDA, EMBRAPA, CDA, MEC e as Secretarias de Educação, que permanecem negligentes com essas reivindicações.

Outro aspecto que requer ser melhor estudado é o papel das Organizações Não-Governamentais. De certa forma, elas estão mais próximas dos agentes dos *Fundos de Pasto*, porém com a terceirização dos serviços públicos, têm passado a executar políticas públicas. Essas organizações estão conseguindo incorporar, em suas ações, as reivindicações dos agentes de Fundo de Pasto? Elas estão se transformando em instrumento do Estado para aplicação de suas políticas ou estão a serviço das Comunidades?

Finalmente, é importante acompanhar o fortalecimento da organização política dos agentes de Fundos de Pasto, que, como outros agentes sociais, estão transmutando sua organização em um movimento social com certa representatividade. Há ainda algumas dificuldades para a efetivação dessa nova configuração política, como dificuldades de comunicação e intercâmbio entre diferentes regiões, que oxalá sejam vencidas em curto espaço de tempo.

## Bibliografia

- AATR (org.). *Bahia: violência e impunidade no campo*, análise de dez anos - registros de 1976 a 1987. Salvador: Editora Odean, 1987.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - uso comum e conflito In: *Cadernos do NAEA* nº 10. Belém, 1989. p.163-196.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades In: *Frechal – Terra de Preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luiz: SMDDH/ CNN, 1996. p.11-19.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Pluralidade de atores sociais e diversidade dos critérios político-organizativos em face da internacionalização dos mercados. In: *A Luta Pela Terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997. p 113-121.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2006
- ANDRADE, Fátima; BRAGA, Hilda; LOPES, Luís José Lira (org). “Fundo de Pasto”: uma prática de trabalho comunitário na pequena produção. Salvador. *SEPLANTEC/CAR*. Salvador: SEPLANTEC, 1983.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 4ª edição, 1980.
- ARROUCHA, Maurício . Desenvolvimento na Agricultura In: *A Luta Pela Terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997. p 99-112.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p 9-13.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. p 71-80.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos II: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. p 36-45.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. p 17-58.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p 188-206.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004
- CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª edição, 2002.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – *As comunidades eclesiais de Base na Igreja no Brasil – 7ª reunião ordinária do conselho permanente* – Brasília/DF – novembro de 1982.

COTRIM, Dione Vinhas Nascimento. *O Pastoreio Comunitário em Uauá: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1992.

CPT – DIOCESE DE BARRA. *O que é? Fundo de Pasto :caderno de estudo e debate para as comunidades*. Ibotirama,1999. Digit.

EHLE, Paulo. *Canudos: Fundo de Pasto no semi-árido*. Instituto Popular Memorial de Canudos. Paulo Afonso: Editora Fonte Vida, 1997

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf*. São Paulo: UNICAMP, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO; Lamarca Morto na Bahia. São Paulo. In Folha de São Paulo 19 de setembro de 1971. São Paulo, Banco de Dados Folha, 2008.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim (org). *Leis de Terra do Estado da Bahia*. Salvador/Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1985.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo*. Salvador/Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Reforma Agrária na Bahia. In: *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Gráfica Areembepe, 1997. p. 109-145.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Fundo de Pasto. In: *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Gráfica Areembepe, 1997. p. 147-154.

GODOI, Emília Pietrafesa. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP, 1999.

GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS DE SALVADOR. *A questão agrária na Bahia*. Salvador: Artes Gráficas e Indústria LTDA, 1980.

GUIOMAR, Germani & OLIVEIRA, Gilca. *Assentamentos Rurais no Médio São Francisco: Políticas Públicas, Conflitos e Resistências*. Salvador, 2007

KARL, Marx. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KARL, Marx. A Chamada Acumulação Primitiva. In *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1994. Volume II p. 828-882

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 20ª edição, 2002. p 80-100

NOVA CARTOGRAFIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. *Fundos de Pasto: Nosso Jeito de Viver no Sertão*. Casa Nova: Articulação Estadual dos Fundos de Pasto, 2006.

OLIVEIRA, Elizabeth Homem; FRANCA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Neuza Maria (org.) *Dinâmica de Participação de Pequenos produtores em Projetos de Desenvolvimento Rural: Do Fundo de Pasto a Associações Fundiárias*. Salvador. SEPLANTEC/CEDP/CENTRU, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: UNESP, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1973

RAMOS, Paulo Cunha Melo. (org.) *Avaliação da Intervenção Governamental no Sistema Produtivo Fundo de Pasto*. Salvador: SEPLANTEC/CAR, 1997.

Romeiro, Ademar Ribeiro. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na Agricultura*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

SAHLINS, Marshall David. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2004

SAHLINS, Marshall David. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

SHIRAISHI, Joaquim Neto. (org.) *Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil*. Manaus: FAPEAM, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FIGUEIREDO, Vilma; Pinto, Luzia Alice Guedes; Carvalho, Abdias Vilar de. *Reflexões sobre a agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O Trabalho da Terra*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1997.

## **Anexo 1**

### Catálogo das Gravações de Áudio Transcritas

#### **Bode Solto**

##### só áudio

Gravação 37 – Olava

Gravação 40 – Avanyr e Zé Amaro

Gravação 59 – Maria Santa

Gravação 90 – João Ruanga

Gravação 91 – João Ruanga

##### vídeo

Vanda CD 1 – 1h15 (início)

Gilson CD 1 – 1h 40 (início)

#### **Comunidades Eclesiais**

##### só áudio

Gravação 68 – Maria Santa e Nô

Obs: padre comunista, início da comunidade de igreja, ministros da igreja

#### **Produção e meio ambiente e assuntos relacionados**

##### só áudio

Gravação 58 – Maria Santa

Como preparava o cuscuz e canjica

Mudanças 1

Gravação 64 – Maria Santa

Mudanças 2

Contando sobre a Cantoria de Reis

A família de Maria Santa

Gravação 68 – Mário

Quem ensinou o serviço da roça, sinais da natureza, formas de plantar, feno e silagem, plantas da caatinga (malva, babugem e Flôr Branca), serviços de inverno e de verão, plantava-se mais antes, produtos da roça

Gravação 69 – Maria Santa e Cleiton

Sobre o futuro, a escola

O que Cleiton gosta de fazer

Gravação 70 – Andando com Maria e Nô  
Falando de plantas da caatinga boas para remédio  
Parteiras  
Centro mesa branca

Gravação 74: Mário roça 1  
Tempo que os bichos falavam, animais, porque não caçar ema

Gravação 75: Mário roça 2  
Riacho cortando a estrada/ cacimba do município ;Cabelo de nego: planta apreciada principalmente por ovelhas; Quebra facão: bom para lenha e criação ;  
Comentando que a área de criação diminuiu muito; Mundiça/lagarta

Gravação 79 – Maria Bia e Joana  
Mudanças significativas – ensino  
Filhos em SP – uns querem voltar  
Emprego em SP

Gravação 87 – Oscar e Ana  
Debate: Ana preferia morar em SP com os Filhos, Oscar quer ficar  
A aposentadoria e a renda da roça  
A produção de caprinos e as mudanças, a luta pelo bode solto  
A associação resolvendo contendas - desentendimento com o cachorro vizinho (18')  
Construção do Frigorífico -

## **Variados**

Gravação 78 – Tozinha e Mário  
Como se conheceram, serviços doméstico, culinária, galinhas (ovos)

Gravação 82 – Olava 1  
Roubo de cabras (medo de ser roubada)  
Falecimento de Valdivino

Gravação 83 – Olava 2  
O pau infincado por Valdivino caiu no dia que ele morreu  
E algumas histórias

Gravação 88 – Ladu 1  
Sem lembrar os parentescos mais distantes  
Saudade do tempo que é jovem, tempo de alegria, sem preocupação  
Mais de idade vai ficando mais devagar, cheio de preocupações

Gravação 89 – Ladu 2  
Festas da época de moça

## Anexo 2

### FAMÍLIAS DA ASSOCIAÇÃO DE VÁRZEA ALEGRE

Localidade:

#### Itapicuru:

1

Crispim Alves Vieira(1956)  
Elza Alves Vieira (1964)  
3 Filhos e uma neta

1984 - Elionéia Alves Vieira  
Casada em janeiro de 2006 com  
uma Filha:  
Mora em:

1985 - Cleidaltton Alves Vieira  
falecido em 1992

1987 - Míriam Alves Vieira  
solteira e sem filhos  
estudando em Oliveira dos Brejinhos

#### Alagadiço

2

Ludelina Ferreira de Oliveira - Ladú (1928)  
Bento Vieira Lemos (+/- 1908-1984)  
10 filhos e 13 netos

Lorisvaldo Ferreira Lemos  
solteiro sem filhos  
mora em São Paulo - Jd Nakamura

Edgar Ferreira Lemos  
casado com 2 filhos  
mora em São Paulo - Jd Nakamura

1960 - Benil Ferreira Lemos  
solteira e sem filhos

Joaquim Ferreira Lemos  
casado e sem filhos

mora em Várzea Grande

José Ferreira Lemos  
????? Com 1 filho  
mora em São Paulo - Jd Nakamura

Atenir Ferreira Lemos  
casada com 5 filhos  
mora em Brejinhos

Adelice Ferreira Lemos  
casada com 3 filhos  
mora em São Paulo - Jd Nakamura

Maria Ferreira Lemos  
solteira com 1 filho

João Ferreira Lemos  
casado com 1 filho  
Mora em Várzea Grande

Gilmar Ferreira Lemos  
solteiro e sem filhos

### Logoa do Angical

3

José Amaro Ferreira (28/11/1957)  
Avanyr Rodriguês de Oliveira (23/05/1965)  
3 filhos

Edcarlos Oliveira Ferreira ( 29/10/1987)  
solteiro sem filhos  
fazendo serviço militar  
morando em Javi

Cleiton Oliveira Ferreira (6/10/1990)  
solteiro sem filhos

Mislândia Oliveira Ferreira (12/04/1998)  
solteira sem filhos

4

Maria de Jesus Vieira (5/11/1946)  
Claudionor José Vieira - Nô (3/10/1936)  
1 filho

Manoel José Vieira  
solteiro sem filhos

mora com os avós no Pajeú em Oliveira dos Brejinhos

obs: nome de solteira Maria dos Santos de Jesus

5

Mario Xavier Ferreira (18/01/1951)  
Ostrogilda Rosa Ferreira - Tozinha (18/11/1940)  
sem filhos

6

Maria Alves Ferreira (23/01/1960)  
3 filhos

Laudicélio Alves Ferreira (13/12/1979)  
casado com Efigênia Guimarães Ferreira (Lagoa Funda/ Queimada Nova)  
uma filha Estafani Guimarães Ferreira  
Moram no Jd. Capela, Sto Amaro, SP

Maricélia Alves Ferreira (17/10/1984)  
Jocélio Alves Ferreira (6/11/1988)  
ambos solteiros e moram no Jd. Capela, Sto Amaro, SP

obs: os dois primeiros filhos são de Osmar Guimarães e o último de seu primo José Vieira (filho de Ladú)

7

Antônio José Vieira (4/01/1942)  
Dalva Rodrigues de Oliveira Vieira - Lora (9/11/1942)  
sem filhos

### **Pascasso**

8

Olava Marta de Oliveira da Silva (1931)  
Valdivino Alves da Silva (1937- 2005)  
sem filhos

9

Oscar Alves da Silva (10/4/1931)  
Ana Francisca da Silva (23/10/1937)  
12 filhos

Eva (2/04/1962)  
3 filhas  
ajuntada  
Jd Édem ou Jd Jacira (Itapecirica da Serra/SP)

Ivo (10/08/1963)  
3 filhos  
Casado com Flaviane (Cipó)  
Queimada Nova

Carlinhos (11/07/1965)

1 filho

Maria (Cativara/Juazeiro)

Jd Jacira (Itapecerica da Serra/SP)

Angelo 02/10/1966)

2 filhos e um adotado

Ajuntado com moça de Pernambuco

Jd Jacira (Itapecerica da Serra/SP)

Evanete 19/10/1967

1 casamento BA (ajuntada) 3 filhos

2 casamento c/ Mineiro 1 filho

Casada atualmente com este Mineiro

jd Jacira (Itapecerica da Serra/SP)

Ana Licia 10/07/1969

3 filhos

Ajunta com rapaz do Piauí

Jd Jacira (Itapecerica da Serra/SP)

Maria 15/03/1971

6 filhos

Casada com Antônio (Cachoeira/Flora)

Queimada Nova

Lídia 03/08/1972

sem filhos

Solteira

Jd Angelo (SP)

José 15/10/1974

sem filhos

Solteiro

Vila Aracati (SP)

Joaquim 27/04/1976

sem filhos

Ajuntado com Solange (filha de Pedro de Várzea Alegre)

Marília (SP) com Tia que foi a mãe de criação

Adão 1/07/1977

sem filhos

Ajuntado com Andréia (filha de Dal / Margarida V. Grande)

Brito José (SP)

Nair 8/11/1978

sem filhos  
Separada / ajuntada nova  
Embu (SP)

### Várzea Alegre

10

Arivaldo Marques Vieira (2/2/1951)  
Ana Clara de Oliveira Vieira (12/08/1955)  
4 filhos

Ailton de Oliveira Vieira (23/12/1990)  
sem filhos

Andréia de Jesus Oliveira Vieira (6/8/1982)  
sem filhos  
Casada com José Raimundo Praxedes (Tira Chapéu/ Oliveira dos Brejinhos)  
Assentamento Ferrari

Cristiano de Oliveira Vieira 31/08/1986  
sem filhos

André de Oliveira Vieira 11/02/1990  
sem filhos

11

Ormesina Francisca Araújo (20/09/1927)  
sem filhos

12

José Vicente de Almeida (23/09/1923)  
Juliana Alves de Almeida (14/12/1919 a junho/2006)  
8 filhos

Sinésio Alves de Almeida (1951)  
sem filhos  
Casado com Maria Cruz (irmã de Nilza de Várzea Gde)  
Jd Capela, Sto Amaro, SP

José Alves de Almeida (1953 – 3/7/1979)  
solteiro e sem filhos  
Obs: morreu em SP

Júlio Alves de Almeida (1955)  
3 filhos  
Solteiro  
Alex (mãe Elvira de Várzea Grd e moram em O. Brejinhos)

João Paulo e Paulo César (mãe de SP)  
Jd Nakamura Sto Amaro (SP)

Jucelina Alves de Almeida (1957)  
sem filhos  
Jd Capela, Sto Amaro, SP (com Sinésio)

Judite Alves de Almeida (1959)  
3 filhos e 1 neto  
Casada com Jose (Dedé) de Pè do Morro  
Marcos (24) com Filho de 2 anos  
Eliete (22) e Vanessa (21)  
Jd Nakamura Sto Amaro (SP)

Maria Alves de Almeida Oliveira (1961)  
3 filhos  
Mora em Várzea Alegre (ver quadro 13)

Zenaide Alves de Almeida  
3 filhos  
Jairton (23) mora Pq. Sto. Antônio, Sto Amaro/SP  
Zeliclélia (22) casada com Edivaldo  
Zélia (15)  
Casada com Joaquim  
Moram no Jacú (vizinho a área de Fundo de Pasto)

Elza Alves Vieira (1964)  
3 Filhos e uma neta  
Mora no Itapicuru (ver quadro 1)

13

Maria Alves de Almeida Oliveira – Bião (1961)  
3 filhos

Filhos primeiro casamento com José Francisco de Oliveira (Vz. Gde)  
Obs separação 1988  
Marcilena Almeida Oliveira (26/06/1983)  
1 filha  
Olívia Almeida Nogueira (05/04/05)  
Casada com Cícero Camargo Nogueira  
Mora em Mairinque (SP)

Marcélia Almeida Oliveira (27/07/1985)  
sem filhos  
Casada com Adilson Ferreira Oliveira (Várzea gde)  
Moram em Sorocaba (SP)

Filho de Djalma Martins Pereira (Bom Sossego)

Carlos Alberto Almeida Pereira (13/11/1993)

14

Orestes Ferreira Oliveira (foi p/ SP)  
3 filhos  
Separado  
Janir Santos de Oliveira (Vz Gde)  
Duas meninas e um menino

### **Anexo 3**

#### **Família Romão Ferreira de Oliveira**

Luiz Francisco de Almeida x Ana Joaquina de Araújo

Pais de Luiz – Antão e Catarina

Pais de Ana Joaquina – Francisco Martins e Ana Moreira

Filhos

1) Agripino Francisco de Almeida

Solteiro e sem Filhos  
Falecido

2) Maria da Cruz de Araújo  
Foi casada com Jorge (falecido)  
8 filhos todos em SP

Mora em SP

3) Anorina Francisca da Silva  
Casada com Silvino Vieira da Silva (Pé do Morro)  
12 filhos

Marcionílio (7 filhos) mora em V. Alegre

Misael (8 filhos) mora em V. Grande

Marli (3 filhos) mora em V. Alegre  
Maria Mirandolina (sem Filhos)  
V. Grande

Terezinha (4 filhos) V. Grande

Cacilda (sem filhos) V. Grande  
Marlene (sem filhos) V. Grande  
Os demais moram em SP

4) Rosolina Francisca de Oliveira

Casada com José Marcelino de Oliveira  
9 Filhos

Nicador Ferreira Oliveira (falecido em SP)  
Joaquim José de Oliveira (falecido em SP)

José Joaquim de Oliveira (Campinas/SP)  
Antônio Ferreira de Oliveira (Interlargos/São Paulo/SP)

Maria de Jesus Oliveira (Varzinha/Brotas de Macaúbas)

Ana Clara de Oliveira Vieira - 4 filhos (Várzea Alegre)  
Isabel Francisca de Oliveira (Jd. Noronha /Sto Amaro/  
São Paulo/SP)

Margarida Francisca de Oliveira - 4 filhos (Várzea  
Grande)

Orestes Ferreira Oliveira – 3 filhos (Várzea Alegre)

5) Cantionilha Francisca da Silva

Casada com Deoclides Domingos da Silva (Pé do Morro)  
4 filhos (3H e 1M)

Apenas na região Lorisvaldo Araújo da Silva - sem filhos  
(Pé do Morro)

6) José Vicente de Almeida

Juliana Alves de Almeida (14/12/1919 a junho/2006)  
8 filhos

Sinésio Alves de Almeida (1951)

sem filhos

Casado com Maria Cruz (irmã de Nilza de Várzea Gde)

Jd Capela, Sto Amaro, SP

José Alves de Almeida (1953 – 3/7/1979)  
solteiro e sem filhos

Obs: morreu em SP

Júlio Alves de Almeida (1955)

3 filhos

Solteiro

Alex (mãe Elvira de Várzea Grd e moram em O. Brejinhos)

João Paulo e Paulo César (mãe de SP)

Jd Nakamura Sto Amaro (SP)

Jucelina Alves de Almeida (1957)

sem filhos

Jd Capela, Sto Amaro, SP (com Sinésio)

Judite Alves de Almeida (1959)

3 filhos e 1 neto

Casada com Jose (Dedé) de Pè do Morro

Marcos (24) com Filho de 2 anos

Eliete (22) e Vanessa (21)

Jd Nakamura Sto Amaro (SP)

Maria Alves de Almeida Oliveira – Bião (1961)

3 filhos

Filhos primeiro casamento com José Francisco de Oliveira (Vz. Gde)

Obs separação 1988

Marcilena Almeida Oliveira (26/06/1983)

1 filha

Olívia Almeida Nogueira (05/04/05)

Casada com Cícero Camargo Nogueira

Mora em Mairinque (SP)

Marcélia Almeida Oliveira (27/07/1985)

sem filhos

Casada com Adilson Ferreira Oliveira (Várzea gde)

Moram em Sorocaba (SP)

Filho de Djalma Martins Pereira (Bom Sossego)

Carlos Alberto Almeida Pereira (13/11/1993)

Zenaide Alves de Almeida

3 filhos

Jairton (23) mora Pq. Sto. Antônio, Sto Amaro/SP

Zeliclélia (22) casada com Edivaldo

Zélia (15)

Casada com Joaquim

Moram no Jacú (vizinho a área de Fundo de Pasto)

Elza Alves Vieira (1964)

3 Filhos e uma neta

Casada com Crispim Alves Vieira(1956)

3 Filhos e uma neta  
1984 - Elionéia Alves Vieira  
Casada em janeiro de 2006 com  
uma Filha:  
Mora em:  
1985 - Cleidaltton Alves Vieira  
falecido em 1992  
1987 - Míriam Alves Vieira  
solteira e sem filhos  
estudando em Oliveira dos Brejinhos

7) Anísio Francisco de Almeida

Ana da Silva  
9 filhos

Ana Raimunda – 2 filhos V. Alegre  
Maria Júlia Francisca da Silva – mulher de Marcionílio  
V. Alegre

Alcides – 7 filhos – Mulungu

Adalberto – sem filhos – mora com o Pai em V. Alegre

Adelaide – sem filhos – estuda em Seabra

8) Ormesina Francisca de Araújo – 20/09/1927

Solteira

Filha de criação – Maria da Paixão

9) Isaiás Francisco de Almeida

Solteiro

10) Maria de Lurdes Araújo

Casada com José Rodrigues de Oliveira

9 filhos

Eduardo – 2 filhos – Covas

Silvana – 1 filho – Covas

Isabel – 3 filhos – Jacú

Liar – 2 filhos – Jacu

Otavianana – 2 filhos – Covas

11) Claudeonor Francisco de Almeida

Casado com Maria Senhorinha de Oliveira  
6 filhos

Cleonice – 2 filhos – posto Luizão

Maria da Paixão de Almeida Ferreira (Paixão) – 4  
filhos – Ferrari

Margarida – 1 filhos – V.Alegre

Gilmar – SP

José – SP

Sebastião (Tião) - SP

Maria da Paixão de Almeida Ferreira (Paixão) – 4  
filhos – Ferrari

Casada com Getúlio Martins Ferreira

2 filhos antes de Getúlio

Danielson Fernando de Almeida (1984)

Welington Almeida Ferreira (1988)

2 filhos com Getúlio

Giselton Almeida Ferreira (1995)

Claudinei Almeida Ferreira (1996)

## Anexo 4

### Família Alves de Oliveira

Romão Ferreira Oliveira X Ana Joaquina Alves Oliveira

Pais de Romão: Luiz e Felícia

Pais de Ana Joaquina: Paulo Martins Ferreira e Balduina Alves Guimarães

1) Basília ( nasc ? / + 8/10/2005)

Casada com João Amaro (irmão de Ladu)

3 Filhos

José Amaro – mora em Angical (V. Alegre)

Maria – mora em Angical (V. Alegre)

Jurandir – solteiro/ sem filhos

2) Juliana Alves de Almeida (14/12/1919 a junho/2006)

José Vicente de Almeida (23/09/1923)

Casa em V. Alegre

8 filhos

Sinésio Alves de Almeida (1951)

sem filhos

Casado com Maria Cruz (irmã de Nilza de Várzea Gde)

Jd Capela, Sto Amaro, SP

José Alves de Almeida (1953 – 3/7/1979)

solteiro e sem filhos

Obs: morreu em SP

Júlio Alves de Almeida (1955)

3 filhos

Solteiro

Alex (mãe Elvira de Várzea Grd e moram em O. Brejinhos)

João Paulo e Paulo César (mãe de SP)

Jd Nakamura Sto Amaro (SP)

Jucelina Alves de Almeida (1957)  
sem filhos  
Jd Capela, Sto Amaro, SP (com Sinésio)

Judite Alves de Almeida (1959)  
3 filhos e 1 neto  
Casada com Jose (Dedé) de Pè do Morro  
Marcos (24) com Filho de 2 anos  
Eliete (22) e Vanessa (21)  
Jd Nakamura Sto Amaro (SP)

Maria Alves de Almeida Oliveira (1961)  
3 filhos  
Mora em Várzea Alegre (ver quadro 13)

Zenaide Alves de Almeida  
3 filhos  
Jairton (23) mora Pq. Sto. Antônio, Sto  
Amaro/SP  
Zeliclélia (22) casada com Edivaldo  
Zélia (15)  
Casada com Joaquim  
Moram no Jacú (vizinho a área de Fundo de  
Pasto)

Elza Alves Vieira (1964)  
3 Filhos e uma neta  
Mora no Itapicuru (ver quadro 1)

3) José Ferreira  
Casado com Maria José ( Pé do Morro)  
Moraram no povoado Traira

3 filhos

Idaildes  
Casada com José (filho de Zuca de lagoa  
Fundada)

3 filhos

Moram em Queimada Nova

Francisca  
Casada com Justino  
2 filhos

Moram no Povoado Jacú  
Filhos moram em SP e Oliveira dos Brejinhos

Manoel  
Solteiro  
Sem filhos

4) Anália

Solteira  
Sem filhos  
Mora em Barreiro do Tigre e pertence a Ass.  
Dos Jacu.

5) Maria Rosa (Madrinha de Elza, Filha de  
Juliana)

Casada com Otaviano (V. Grande)  
Sem filhos naturais

1 filha adotiva

Maria Albertina (Tina)  
Casada com Joaquim

Moram no Olho d'água

4 filhos

Jussara (solteira) mora em V. Grande  
Jaqueline X Adelino moram em Feira Nova  
Jucélia (Solteira) mora em V. Grande  
Júnior (solteiro) mora em V. Grande

6) Antônio

Casado com Bernardina  
2 filhos  
Moram no povoado Tigre e são da Ass. Dos  
Jacu

Marivaldo  
Solteiro  
1 filha com Janira (V. Alegre) mas que está em  
SP

Percília (1993) – criada pelos avós

Marli  
Solteira  
1 filho com Rico (Lagoa das Cobras) – seu primo  
Genivaldo (1989)

7) Arcanja (nasc ? / + 14/06/2005)

Se arranhou com 2 homens  
1º com Tio Eduardo e teve dois filhos

Manoel e Malaquias  
2º com Agostinho (primo de 2º grau de Zé Vicente)  
Sem filhos

8) Florisbela

Casada com seu primo carnal Domingos  
5 filhos  
Moram nas covas – comunidade de Igreja de V. Alegre

1) Júlio  
Casado com a prima Dalva

2 filhos

Jussimara (1984)

Daniele (1987)

Moram no Jd. Noronha, Sto Amaro, SP

2) José de Jesus  
Casado com Elza de V. Grande  
2 filhos  
Leandro (1984)  
Helen Cristina (1986)  
Moram no Alto da Riviera, Sto Amaro, SP

3) Tomé  
Casado com Elza (Brejo Carreiro – Jacu)  
5 filhos  
Jodailton (1989)  
Josemar (1992)

Joelson (1995)  
Douglas (1999)  
Danilo (2002)  
Tem casa em Queimada Nova mas há 2 nos  
moram em SP

4) Brás  
Casado com Joana dos Jacú  
2 filhos  
Sabastião (1990)  
Gilton (1994)  
Moram no Jd. Capela, Sto Amaro, SP

5) Ulrico (1970)  
Solteiro  
1 filho com Marli de Barreiro do Tigre, Ass. Jacú  
Genivaldo (1987)  
Mora com os pais

9) Ana (tia Aninha)  
  
Casada com Bento (dos Três Paus)  
7 filhos  
  
Moram em Cuiabá (MT)  
1ª Renilde (1957) 2 filhos  
2ª Maria Edite (1959) 4 filhos  
3º José (1961) 2 filhos  
  
4ª Ildete (1963) não soube dizer qts filhos  
  
5ª Edinalva (1965) não soube dizer qts filhos  
  
6ª Neide (1967) não soube dizer qts filhos  
  
7ª Deusdete (1969) 1 Filho

10) Joana  
  
Casada com José Paulino (Várzea Dantas)  
Mas se separaram depois de 8 dias  
  
Mora com Anália no Barreio do Tigre (Jacu)  
Sem filhos

11) Emanuel  
Solteiro e sem filhos  
  
Morreu de febre "Paratife"

12) Eutino

Solteiro  
Sem filhos

Morreu de febre "Paratife"  
Era noivo de prima Janira

13) Nilza

Casada com Belasmino (+ 13/03/2005) de V.  
Alegre  
6 filhos

Moram na Lagoa Sem Fim – V. Da pedra II  
1º Adenilde (1973)  
Solteira com uma filha (Denise – 1998)  
Deve se casar com cunhado de Alciso  
(cooperativa)

Mora no Jd. Noronha/ Sto Amaro/ SP

2ª Aldair (1975)

Casada com Valdemar (Dunga) Várzea Grande  
– presidente da Central  
3 filhos

Moram em Várzea Grande  
Artemísia (1995)  
Andressa (1998)  
Otacílio (2002)

3º José Carlos (1977)

Solteiro  
Mora com a Mãe

4) Adjanira (1979)

Casada com Alcides filho  
2 filhos  
Vanilson (2002)  
Cleison (2004)

Obs: dois abortos antes do 5º filho

5º Pedro (+ 13/01/2005) com 20 anos  
Paralisia geral desde o nascimento  
Sem filhos, não se casou

6ª Alessandra  
Solteira com uma Filha (Denise – 1998)  
Semfilhos  
Mora com Adenilde no Jd. Noronha, Sto Amaro  
SP

14) Felismína  
Casada com João Deus (Sinhozinho) V. Grande –  
Mirante  
8 filhos

Moram em Mirante (V. Grande)

1ª Maria Aparecida + 13/01/2005  
Solteira/ sem filhos

Falecida em acidente de carro

2ª Letícia (1967)  
Casada com Manuel (que já tinha 1 Filho com Paixão  
– Welington)  
Moram no Jd. Noronha Sto Amaro SP  
Bruna (1991)  
Andrei (1994)

3º Valdeci (1969)  
Casado com Sílvia (Palmeiras) que já tinha 1 filho  
Moram em Palmeiras  
Se conheceram em SP  
1 filha  
Tália (1997)

4º João Batista (1971)  
Casado com Marineide (Jacú)  
3 filhos  
Moram no Jd. Capela Sto Amaro SP  
Cauane (1999)  
Luã (2001)  
? (2003)

5º Vicente (1973)  
Casado com Marilene (sobrinha de Dunga) V. Grande  
Mirante  
3 filhos  
Igor (1998)

Amanda (2000)  
Caíque ( 2006)

6º Givaldo (1977)  
Casado com Ivone (Lagoa das Cobras)  
1 filha  
Moram no jd. Noronha Sto Amaro SP

7ª Cleusenice (1979)  
Casada com Erivelton (Queimada Nova)  
1 filho  
? 1994  
Moram no Jd. Noronha Sto Amaro SP

8º Josevam (1981)  
Solteiro sem filhos  
Foi para SP em 2006

## Anexo 5 – Fotos da Feira do Bode 2008

Zuca demonstrando a confecção dos fios de algodão na Feira do Bode de 2008



Maria Bião, presidente da Associação de Fundo de Pasto de Várzea Alegre em 2007/2008



Mário Xavier, morador do povoado de Lagoa do Angical, na feira do Bode 2008



As motos se tornaram o meio de locomoção mais usado, chamadas de novo Jegue do Sertão



O reisado é uma prática cultural que reforça os laços de solidariedade entre as famílias



A feira do Bode se tornou grande evento da região



A roça está sendo tomada por plantios, como a palma, voltados à criação de bode



As cercas que impedem a passagem dos bodes

